



## Do conflito e crise à renovação: gerações da mudança



## Equipe editorial

### *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2010*

Este relatório foi elaborado pela Divisão de Informação e Relações Externas do UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas.

Elaboração e redação de Barbara Crossette  
Conselho Consultor do UNFPA: Upala Devi, Laura Laski, Jemilah Mahmood, Aminata Toure, Sylvia Wong  
Consultoria Técnica: Nata Duvvury  
Editor: Richard Kollodge  
Editores associados: Phyllis Brachman, Robert Puchalik  
Auxiliar editorial e administrativo: Mirey Chaljub

## Agradecimentos

A equipe editorial é especialmente grata ao Conselho Consultor por sua orientação na conceituação e desenvolvimento deste relatório e por oferecer inestimáveis aportes às suas versões preliminares.

Nata Duvvury, professora de Estudos Mundiais da Mulher da Universidade Nacional da Irlanda, Galway, liderou a pesquisa para o projeto, assegurou que o relatório refletisse o pensar atual sobre a questão da mulher, da paz e da segurança, também revisou as versões preliminares e elaborou a resenha anotada da bibliografia do relatório.

Os chefes ou chefes interinos de sete escritórios do UNFPA (e suas equipes) agendaram entrevistas, providenciaram a logística e auxiliaram o acompanhamento da reportagem em cada local: Esperance Fundira (Monróvia), Faris Hadrovic (Sarajevo), Muna Idris (Amã), Janet Jackson (Kampala), Barbara Laurenceau (Porto Príncipe), Barbara Piazza-Georgi (Jerusalém) e Pornchai Suchitta (Díli). Os diretores regionais do UNFPA ofereceram valioso suporte para a elaboração do relatório: Hafedh Chekir (Estados Árabes), Thea Fierens (Europa Oriental e Ásia Central), Nobuko Horibe (Ásia), Bunmi Makinwa (África) e Marcela Suazo (América Latina e o Caribe). Um especial agradecimento a todos os funcionários do UNFPA, nos países apresentados neste relatório, que compartilharam seu tempo e conhecimentos, e aos intérpretes, cuja sensibilidade e compreensão fizeram com que os entrevistados se sentissem à vontade ao falar sobre as experiências mais difíceis.

Conceitos inestimáveis foram oferecidos por Safiye ÇaĐar, diretora da Divisão de Informação e Relações Externas; Neil Ford, chefe da Seção de Mídia e Comunicações; e Ann Erb-Leoncavallo, Bettina Maas e Sherin Saadallah, do Escritório da Direção Executiva do UNFPA.

A VII Photo Agency mobilizou fotojornalistas para três dos países apresentados neste relatório: Bósnia-Herzegovina (Antonin Kratochvil), Libéria (Marcus Bleasdale) e Timor Leste (Ron Haviv).

Os indicadores que figuram neste relatório foram generosamente compartilhados pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Instituto de Estatísticas da UNESCO, Organização Mundial da Saúde, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Banco Mundial e Projeto de Fluxo de Recursos do UNFPA/NIDI. Edilberto Loiaza, da Subdivisão de População e Desenvolvimento do UNFPA, contribuiu com a análise de indicadores relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 5.

A equipe editorial também deseja expressar seus agradecimentos às pessoas que, corajosamente, relataram suas histórias para este relatório.

Foto da capa:

*Mulheres retiram entulho das ruas de Porto Príncipe, Haiti.*

©UN Photo/Sophia Paris

## Edição em português

Representante do UNFPA no Brasil: Harold Robinson  
Coordenação Editorial: Ulisses Lacava Bigaton  
Tradução: Eleny Corina Heller/Gama! Traduções e Interpretações  
Revisão: Maria do Socorro Dias Novaes de Senne

Divulgação: Gabriela Borelli e Luciano Carvalho  
Diagramação e arte-finalização: DUO Design

Agradecimentos especiais à equipe do UNFPA Brasil pelo apoio



## Do conflito e crise à renovação: gerações da mudança

Prefácio *página ii*

Sobre este relatório *página 1*

**1** Bósnia-Herzegovina como catalisadora da mudança *página 7*

**2** Uma resolução e a realidade: uma década de engajamento *página 15*

**3** As mulheres na linha de frente da recuperação *página 27*

**4** Em tempos de crise, relações de gênero em transição *página 39*

**5** Juventude: o futuro das sociedades pós-conflito *página 47*

**6** Viver sem raízes: refugiados e pessoas internamente deslocadas *página 63*

**7** Aprisionados na própria casa: a vida sob ocupação *página 71*

**8** E os próximos 10 anos? *página 77*

Bibliografia *página 86*

Indicadores *página 92*



# Prefácio

**As mulheres raramente mantêm guerras, mas com demasiada frequência sofrem suas piores consequências.** A violência de gênero, incluindo o estupro, é uma arma de guerra repugnante e cada vez mais conhecida de todos. O imediato tributo que ela cobra estende-se para muito além de suas vítimas diretas: rompe insidiosamente vínculos familiares, estilhaça sociedades e seus efeitos alcançam até as gerações futuras.

Hoje, o conflito diz menos respeito a soldados lutando com soldados do outro lado de uma fronteira e mais sobre combatentes que lutam pelo controle do próprio país e que empregam quaisquer meios para esmagar a moral de civis – mulheres, meninas, homens e meninos –, desempoderando-os física, psicológica, econômica e socialmente.

Em muitos dos conflitos atuais, as mulheres são desempoderadas pelo estupro ou ameaça dele, além da infecção pelo HIV, pelo trauma e incapacitação que frequentemente dele resultam. As jovens são desempoderadas quando são impedidas de frequentar a escola em razão da ameaça de violência, quando são sequestradas ou levadas pelo tráfico, ou quando suas famílias são desintegradas ou obrigadas a fugir. Em alguns conflitos, os homens também são desempoderados pela violência sexual. Meninos, igualmente, são por vezes explorados ou forçados a se tornarem soldados.

*O Relatório da Situação da População Mundial 2010* se aprofunda na maneira pela qual conflitos e emergências humanitárias prolongados afetam mulheres e meninas – e homens e meninos – e mostra quantas mulheres e jovens têm enfrentado obstáculos aparentemente insuperáveis e mesmo assim têm dado início à reconstrução de suas vidas e ao lançamento dos fundamentos da paz e renovação de suas sociedades.

O UNFPA, Fundo da População das Nações Unidas, é uma agência de desenvolvimento que promove o direito de cada mulher, homem e criança desfrutar de uma vida saudável e de igualdade de oportunidades, que garanta que cada gravidez seja desejada, cada nascimento

seja seguro, cada jovem esteja livre do HIV e da AIDS e que cada menina e cada mulher sejam tratadas com dignidade e respeito. Como demonstrado neste relatório, o UNFPA dá suporte aos esforços governamentais para apoiar e empoderar mulheres e meninas – e homens e meninos – e não apenas aqueles que foram desempoderados em função dos conflitos, mas também aqueles afetados por desastres, tais como o terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010. O UNFPA também dá apoio a organizações da sociedade civil, essenciais para o processo de recuperação de qualquer comunidade.

Muito embora o terremoto do Haiti tenha recebido extensa cobertura da mídia, a crise no Quirguistão não atraiu o mesmo interesse, apesar de esta última ter resultado na perda de centenas de vidas e na dilaceração de dezenas de milhares de outras. Ainda assim, em ambos os lugares, mulheres e jovens vêm enfrentando deslocamentos internos ou estão refugiadas; suas situações são precárias porque estão impedidas de ter acesso a atendimento médico em saúde reprodutiva e se encontram mais vulneráveis à violência de gênero.

Este relatório coincide com o 10º aniversário da resolução 1325 do Conselho de Segurança que convocou as partes em conflito armado, para tomar medidas visando à proteção de mulheres e meninas contra a violência de gênero, e conclamou pelo maior envolvimento feminino na negociação e implementação de acordos de paz. Mas este relatório não trata apenas da resolução. Ele trata também dos desafios especiais enfrentados pelas mulheres em situações de conflito ou emergências humanitárias, e de como as próprias



mulheres vêm respondendo, tratando feridos, seguindo adiante e não apenas auxiliando as comunidades a voltar à situação em que anteriormente se encontravam, mas também construindo novas nações, fundamentadas na igualdade de direitos e de oportunidades.

As resoluções podem orientar a resposta ao conflito, por parte dos governos e da comunidade internacional, e o estabelecimento de estruturas que possibilitem ações de proteção às mulheres e a garantia de sua participação na construção da paz e da reconciliação, mas não constituem um substituto para os esforços populares para o empoderamento feminino e para a edificação de resiliência de longo prazo para crises de qualquer tipo, sejam estas guerras, terremotos ou qualquer outra catástrofe. Os governos necessitam tomar partido das oportunidades geradas pela recuperação pós-conflito ou que surgem de desastres naturais para aumentar as chances de que os países não sejam apenas reconstruídos, mas edificados para melhor, renovados, com mulheres e homens desfrutando de situações de igualdade, com direitos e oportunidades para todos, e fundamentados no desenvolvimento de longo prazo.

A experiência adquirida, na última década, revela a necessidade de se destruírem as falsas barreiras entre crise, recuperação e desenvolvimento. Após a guerra ou o desastre, a resposta humanitária deve abranger ações que espalhem as sementes para o desenvolvimento e a paz a longo prazo, de forma que os países se tornem mais bem equipados para prevenir futuras explosões de violência e para a restauração da normalidade o mais rápido possível, após uma catástrofe como o terremoto do Haiti. Devemos substituir o ciclo vicioso de crise e subdesenvolvimento pelo ciclo virtuoso de progresso e fortalecimento social e econômico.

O movimento incessante entre desenvolvimento e crise, e vice-versa, torna claro que o investimento, seja qual for, no desenvolvimento ameniza o impacto da crise e do desastre natural. A relação se torna aparente quando comparamos o impacto dos recentes terremotos no Haiti e no Chile. Mas também é



◀ Diretora executiva do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) encontra-se com jovens haitianos em pesquisa sobre desnutrição materna e infantil no Centro Gheskio, em Porto Príncipe, em março de 2010.

©UNFPA/Vario Serant

verdade que o investimento, seja qual for, na fase de resposta humanitária, pode se transformar em sólida base para a reconstrução de uma sociedade. Esse movimento incessante opera em ambas as direções.

A experiência também demonstra que a violência de gênero não ocorre no vazio. Geralmente, é sintoma de um problema maior: seja a falência de instituições ou a preexistência de normas de perpetuação ou tolerância ao abuso, gerado por relações de gênero que se caracterizam por perigosos desvios e arraigada tolerância às desigualdades. A guerra e o desastre não são as causas da violência de gênero, mas frequentemente a exacerbam ou permitem que seus ataques sejam mais frequentes.

Finalmente, a essência da resposta ao conflito por parte da comunidade internacional está mudando, com menos recursos voltados para operações tradicionais de manutenção da paz e mais para intervenções orientadas ao desenvolvimento, as quais estabelecem as bases para que os governos protejam os civis dos danos sofridos e os capacitem para prosperar a longo prazo. Mas, embora caiba aos governos a responsabilidade oficial pela proteção à população sob seu comando, as comunidades e as pessoas também têm um papel a desempenhar na promoção da paz e da segurança. Quando todos os grupos de interesse se envolvem, há menos probabilidade de uma sociedade em recuperação recair no caos e no terror, quando da volta dos mantenedores da paz aos seus locais de origem.

Thoraya Ahmed Obaid  
Diretora Executiva, UNFPA



# Sobre este relatório

Há dez anos, em 31 de outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas deu um passo importante e sem precedentes em novo território. Reconhecendo a vulnerabilidade à violência por parte de mulheres e meninas, durante e após conflitos armados, e a ausência ou baixo nível da representatividade feminina nos esforços de prevenção da guerra, reconstrução da paz e recuperação de sociedades devastadas, o Conselho aprovou a resolução 1325.

Esta resolução buscou formalmente, pela primeira vez no Conselho de Segurança, dar fim a essa negligência e ativamente promover e investir no inexplorado potencial feminino, presente em todas as áreas e locais, no tocante às questões de paz e segurança.

O lançamento da edição de 2010 do relatório sobre A Situação da População Mundial coincide com o 10º aniversário daquela histórica resolução. O relatório destaca a forma como mulheres em situações de conflito e pós-conflito – bem como em emergências ou crises prolongadas – estão realizando algo uma década mais tarde.

O relatório de 2010 também difere das edições anteriores que mantiveram uma abordagem acadêmica a tópicos relacionados ao mandato e trabalho do UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas. O relatório atual apresenta uma abordagem mais jornalística, traçando as experiências de mulheres e meninas, homens e meninos que vivem na origem do conflito e de outros distúrbios catastróficos. Eles falam sobre si, sobre os desafios que encaram, os meios pelos quais suas comunidades enfrentam tais desafios e se tornam mais resilientes, e sobre quantos deles se envolveram na reconstrução e renovação.

As pessoas retratadas no relatório não são nem especialistas em estatística nem demógrafas. São pessoas de áreas rurais que vivem da terra e cidadãos urbanos tentando sobreviver em cidades destruídas. Muitos sobreviventes de conflitos e desastres naturais estão agora trabalhando em suas comunidades para ajudar seus concidadãos a recuperar-se e a reajustar-se.

Globalmente, verifica-se a existência de uma crescente lista de organizações não governamentais e ativistas comunitários trabalhando em parceria com governos, agências das Nações Unidas, países e fundações doadoras. Nesse meio, encontram-se também tradicionais líderes de idosos e religiosos que se empenham em confortar os que sofrem e conduzir as sociedades dizimadas de volta às suas raízes e princípios culturais, tão frequentemente atingidos por guerra, fuga de refugiados, ocupação e desastres naturais. As iniciativas locais tratam feridas, enquanto repensam velhos hábitos e comportamentos para uma nova era.

Enquanto o Conselho de Segurança aprovava a resolução 1325, em 2000, e várias outras sobre a proteção à mulher nos anos seguintes, já eram levadas a efeito atividades *in loco*, em países onde as vítimas de conflito e desastre frequentemente

◀ *Mulheres liberianas participam de demonstração em Monróvia, na Libéria, no auge da guerra civil, em 2003. Imagem do documentário Pray the Devil Back to Hell (Reze para o Diabo Voltar para o Inferno).*  
©Pewee Flomuko



## 1 RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MULHER, A PAZ E A SEGURANÇA

A **resolução 1325 (2000)**, sobre a mulher, paz e segurança, foi a primeira a tratar do impacto que as mulheres sofrem durante e depois de conflitos armados. A resolução convocou todas as partes envolvidas em conflitos armados a tomar medidas especiais para proteger mulheres e meninas da violência de gênero, particularmente o estupro e outras formas de abuso sexual.

A **resolução 1820 (2008)** foi a primeira a tratar exclusivamente da violência sexual em conflitos armados. A resolução reconheceu a violência sexual como questão de segurança, notando que sua perpetração como tática de guerra contra civis era uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacional.

A **resolução 1888 (2009)** foi um desdobramento da resolução 1820; enfatizou tanto a importância do tratamento das questões de violência sexual, já a partir do próprio início de um processo de paz, quanto de se levar à justiça os que a perpetram. A resolução conclamou pela inclusão de disposições específicas para a proteção de mulheres e crianças nos mandatos, tanto das operações de paz como nas negociações de paz patrocinadas pelas Nações Unidas. O Conselho de Segurança enfatizou a importância do tratamento das questões de violência sexual desde o início do processo de pacificação e dos esforços de mediação, com vistas a proteger populações em risco e promover a plena estabilidade e cessar-fogo, particularmente nas áreas de acesso humanitário pré-cessar-fogo e acordos de

direitos humanos, cessar-fogo, desarmamento, desmobilização e reintegração e reforma do setor de segurança.

A **resolução 1889 (2009)** reafirmou o compromisso do Conselho de Segurança quanto à continuidade e implementação integral, sob a forma de reforço mútuo, das resoluções 1325, 1820 e 1888, bem como de outras resoluções relacionadas: a 1612 (2005), a 1674 (2006) e a 1882 (2009). O Conselho expressou sua preocupação contínua com os persistentes obstáculos ao pleno envolvimento feminino na prevenção e solução de conflitos, e sua participação na vida pública pós-conflito. É fato reconhecido que a marginalização das mulheres pode atrasar ou minar o alcance da paz, da segurança e da reconciliação duráveis.

A comissária adjunta  
Bennetta Holder Warner  
no Centro de Proteção  
Feminina e infantil da  
Polícia Nacional Liberiana.  
©VII Photo/Marcus Bleasdale





nem mesmo tinham conhecimento de que eram o centro de atenção do Conselho de Segurança. Sabiam apenas, pela experiência, que havia muita reconstrução a ser feita e começaram a assumi-la, de cabeça erguida, muitas vezes com o auxílio das agências, fundos e programas das Nações Unidas, além de organizações humanitárias.

Este relatório foi elaborado a partir de entrevistas e relatórios efetuados na Bósnia-Herzegovina, no Haiti, na Jordânia, na Libéria, no Território Palestino Ocupado (Cisjordânia), em Timor Leste e em Uganda. Essas várias nações foram escolhidas por diversas razões. Algumas recentemente saíram de conflitos e estão se reconstruindo com limitados recursos. Outras vivenciaram profundas mudanças sociais em resultado da guerra e do deslocamento. Todas contam com a presença das Nações Unidas, em alguns casos em missão integrada de manutenção da paz, mas sempre há um grupo ativo de agências das Nações Unidas em apoio a esforços tanto governamentais como não governamentais. Libéria e Uganda vivenciam o resultado de conflitos recentes. Histórias que vêm da Cisjordânia ilustram as questões específicas criadas pela

ocupação. Na Jordânia, refugiados iraquianos falam sobre suas vidas arrancadas pela raiz. Bósnia-Herzegovina demonstram quão longo é o tempo necessário para a recuperação das vítimas de guerra, e como as comunidades podem auxiliar ou prejudicar esse processo. No Haiti, uma população já desgastada por décadas de turbulência agora tem de reconstruir a nação, após um terremoto cataclísmico que veio na esteira de dois ciclones devastadores.

Trabalhando na raiz do problema, organizações comunitárias – algumas das quais contando apenas com a força de poucas pessoas – e organizações não governamentais de maior porte têm ampliado o significado das resoluções do Conselho de Segurança e das declarações das Nações Unidas. O que começou como uma convocação aos governos, uma década atrás, para que tratassem dos abusos ou negligenciamento de mulheres e meninas, cresceu até tornar-se um movimento mais amplo que abrange todos os membros da sociedade. Hoje, por exemplo, tem-se dado mais atenção aos ferimentos físicos de homens e meninos, os quais, pessoas de diversos países agora concordam, devem constituir-se como parte do processo de

## 2 ONU MULHERES

Em 2 de julho de 2010, por voto unânime favorável, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu uma nova entidade voltada para a aceleração do atendimento das necessidades de mulheres e meninas em todo o mundo. O estabelecimento da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – que será conhecida como ONU Mulheres – é parte da agenda de reformas das Nações

Unidas, aglutinando recursos e mandatos para maior impacto.

"A ONU Mulheres estimula significativamente os esforços das Nações Unidas para promover a igualdade de gênero e expandir oportunidades, atacando o problema da discriminação de forma global", afirmou o Secretário-Geral Ban Ki-moon.

A ONU Mulheres se apoiará no trabalho de quatro áreas distintas do Sistema das Nações Unidas:

- Divisão para o Avanço das Mulheres;

- Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço das Mulheres;
- Escritório do Consultor Especial sobre Questões de Gênero e Avanço das Mulheres;
- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres (UNIFEM).

A ONU Mulheres começará suas operações em janeiro de 2011.

### 3 TRANSFORMAÇÃO DAS RESOLUÇÕES EM REALIDADE

O UNFPA, em parceria com várias partes interessadas, está auxiliando países e territórios a transformar a resolução 1325 – e as subsequentes resoluções que também tratam da questão da mulher, da paz e da segurança – em realidade. Muito do trabalho do UNFPA no âmbito dos países está centrado no desenvolvimento da capacitação dos governos, das agências das Nações Unidas e das instituições, de incorporar as questões de gênero no projeto e implementação de atividades na esfera da paz, da segurança, da prevenção, proteção e da participação.

#### Prevenção

Na *Colômbia*, o UNFPA criou uma força-tarefa que visa a ter como questão principal as questões de gênero e sensibilizar as forças armadas e a polícia para as questões de violência de gênero.

Na *Geórgia*, o UNFPA oferece treinamento para prestadores de serviços sobre questões relacionadas à saúde reprodutiva, sexual e de violência de gênero, e gestão clínica de sobreviventes de estupro.

Em *Kosovo*, o UNFPA oferece suporte a treinamento psicossocial para equipes do Ministério da Saúde e da Rede Feminina de organizações não governamentais que apoiam a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a prevenção e eliminação da violência de gênero.

Na *Libéria*, o UNFPA apoiou o estabelecimento, pelo Ministério da Saúde e Bem-Estar Social, de serviços de apoio psicossocial e comunitário, especialmente para sobreviventes de violência sexual e de gênero.

No *Nepal*, o UNFPA vem oferecendo apoio ao desenvolvimento de um Plano de Ação Nacional para a implementação da resolução 1325. O UNFPA e organizações parceiras também conduziram treinamento para mulheres, membros da Assembleia Constituinte de 2008 sobre direitos humanos básicos, com ênfase nas resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança.

No *Tadjiquistão*, o UNFPA colabora junto a um comitê de organizações não governamentais que combatem a violência contra as mulheres com amparo na Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres.

#### Proteção

Em *Botsuana*, o UNFPA deu apoio e ofereceu serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo prevenção contra o HIV, a uma clínica de atendimento a refugiados.

Na *Colômbia*, o UNFPA vem oferecendo apoio a projetos voltados para o desenvolvimento da capacidade de instituições e comunidades para expandir os sistemas de proteção integrada relacionados à violência contra mulheres.

Na *Costa do Marfim*, o UNFPA criou centros de prestação de serviços a sobreviventes de violência de gênero.

Na *Indonésia*, o UNFPA deu apoio à agência de planejamento e desenvolvimento provincial de Aceh para o traçado de um plano de ação provincial que visa a tratar das questões de mulheres, paz e segurança.

Em *Kosovo*, o UNFPA e o Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social vêm colaborando em uma estratégia de

financiamento de abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica.

No *Libano*, o UNFPA vem auxiliando o desenvolvimento da capacidade de prestadores de serviços com o objetivo de assegurar atendimento de saúde mental, psicossocial e reprodutiva de qualidade para mulheres de comunidades pós-conflito.

Na *Libéria*, o UNFPA apoiou o estabelecimento, pelo Ministério da Justiça, de uma unidade de acionamento judicial de combate à violência sexual e de gênero, com atendimento telefônico 24 horas por dia, e um tribunal que trata exclusivamente de casos de violência de gênero.

#### Participação Feminina

Na *Colômbia*, a estratégia humanitária do UNFPA abrange um componente relacionado à participação das mulheres nos processos de tomadas de decisão relacionados a situações humanitárias. O UNFPA também vem dando apoio a organizações femininas para participar do processo de paz.

Em *Botsuana*, o UNFPA atua em parceria com a universidade estadual e com o UNICEF para iniciar um programa de desenvolvimento de capacidades da Casa dos Chefes no Parlamento que visa a oferecer tratamento holístico às questões relacionadas às mulheres, à paz e à segurança.

Em *Ruanda*, o UNFPA vem dando apoio à Polícia Nacional para tratar de forma mais efetiva a violência de gênero e promover o recrutamento e promoção de mulheres em seus postos.

reconstrução de vidas e sociedades, gerando assim espaço para o estímulo da paz.

O acompanhamento psicológico de vítimas de trauma amplia-se exponencialmente e vem se tornando mais profissional em várias áreas. As necessidades de comunidades atingidas definem-se não apenas em termos de acordos de paz e cessação da violência pós-conflito, mas também em programas formais e informais que mergulham profundamente na história, na política e na cultura para tentar explicar por que a violência ocorreu – ou continua, depois do término do conflito – e o que fazer para extirpar suas causas desde a raiz. A importância de se levar os jovens a essas discussões é amplamente aceita, e muitos novos programas tiveram início em anos recentes. Artistas de todos os tipos e faixas etárias estão ávidos para juntar-se à discussão por meio de seus trabalhos, assim como personalidades esportivas se voluntarizam para trabalhar com os jovens.

Ecoando o espírito da Cúpula Mundial da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2005, mesmo se não intencionalmente, vários cidadãos vêm chamando a atenção de seus governos para a “responsabilidade de proteger” sua população. Nações de todo o mundo acordaram, em 2005, designar primeiramente e mais que tudo a seus governos o ônus de defender seus cidadãos de danos em larga escala, com a comunidade internacional ficando a postos para auxiliar ou agir para cessar o abuso, se tudo o mais falhar. A responsabilidade pela proteção foi interpretada de forma ampla. Além de assegurar a proteção contra o dano físico, em alguns lugares isso é visto, ao menos no espírito, como passos no sentido de criar ou fortalecer instituições legais e judiciais necessárias em áreas de pós-conflito, onde os direitos à propriedade estão frequentemente em disputa ou existe inquietante violência doméstica ou crime nas ruas. Instituições em funcionamen-



to de todos os tipos, inclusive de prestação de serviços nas áreas da saúde e educação, aceleram o retorno à normalidade e podem auxiliar na prevenção de futuros conflitos.

A violência de gênero e o abuso continuam de várias formas, frequentemente exacerbados por conflitos armados ou pela desestabilização da vida familiar nos campos para desalojados, ou ainda para os que perderam seus lares em resultado de desastres naturais. Hoje se reconhece que os papéis de gênero podem ser desarticulados e transformados em função da guerra, da ocupação militar e da vida como refugiado, situações que podem levar a alterações nas relações econômicas nos lares. Essas mudanças podem ter efeitos sociais profundos, e a oportunidade de entendê-las em detalhe e dar a esse conhecimento um emprego construtivo é um indicador do mundo pós-conflito. Em incontáveis, pequenas e amplas maneiras, em vários países onde a vida foi interrompida, as pessoas, muitas vezes com o apoio de organizações humanitárias e de desenvolvimento, estão trabalhando de várias maneiras para tornar melhor o futuro.

▲ *Dubravka Salčić-Dizdarević, médica do Hospital Nacional Universitário, em Sarajevo, e uma das psicoterapeutas líderes da Bósnia-Herzegovina. “A tortura tem também como objetivo vitimizar a família inteira”.*

©VII Photo/Antonin Kratochvil





# Bósnia-Herzegovina como catalisadora da mudança

A mulher de Mostar, de meia-idade avançada, movimentava-se apreensivamente no aposento desprovido de janelas quando concordou em falar, no início de 2010, sobre uma vida arruinada pela guerra e nunca reparada. Na complexa rede do conflito étnico, seu marido sérvio-bósnio foi morto em 1992, por recusar-se a vestir o uniforme das forças sérvias. Foi somente há cinco anos que ela, finalmente, pode confirmar o assassinato de seu marido, com base no DNA.

Croata, ela foi pega entre os combatentes sérvios e bósnios. Por dias e semanas de terror, depois que seu marido fora levado – e ela também foi ameaçada de morte –, ela vagou de repartição em repartição, de soldado em soldado, na esperança cada vez menor de encontrá-lo. Não podia comer, embora houvesse comida. Não podia descansar. Tinha de esconder-se – em certa noite, no depósito de carvão de um vizinho –, na hipótese de que viessem ao seu encalço.

Quando pode, voltou para casa. Sua face, subitamente, se contorce de angústia: “Depois de um tempo, não tínhamos mais água corrente e eu tive de ir à cisterna”, conta. “Na volta, fui parada por três soldados”, continua. “Eles me disseram para colocar a água no chão e segui-los”. Sua história se transforma num conto de interminável horror, quando ela recorda as horas de violência sexual que se seguiram. “Eles me torturaram; fizeram coisas inimagináveis”, diz. “Implorei para que me matassem”.

Foram atrocidades como essa na Bósnia-Herzegovina e a seguir em Ruanda e na África Ocidental, na década de 1990, que fizeram com que a comunidade internacional se prontificasse a classificar essas experiências brutais como “crimes de guerra”, primeiramente nos tribunais regionais e, depois, no Estatuto de Roma de 1998 que criou a Corte Penal Internacional. Foram crimes como esses que também geraram, na primeira década deste século – quando o enfoque mundial se voltou para a República Democrática do Congo e para Darfur –, repetidos debates no Conselho de Segurança das Nações Unidas. As brutalidades cometidas na década de 1990 foram o ponto de partida no caminho que levou à resolução 1325 e às várias outras resoluções que se seguiram.

A mulher de Mostar tinha 50 anos, quando sofreu o abuso. Foi somente em 2006, ainda sofrendo de lesões nos rins e pressão alta, que conseguiu falar sobre aquele dia com outra

◀ Mulher bósnia em frente ao complexo industrial destruído por incêndio, utilizado como campo de concentração durante a guerra.

©VII Photo/Antonin Kratochvil

sobrevivente de estupro, que, disse ela, poderia entendê-la. “Não consegui compartilhar minha história até então”, continuou. “Temia que me culpassem. O estigma era muito grande”. Seus dois filhos que vivem no exterior nunca souberam. A trágica vida desta mulher, agora no final de seus 60 anos e ainda em psicoterapia, demonstra por quanto tempo as cicatrizes da guerra continuam gravadas nas mentes e almas das vítimas. Sua história e muitas outras também demonstram o quanto ainda resta para ser feito pela comunidade internacional, governos e sociedade civil para poupar as gerações futuras de todo o mundo desta brutalidade.

Quase duas décadas se passaram desde que a Bósnia-Herzegovina consumou a mais custosa guerra na Europa, em termos de vidas humanas, em mais de meio século. A capital do país, Sarajevo, foi mantida sitiada por quatro longos

anos. Há 15 anos, um tratado de paz encerrou a luta. Mas em cidades tão diferentes e espalhadas como Mostar, Tuzla e Sarajevo, as mulheres que sobreviveram aos “campos de estupro” e ataques sexuais em suas casas e nas vizinhanças ainda vivem a vergonha e o medo, continuam psicologicamente afetadas e veem há muito negadas a dignidade e a reparação que buscam. Vieram reunir-se com uma pessoa estrangeira, confiantes de que poderiam contar-lhe suas histórias, mas a maioria não conseguiu. O controle entra em colapso, cigarros são acesos, o tremor começa, as vozes falham e surgem os soluços.

Embora surjam histórias de vizinhos ajudando vizinhos, as mulheres na Bósnia-Herzegovina, frequentemente, afirmam que sofreram a falta de apoio da comunidade para ajudá-las nas horas terríveis por que passaram. Quando retornaram para suas casas, foram abandonadas e amaldiçoadas por parentes e antigos amigos. Ainda tremem ao lembrar que os homens que sobreviveram à detenção, humilhação e tortura, ou que por pouco escaparam da morte, de alguma forma não conseguiram encontrar em si mesmos o entendimento e simpatia para com as mulheres, que, ao invés disso, foram acusadas de desonrar suas famílias. Muitas delas começaram a sentir-se culpadas, afirmam. Afundaram-se em secreta vergonha, escondendo suas histórias, muitas vezes por anos.

A guerra na Bósnia-Herzegovina matou, estima-se, no mínimo 100.000 pessoas, e cerca de 125.000 ainda estão desaparecidas. Houve atrocidades de todos os lados nesta guerra e nas outras que se seguiram à divisão da antiga Iugoslávia.

Em algumas comunidades bósnias, por exemplo, as mulheres foram separadas dos homens e detidas por determinados períodos em qualquer lugar que pudesse ser transformado em centro provisório de detenção. Eram levadas uma a uma ou em pequenos grupos por vez, para serem

*Enisa Salčinović (à direita), presidente da Associação das Sobreviventes de Campos de Tortura e Concentração da Bósnia-Herzegovina. Das mais de 2.000 mulheres inscritas em sua associação, um quarto foi estuprada.*

▼ ©VII Photo/Antonin Kratochvil





## 4 TRIBUNAL CRIMINAL INTERNACIONAL PARA A ANTIGA IUGOSLÁVIA

O Tribunal Criminal Internacional para a antiga Iugoslávia (ICTY) é uma corte das Nações Unidas que julga crimes de guerra que tiveram lugar durante os conflitos nos Bálcãs, na década de 1990. Desde sua abertura, em 1993, alterou irreversivelmente o cenário do direito humanitário internacional e deu às vítimas a oportunidade de verbalizar os horrores que testemunharam e viveram.

O principal objetivo do ICTY é julgar aquelas pessoas mais responsáveis

por atos chocantes como assassinatos, tortura, estupro, escravidão, destruição de propriedades e outros crimes. Seus processos tratam de crimes cometidos de 1991 a 2001 contra membros de vários grupos étnicos na Croácia, na Bósnia-Herzegovina, na Sérvia, em Kosovo e na antiga República Iugoslava da Macedônia.

Embora o número mais significativo de casos ouvidos no ICTY refira-se a alegações de crimes cometidos por sérvios e sérvios-bósnios, o tribu-

nal investigou e processou pessoas de todas as ascendências étnicas. As sentenças foram proferidas tanto contra croatas como contra bósnios muçulmanos e albaneses do Kosovo por crimes cometidos contra sérvios e outros. Os juízes declararam que o estupro era usado pelos membros das forças armadas da Sérvia Bósnia como instrumento de terror.

*Fonte: International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia, [www.icty.org](http://www.icty.org)*

sexualmente abusadas. Aquelas que escapavam do aprisionamento corriam o risco de serem atacadas, simplesmente ao saírem para fazer algo – comprar cigarros ou procurar alimentos ou água.

Ninguém é capaz de determinar com certeza quantas mulheres na Bósnia sofreram abusos sexuais – muitos estimam que foram dezenas de milhares – ou quantas crianças nasceram de estupros. Denunciar abuso sexual às autoridades era uma situação problemática. O risco social de tornar públicos os ataques era um impedimento. A delicada política da Bósnia-Herzegovina não tornava fácil apontar crimes. Organizações não governamentais fizeram campanhas pela compensação e reconhecimento público do sofrimento das vítimas, agora de meia-idade ou mais velhas. Ainda que muitas das mulheres fossem sozinhas e pobres, não foi senão em 2008 que aquelas que desejassem se cadastrar como vítimas – um grande passo em si –, para receber pagamentos regulares de compensação do governo, puderam fazê-lo.

As mulheres bósnias e croatas que relataram suas histórias para este relatório não podem

ter seus nomes divulgados, com exceção de algumas. Enisa Salčinović é presidente da Associação de Sobreviventes da Tortura nos Campos de Concentração que oferece suporte psicossocial a vítimas e monitora sua saúde. Anos de depressão ou ciclos de colapso e melhora cobram pesado tributo à saúde geral das mulheres que podem também deixar de realizar *check-ups* regulares ou exames de prevenção ao câncer. Das mais de 2.000 mulheres inscritas em sua associação, um quarto foi estuprada, informa Salčinović. A maioria sofreu alguma forma de tortura física ou psicológica.

No período de menos de um ano que se seguiu à explosão da guerra, em 1992, Salčinović perdeu seu marido em um campo de concentração. Foi estuprada repetidamente pelas tropas sérvias em Foca, onde viveu até ser arrancada do lar. Deportada por seus captores, ela caminhou sem destino com seus dois filhos por toda a antiga Iugoslávia até encontrar sua irmã em um campo de desabrigados em Skopje. Quando lhe perguntaram que tipo de terror isto deve ter sido para

seus filhos, ela apenas balança a cabeça, incapaz de falar. Sentada próxima a ela, Esmija Kundo, também de Foca, disse que seus quatro filhos foram traumatizados pela guerra; um deixou a escola na terceira série e nunca conseguiu retomar os estudos. Ela tem raiva, afirmou, porque acha que os prisioneiros em julgamento em Haia foram bem tratados, enquanto ela teve de lutar muito para conseguir um pequeno apartamento para acomodar sua família e tentar sobreviver com os benefícios da previdência social de seu falecido marido. Não pode trabalhar, é hospitalizada a cada dois meses para ter sua condição de saúde estabilizada com medicamentos e é examinada a cada 15 dias por médicos em um centro especializado.

**“Aqui sempre se pode observar, como pano de fundo de uma vítima de violência doméstica, a questão da guerra.”**

Bakira Hasečić é a mais conhecida e articulada advogada de mulheres vítimas da guerra. Porta-voz incansável que leva a campanha pelo reconhecimento e reparação a qualquer lugar do mundo onde acredita que isto possa redundar em algum benefício, ela é fundadora e presidente da organização Mulheres Vítimas da Guerra, tendo sido ela mesma vitimada pelo estupro. Suas agressivas campanhas não foram bem recebidas por todas as outras sobreviventes ou por outras organizações não governamentais com diversas abordagens. Hasečić, que dirige suas operações a partir de uma pequena sede em um subúrbio de Sarajevo, movimentou-se no vácuo dos serviços sociais e foi capaz de persuadir oficiais do governo a permitir que sua organização fosse o único canal de requerimentos para compensações governamentais quando o dinheiro se

tornou disponível, um movimento que causou polêmica entre os grupos de mulheres.

Esse monopólio informal agora cessou, afirmou Saliha Đuderija, ministra assistente para Direitos Humanos e Refugiados da Bósnia-Herzegovina, que acrescentou que a questão da compensação a mulheres vítimas de abuso não recebeu no passado a atenção oficial devida. Acrescenta que as vítimas agora podem apresentar seus pedidos por meio das repartições de serviço social, ou também da Mulheres Vítimas da Guerra ou outros grupos. Đuderija também afirmou que ainda não há uma definição oficial para vítimas no âmbito federal.

Quando a guerra na Bósnia-Herzegovina terminou, não faltou ajuda de curto prazo para as mulheres. Os campos de estupro se tornaram um escândalo internacional. Organizações não governamentais, locais e internacionais, brotaram “como cogumelos depois da chuva”, diz Dubravka Salčić-Dizdarević, psiquiatra que também é fundadora e diretora médica do Centro de Reabilitação para Vítimas de Tortura de Sarajevo. Muitos daqueles que desejavam ajudar não estavam preparados para trabalhar no ambiente bósnio e, posteriormente, encerraram suas operações, mal contribuindo para reduzir o número de casos. Quando o Tribunal Criminal Internacional para a antiga Iugoslávia foi aberto, muitas outras mulheres começaram a relatar suas histórias, continuou ela, e quando um pagamento governamental de até 250 euros mensais foi oferecido, há dois anos, mais mulheres se prestaram a falar abertamente. “Mas não todas”, afirma Dubravka. “Então tivemos um enorme problema com elas. Esta é a razão pela qual é fundamental que muitas organizações não governamentais que ainda trabalham neste programa tenham o suporte de nosso governo.” E quanto à comunidade internacional, afirmou, “Ela desistiu cedo demais

da Bósnia-Herzegovina.” Muito foi deixado sob a responsabilidade de políticos que não queriam ou não podiam assumir incumbências controversas. O pagamento mensal para vítimas de estupro é agora de cerca de 280 euros, ainda menos que aquele oferecido a veteranos de guerra.

Jasna Zečević dirige um centro de aconselhamento modelo para vítimas de trauma em Tuzla — o Vive Žene que significa “mulheres de vida longa”. Ali foi desenvolvido um sistema fluido, multidimensional, afirmou Zečević. “A cada ano mudamos o conceito, de acordo com a mudança na situação.” O centro começou como uma instalação residencial antes do fim da guerra. Atualmente, é uma clínica psicológica ambulatorial, com poucos leitos, para serem utilizados, se forem necessários, em casos de emergência. As pacientes que se dirigem ao centro provêm de uma grande área nos arredores de Tuzla, inclusive de campos de desabrigados, dos quais oito permanecem abertos, continuou Zečević. “Somos psicólogas, assistentes sociais, professoras, enfermeiras, administradoras, advogadas.”

O Vive Žene se distingue pela amplitude de sua abordagem e seus projetos independentes, norteados pela experiência. “Trabalhamos em poucos níveis”, afirmou. “O primeiro é a psicoterapia. Chamamos de recuperação interior. As mulheres necessitam de tratamento individual. No segundo nível, passamos para a retomada dos laços na comunidade, independentemente de seu alcance. Continuamos com um programa pós-atendimento. E o terceiro nível, desenvolvido há três anos, é a advocacia e a criação de *lobbies* para a defesa dos direitos dessas mulheres. De maneira que estamos envolvidas em tudo o que há de mais atualizado na área das vítimas de tortura e violência doméstica também, porque não vamos dividir as vítimas da violência em “durante” e “depois” da guerra. Somamos as duas áreas por-



que achamos que elas estão ligadas. Aqui sempre se pode observar, nos antecedentes de uma vítima de violência doméstica, a questão da guerra.”

O centro auxilia as mulheres a se prepararem para testemunhar nos tribunais que tratam de casos de crimes de guerra, se estas quiserem e puderem dar esse passo. Existe na Bósnia-Herzegovina um sentimento difundido, entretanto, de que nenhum tribunal distante terá papel marcante nas vidas da maior parte das vítimas. Muitas mulheres ficaram desapontadas pelo fato de que toda a atenção internacional que receberam quando a guerra terminou nunca se traduziu em mudanças significativas. Mais ainda, a Anistia Internacional declarou, em um relatório de 2009 intitulado, “*Justiça de Quem? As Mulheres da Bósnia-Herzegovina Ainda Aguardam*” que as vítimas não são ade-

▲ Bakira Hasečić (à direita), fundadora e presidente das Mulheres Vítimas da Guerra, da Bósnia-Herzegovina.

©VII Photo/Antonin Kratochvil





▲ *Sobrevivente da guerra da Bósnia-Herzegovina relata o que ela e sua família enfrentaram.*

©VII Photo/Antonin Kratochvil

quadamente compensadas nem mesmo por seu comparecimento nas cortes internacionais, inclusive no Tribunal dos Bálcãs.

Zečević convidara algumas de suas clientes a falar sobre suas vidas com o autor deste relatório. Em conversas individuais, uma ou duas mulheres, bem vestidas e aparentemente à vontade, conseguiram falar com algum distanciamento de seus infernos particulares. Uma mulher frágil, magra, dissera a Zečević que “se rastejaria para ir à reunião”, se isso fosse necessário, para contar sua história. Mas, tremendo, não foi muito longe. No ponto em que iria dizer: “Então ele me disse para tirar a roupa” ela desmoronou, tremendo e soluçando, e teve de ser levada nos braços por Zečević.

Outra delas escolheram centrar-se no presente e no futuro, mas queixaram-se de que não receberam – e isto havia meses – os pagamentos

de reparações, pedidos em 2008. Fora a Belgrado para prestar testemunho em um julgamento de crimes de guerra regional e disse que foi caluniada por seus vizinhos sérvios quando voltou. Pensava em formar uma nova organização de vítimas, mas teve conhecimento do quão complicado isto seria. “As mulheres não estão interessadas em se organizar, lutar”, comentou. “São isoladas e pobres. Querem saber se há dinheiro nisso. Temem que suas famílias sejam molestadas.” Toda essa análise sem rodeios vem de uma mulher que perdeu seu lar, sua saúde, seu marido – e, depois, teve seu pedido de reassentamento nos Estados Unidos recusado porque seu nome não foi encontrado no banco de dados da Cruz Vermelha. “Meu navio afundou”, comentou. Mas mudou o rumo e procurou outros meios para dar sentido à sua vida. Três anos de ajuda do Vive Žene contribuíram para, finalmente, dar uma volta em sua vida.

## 5 O PRESENTE, QUE NÃO TEM PREÇO, DE UMA MÃE

Seu nome tem de ser mantido em sigilo. A história que ela nunca contou a seu filho de 17 anos é sobre estupro com violência e gravidez indesejada, que deu a ele uma vida sem pai. É a história tirada de um legado de vergonha da guerra de 1992-1995, na Bósnia-Herzegovina, que nunca foi totalmente explorado.

Alguém pode perguntar: quantos filhos de ataque sexual há neste país? A resposta é que ninguém sabe realmente, porque o assunto é perturbador demais para ser documentado – para as crianças, em primeiro lugar, e para as mães, ainda temerosas das consequências sociais, mesmo agora, de falar sobre o que lhes aconteceu. O estupro cometido como ato de guerra é crime internacional. Que a vítima seja levada a sentir-se culpada é uma desgraça social, dizem os conselheiros que trabalharam com mulheres como ela e tantas outras, sem nome.

Sua história tem um fim satisfatório – quase feliz – porque esta mulher forte, com mãos ásperas por anos de trabalho pesado, construiu uma vida para ela e para seu filho, por sua absoluta força de vontade e incomensurável amor pelo filho que quase abandonou quando bebê. Depois de alguma persuasão por parte da mulher que lhe deu um emprego e tornou sua vida suportável, ela concordou em contar sua história e falar sobre si: como desafiou as convenções sociais e o castigo de sua família para salvar e alimentar uma vida que se iniciava.

Com 29 anos, obrigada a deixar seu lar em um vilarejo na Bósnia Oriental pelo avanço dos soldados sérvios, ela foi reunida com mais de 450 outros bósnios. As mulheres foram separadas dos homens (alguns dos quais nunca mais foram vistos) e aprisionadas no que se tornou uma “casa de estupro”. As mulheres foram libertadas nove dias depois

pelas forças bósnias, mas não antes de ela sofrer abuso por um soldado que ela tem certeza que não era sérvio-bósnio, mas um combatente da atual República Sérvia, que lhe dirigiu, aos gritos, uma ofensa de natureza racial e a agrediu fisicamente antes de estuprá-la, deixando-a inconsciente. Meses depois, ela foi novamente capturada e estuprada por seis homens que a deixaram, ensanguentada, à margem de um rio. Os aldeãos bósnios a encontraram, ofereceram-lhe roupas e abrigo. Ela deu à luz a um menino na primavera seguinte.

“Eu disse à assistente social que não queria a criança”, contou, por meio de um intérprete. “Mas fiquei contente ao saber que era menino”, continuou. “Se fosse uma menina, talvez ela tivesse que passar pela mesma coisa.” A mulher não teve mais contato com a criança por sete meses, quando sentiu um desejo imenso de vê-lo e passou a procurá-lo nos orfanatos, desconhecendo o nome que lhe haviam dado. Quando finalmente o encontrou, ele estava em um hospital, doente e desnutrido.

“Não havia muita comida naquele ano”, continuou. “Ele colocava a mãozinha toda, até o punho, na boca, para sugá-la. Quando eu o vi sugando seu punho, decidi assumi-lo, independentemente da situação.” A criança tinha sido levada para um orfanato e registrada como filho dela, para que não pudesse ser adotada. A partir daí, o filho se tornou o centro e propósito de sua vida. Ela não podia levá-lo para a casa onde vivia com seu pai e irmão, que não queriam contato com a criança. Certa vez, seu pai lhe bateu quando encontrou um par de botinhas sob a cama da jovem, botinhas essas que deveriam ser levadas para o orfanato onde ela regularmente visitava o menino para entregar-lhe roupas e alimento. Ele sabia que ela era sua mãe e

agarrava-se desesperadamente a ela ao final de cada visita. “Desde então, tenho lutado por ele”, afirmou.

Em 1994, arrumou emprego como faxineira de um escritório, por volta de 1998, comprou um pequeno terreno e deu início à construção de uma casa – sozinha – com algum material doado. Em 1999 a moradia foi concluída. “Mudei-me em julho e levei-o para casa. Ele mora lá desde então”, concluiu.

Seu passado ainda a traumatiza quando está só. “Tenho *flashbacks*. É como uma imensa tela mostrando o que aconteceu, e eu vivo tudo isso de novo. Em um mês, durmo, talvez, cinco noites.” Seu filho nunca perguntou sobre o passado, embora tenham assistido juntos ao filme *Grbavica* – relato ficcional sobre uma vida como a dela. Ela não sabe o que ele possa já suspeitar. No vilarejo onde vivem atualmente, existem filhos sem pais oriundos de Srebrenica, onde milhares de membros do sexo masculino da comunidade foram massacrados em 1995. Os administradores da escola mostram solidariedade para com todos eles.

Seu filho é um bom menino, disse, “humilde e sem exigências”. E, embora não tenha ido bem academicamente, está agora em uma escola técnica, acrescenta. “O mais importante é que ele é saudável e está ansioso por trabalhar. O trabalho me salvou. Ele me deu a chance de construir uma casa e sobreviver.”

“Às vezes eu me pergunto o que me deu aquela energia”, interroga, voltando o olhar para sua vida passada. “Vim de uma família de vilarejo, com seis filhos – uma família rural. Fui educada para me contentar com o fruto de meu trabalho.” A religião foi importante para ela, acrescentou. “Se você não tem fé, não tem caráter. Não se deixe levar pelo vento. Tenha um norte”.





# Uma resolução e a realidade: uma década de engajamento

No início de 2000, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas começou a centrar-se na questão de como proteger as mulheres no curso de conflitos e a exigir que elas fossem levadas em conta na prevenção da guerra e na edificação da paz duradoura, o mundo tinha vivenciado uma década de guerras étnicas, por vezes genocidas, que eliminaram muitos mais civis que combatentes.

Paradoxalmente, entretanto, a década de 1990 foi também um período sem precedentes de progresso internacional e comprometimento para com as mulheres. Os pontos altos foram as conferências internacionais sobre direitos humanos de 1993, em Viena; sobre população e desenvolvimento, de 1994, no Cairo; e sobre a situação e direitos da mulher, de 1995, em Beijing. Essas três conferências trataram das questões da mulher em conflitos e incluíram ações para a proteção de seus direitos. Era o momento certo para preencher a lacuna entre promessas e realidade.

No preâmbulo da resolução 1325, o Conselho ressaltou que “um entendimento do impacto do conflito armado sobre mulheres e meninas, efetivos arranjos institucionais para garantir sua proteção e plena participação no processo de paz podem contribuir significativamente para a manutenção da paz e da segurança internacionais.” Com esta resolução, o Conselho tomou uma decisão histórica para ampliar a definição de seu mandato. O tratamento da mulher e de seus

papéis na guerra e na paz seria, daí em diante, considerado na análise da segurança internacional.

Anwarul Chowdhury, de Bangladesh, era membro do Conselho de Segurança à época, e nunca esqueceu o poder daquele momento. “A aprovação da 1325 abriu uma porta de oportunidade muito esperada para mulheres que demonstraram liderança e, mais uma vez, para que elas tragam uma melhora qualitativa na estruturação da paz e na arquitetura pós-conflito,” escreveu, em um editorial para o *Inter Press Service*, em março de 2010. Tomadas em conjunto, afirmou, “A Plataforma de Ação de Beijing e a 1325 são inigualáveis em termos do que elas podem fazer para o empoderamento feminino, não apenas para dar a 50% da população mundial o que lhes é devido, mas também para tornar o mundo um lugar melhor para se viver. Mas onde ficamos em termos de sua implementação?”

Chowdhury era presidente do Conselho de Segurança em março de 2000, quando a questão da proteção e envolvimento da mulher foi levada

◀ Estella Bamba, oficial zambiano da Polícia das Nações Unidas, aconselha policiais liberianos na Delegacia de Polícia de Salém, em Monróvia.

©VII Photo/Marcus Bleasdale



Delegacia de Polícia de Salém, na Monróvia, cuja força é composta por até 25% de mulheres.

©VII Photo/Marcus Bleasdale

## 6 DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação aprovadas por 189 países, na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em Beijing, em 1995, sublinham que a violência contra as mulheres é tanto uma violação dos direitos humanos das mulheres como um impedimento para que elas desfrutem plenamente de todos os direitos humanos. O foco se deslocou: passou para a exigência de que o Estado assumisse sua responsabilidade pela tomada de ações de prevenção e eliminação da violência contra mulheres. Expressas na Plataforma de Ação de Beijing, foram identificadas áreas críticas de preocupação que requerem ação urgente para o alcance de metas de igualdade, desen-

volvimento e paz; uma dessas áreas era a violência contra mulheres.

O reconhecimento da violência contra mulheres como violação de direitos humanos lança luz sobre a obrigação vinculativa dos Estados na prevenção, erradicação e punição dessa violência, e a responsabilidade que lhes cabe se deixarem de atender a essas obrigações. Elas decorrem do dever dos Estados de colocar em prática atos que visem a implementar o respeito, a proteção, a promoção e o atendimento aos direitos humanos.

As exigências de que os Estados tomem todas as medidas apropriadas para responder à violência contra mulheres, assim, deslocam-se da esfera

do critério e se tornam titularidade jurídica. O enquadramento no âmbito dos direitos humanos abre acesso a inúmeras ferramentas e mecanismos que foram desenvolvidos para responsabilizar os Estados em nível internacional e regional. Essas ferramentas e mecanismos incluem órgãos do tratado de direitos humanos e tribunais criminais internacionais, bem como os sistemas de direitos humanos africanos, europeus e interamericanos.

*Fonte: In-depth study on all forms of violence against women: Report of the Secretary-General, 6 July 2006 [Estudo em profundidade sobre todas as formas de violência contra mulheres: Informe do Secretário-Geral, 6 de julho de 2006].*

à mesa de discussão. “Fui acusado de trazer à agenda de discussão uma questão menor, e isto recebeu forte resistência”, comentou em entrevista. “Intelectualmente, eles não vinculavam a questão da mulher à questão da segurança”. Foi somente em outubro de 2000 que a resolução foi aprovada.

A resolução 1325 apresentava algumas demandas específicas ao Secretário-Geral e ao Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Dentre elas, a ampliação do papel da mulher entre os observadores militares, nas polícias civis, dentre os oficiais de direitos humanos e pessoal de ajuda humanitária. A resolução não tinha poder de execução nos termos do Capítulo 7 da Carta da ONU que permite ao Conselho de Segurança impor sanções ou autorizar intervenções militares. Ela “expressa sua concordância em incorporar a perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz, e *urge* que o Secretário-Geral [que como chefe do

Secretariado das Nações Unidas detém a supervisão do departamento de manutenção da paz] assegure que, nos casos apropriados, as operações de campo incluam um componente de gênero.”

Considerou-se que a resposta tardava e, assim, o Conselho de Segurança não se fixou apenas na 1325. A resolução 1820, aprovada em 19 de junho de 2008, direcionou uma linguagem mais forte aos combatentes de todos os tipos e aos governos, aos quais cabe a responsabilidade de proteção aos cidadãos. A resolução “*exige* a imediata e completa cessação, por todas as partes de conflitos armados, de todos os atos de violência sexual contra civis, com efeito imediato.” Ela conclama a exclusão de crimes sexuais das disposições de anistia em acordos de paz, e faz lembrar a todas as partes de qualquer conflito que “o estupro e a violência sexual podem se constituir em crime de guerra, crime contra a humanidade ou ato constitutivo com respeito ao genocídio.” Esses crimes foram

## 7 OBTENÇÃO DE DADOS CONFIÁVEIS

O UNFPA e outros órgãos das Nações Unidas estão desenvolvendo novos sistemas de coleta e análise de dados dispersos sobre sexo para informar sobre intervenções humanitárias em situações de conflito, pós-conflito e de emergência. Os dados, especialmente aqueles referentes à violência de gênero, até agora são raros ou inexistentes.

Em outubro de 2009, atendendo a um pedido do Conselho de Segurança, a Força-Tarefa sobre Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas estabeleceu um Grupo Técnico de Trabalho sobre Indicadores Globais para monitorar a implementação da resolução 1325 pelas Nações Unidas e Estados-membros. O UNFPA é membro desse Grupo Técnico de Trabalho e vem

auxiliando na elaboração da minuta de um conjunto final de indicadores que o Secretário-Geral das Nações Unidas apresentará ao Conselho de Segurança em outubro de 2010.

O UNFPA, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e com o Comitê Internacional de Resgate, desenvolveu um Sistema de Gestão de Informações sobre Violência de Gênero que pode servir de modelo para dar relevo à programação baseada em dados e aprimorar a coordenação nesse campo. O sistema-piloto constitui um esforço para a sistematização da gestão de dados relevantes de toda a comunidade humanitária. O novo sistema deve fornecer uma ferramenta e metodologia-padrão para a coleta e aná-

lise de dados, aumentar a confiabilidade das informações relacionadas à violência de gênero nos ambientes humanitários e aprimorar a tomada de decisões no âmbito local, dos países e global.

A partir de 2009, o UNFPA, UNIFEM e o Escritório de Assessoria Especial sobre Questões de Gênero e Progresso da Mulher buscaram construir capacidades nacionais para o desenvolvimento de Planos de Ação Nacionais fundados na resolução 1325 e para o desenvolvimento ou refinamento de indicadores nesses planos que auxiliassem a monitoração da implementação da resolução 1325 (e da resolução 1820). Em 2009, Uganda e Serra Leoa desenvolveram esses planos, com os correspondentes indicadores.

## 8 COMO OS FILIPINOS ELABORARAM SEU PRÓPRIO PLANO DE AÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325

O atendimento, por um país, de um pedido das Nações Unidas por um mapa do caminho para a implementação nacional da resolução 1325 não tem necessariamente de esperar a ação governamental. Nas Filipinas, onde têm havido conflitos, os cidadãos tomaram a iniciativa. Jasmin Galace, diretora adjunta do Centro de Formação para a Paz nos conta como isto sucedeu.

A história começa com três mulheres que se encontraram na cafeteria de um colégio feminino das Filipinas, no final de 2007, e se perguntaram se houve algum progresso na implementação da resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas no país. As três mulheres entraram em contato com a Comissão Filipina sobre Mulheres e, em conjunto, organizaram um *workshop* nacional para que as organizações de paz e grupos femininos ampliassem o conhecimento sobre a resolução e pesquisassem se houve iniciativas para implementá-la. Elas queriam saber como a resolução poderia ganhar corpo. O *workshop* foi organizado pelo *International Women's Tribune Centre*; pela Sulong CARHRIHL, organização de direitos humanos e da paz; e pela Comissão Filipina sobre Mulheres.

O resultado foi a decisão de se desenvolver um plano de ação nacional com o fim de implementar ambas as resoluções, 1325 e 1820, e convidar a agência de paz governamental, o Escritório da Assessoria da Presidência para o Processo de Paz, para chefiar o desenvolvimento de um plano de ação nacional. Foi organizado um Comitê Preparatório para organizar seis consultas regionais em todo o país. Esse comitê desenvolveu uma minuta inicial de plano de ação sobre mulheres, paz e segurança como documento de trabalho. A minuta do plano foi enriquecida por

consultas a várias partes interessadas, conduzidas em seis regiões das Filipinas, de agosto a outubro de 2009.

Os participantes da consulta eram oficiais de governo de agências tanto nacionais como locais, membros das forças militares e policiais, povos indígenas, grupos religiosos, setores de base e organizações da sociedade civil que trabalham com as temáticas da paz, das mulheres e dos direitos humanos. As pautas das consultas consistiam de uma análise situacional das mulheres, da paz e do conflito, das visões de paz, das iniciativas femininas relacionadas à edificação da paz e recomendações sobre o que deveria ser incluído em um plano de ação nacional.

Em outubro de 2009, foi apresentada uma minuta do plano em um *workshop* nacional de organizações da sociedade civil, patrocinado pelo *International Women's Tribune Centre*. Um *workshop* similar foi realizado para os represen-

tantes de nível nacional das mesmas agências de governo consultadas nas regiões. Então, a minuta do plano de ação nacional foi reenviada aos participantes das consultas regionais para comentários e sugestões adicionais. A edição final do Plano de Ação Nacional foi elaborada pelo comitê preparatório em março de 2010 e lançada em 25 de março do mesmo ano.

A implementação do plano teve início em abril de 2010, com a liberação de, aproximadamente, US\$200.000 pelo escritório do consultor da presidência sobre o Processo da Paz para organizações de mulheres e de paz. A história continua com homens e mulheres trabalhando em conjunto para que o Plano de Ação Nacional Filipino sirva como catalisador para transformar a situação das mulheres filipinas, de vítimas, para edificadoras da paz em suas respectivas comunidades e no país como um todo.

### O Plano de Ação Nacional Filipino tem quatro metas:

- Assegurar a proteção aos direitos humanos das mulheres, em situações de conflitos armados e pós-conflitos, e a prevenção da violação desses direitos;
- Empoderar as mulheres e assegurar sua ativa e sensível participação nas áreas da edificação e manutenção da paz, prevenção e solução de conflitos e reconstrução pós-conflito;
- Promover e manter a tendência da perspectiva de gênero em todos os aspectos da prevenção e solução de conflitos e edificação da paz;
- Institucionalizar um sistema de monitoramento e relatoria visando a monitorar, avaliar e elaborar relatórios com vistas a ressaltar a responsabilidade pela bem-sucedida implementação do Plano de Ação Nacional e o alcance de suas metas.



codificados no Estatuto de Roma do Tribunal Criminal Internacional, com aplicação vinculada para tribunais de crimes de guerra regionais. Por anos, casos de violência de gênero passaram então a ser amplamente reportados, especialmente na República Democrática do Congo.

Um ano e três meses depois, em 30 de setembro de 2009, o Conselho de Segurança, por meio da resolução 1888, reiterou sua “*profunda preocupação* pelo fato de que, apesar de sua reiterada condenação à violência contra as mulheres e crianças, inclusive contra todas as formas de violência sexual em situações de conflito armado, e a despeito de todas as conclamações dirigidas a todas as partes de conflitos armados pela cessação desses atos com efeito imediato, eles continuam a ocorrer e, em algumas situações, se tornaram sistemáticos ou se expandiram.” Cinco dias depois que essa resolução foi aprovada, o Conselho de Segurança voltou a pressionar pedindo mais informes sobre como a resolução 1325 vinha sendo implementada pelos governos e pelas próprias Nações Unidas.

Em meados de 2010, 18 dos 192 Estados-Membros das Nações Unidas haviam elaborado planos de ação nacionais que constituíam seu compromisso de se somar a um esforço global de proteção e inclusão das mulheres em decisões e ações referentes à guerra e paz. Essas nações concordantes, com planos adaptados para suas diversas situações, foram: Áustria, Bélgica, Chile, Costa do Marfim, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Libéria, Países Baixos, Noruega, Filipinas, Portugal, Serra Leoa, Espanha, Suécia, Suíça, Uganda e Reino Unido. Destas, cinco se encontravam ativamente envolvidas em recuperação e edificação da paz pós-conflito. Os informes apontaram que, em meados do ano, mais nações se encontravam trabalhando em planos nacionais, o que é importante não apenas como sinal de comprometimento, mas também como um meio de



institucionalizar as resoluções no seio dos governos e identificar aqueles oficiais ou repartições responsáveis por implementá-las. Com a proximidade do 10º aniversário da aprovação da resolução 1325, esperava-se que mais deles fossem concluídos e publicados, com a expectativa de que eles fossem também progressivamente implementados.

No início de 2010, o Secretário-Geral Ban Ki-moon, atendendo a um pedido do Conselho de Segurança, nomeou um representante especial sobre violência sexual em conflitos para estimular a ação por parte dos agentes envolvidos. O mandato do Conselho de Segurança era amplo. No texto da resolução 1888 lê-se: “*Requer-se* que o Secretário-Geral nomeie um representante especial a quem caberá oferecer liderança coerente e estratégica, trabalhar efetivamente para estreitar os mecanismos existentes de coordenação das Nações Unidas e engajar esforços jurídicos, entre outros, com os governos, inclusive com os representantes militares e judiciais, bem como com todas as partes de conflitos armados e sociedade civil, com o objetivo de tratar, tanto na sede da ONU quanto no âmbito de país, a violência sexual em conflitos

▲ Margot Wallström, representante especial do Secretário-Geral sobre Violência Sexual em Conflitos, em discurso no evento “Unidos para Acabar com a Violência Contra a Mulher”, afirmou que, em conflitos atuais, o estupro é a linha de frente de combate.

©UN Photo/Devra Berkowitz

## 9 A CONVOCAÇÃO À AÇÃO DE BRUXELAS

A comunidade internacional deve prevenir a violência sexual e a de gênero por meio da promoção da equidade e igualdade entre os gêneros e o empoderamento econômico, social e político feminino, declararam os representantes dos governos, das Nações Unidas, da sociedade civil e da Comissão Europeia em simpósio realizado em Bruxelas, em junho de 2006.

O grupo afirmou que a prevenção e a proteção contra a violência sexual devem ser incorporadas em todos os aspectos da assistência humanitária, inclusive alimentos, combustível, água, saneamento e abrigos, e que investimentos eram necessários para capacitar todas as partes interessadas envolvidas na prevenção e resposta à violência sexual e de gênero, nos conflitos e além deles.

*Leia a Convocação à Ação de Bruxelas na íntegra em <http://www.unfpa.org/emergencies/symposium06/>.*

armados e, simultaneamente, promover a cooperação e a coordenação de esforços entre todas as partes interessadas pertinentes, primariamente por meio da iniciativa interagencial Ação das Nações Unidas Contra a Violência Sexual em Conflito.”

A escolha do Secretário-Geral para esta nova atribuição de cargo de representante especial recaiu em Margot Wallström, ex-ministra do governo sueco e vice-presidente da Comissão Europeia, que era conhecida pela promoção de questões relacionadas à mulher na área da segurança. Ela também atuou como forte defensora europeia da sensibilização sobre a urgência de implementar as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre este tema. Um mês após a nomeação de Wallström, em março de 2010, o Sistema das Nações Unidas estabeleceu um colegiado de peritos, copresidido por Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda e ex-alta-comissionária de Direitos Humanos das Nações Unidas, para coordenar o apoio das Nações Unidas para a implementação da resolução 1325 do Conselho de Segurança.

Por sua vez, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas está recrutando mais mulheres para atuar como oficiais de polícia em missões em todo o mundo. Algumas mulheres também estão servindo como soldadas mantenedoras da paz, enviadas por suas forças armadas nacionais. Em 2010, o departamento contava com quase 124.000 pessoas engajadas em missões em todo o mundo, das quais mais de 100.000 uniformizadas. Incluídas no pessoal uniformizado contavam-se, em meados do ano, 13.680 oficiais de polícia na ativa.

A proporção de mulheres na área militar e policial cresceu constantemente desde a aprovação da resolução 1325. No final de 2006, havia 1.034 mulheres nos graus uniformizados. Em dezembro de 2007, esse número tinha crescido para 1.360; um ano depois eram 1.794, ainda apenas uma fração do grupo uniformizado. Em 2009, quando as mulheres representavam apenas 7% dos oficiais da polícia das Nações Unidas, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz iniciou um esforço global para recrutar mais mulheres. A meta é alcançar 20% de mulheres nas unidades de polícia até 2015.

Dois países, Bangladesh e Índia, estão entre os que mais contribuem com soldados e também mantêm índices exemplares de mulheres no trabalho policial. A Índia foi a primeira, enviando todos os seus contingentes de policiais femininas para a Libéria. Uma unidade totalmente integrada por mulheres de Bangladesh foi recentemente designada para o Haiti, e uma nova unidade indiana também estava a caminho. O Paquistão, outro país que mais contribui com tropas para as Nações Unidas, está planejando criar uma unidade de polícia feminina, e outros países estão analisando a ideia. A Nigéria planeja enviar uma unidade totalmente integrada por mulheres para a Libéria. Essas unidades totalmente compostas

por mulheres são contingentes separados, pré-treinados e de um único gênero

Inúmeras nações têm rotineiramente enviado mulheres, juntamente com homens, em contingentes mistos de tropas e policiais. A África do Sul lidera, com um recorde de 10% de oficiais femininas entre os aproximadamente 2.100 mantenedores da paz que designou para as Nações Unidas. A Nigéria contribui com cerca de 350 mulheres entre cerca de 5.000 mantenedores da paz.

As mulheres em uniformes da polícia ou militares transmitem à população local a mensagem de que as Nações Unidas não apenas veem as mulheres como iguais aos homens no desempenho de missões, mas também entendem que policiais e tropas femininas podem ser modelos poderosos. Mulheres sobreviventes de ataques têm mais probabilidade de reportar incidentes a oficiais femininas. Na Libéria, Gna Gudjonsdottir, oficial feminina proveniente da Islândia e que é consultora da Polícia Nacional Liberiana, afirmou que, quando sai para praticar *jogging* pela manhã, em Monróvia, recebe largos sorrisos de boas-vindas de outras mulheres nas ruas.

Nos anos durante os quais as resoluções 1325, 1820, 1888 e 1889 entraram na arena das Nações Unidas, passos positivos foram dados também pelas mulheres que atuavam por iniciativa própria, em movimentos de solidariedade. Isto talvez seja mais bem exemplificado pelas determinadas mulheres da Libéria que desafiaram extremos perigos e realizaram passeatas de protesto para forçar o presidente Charles Taylor e comandantes a assinar um acordo de paz em 2003. Ou as mulheres da Bósnia-Herzegovina que demonstraram coragem nos anos recentes ao identificar-se como vítima, com o propósito de desafiar o estigma social que milhares delas ainda carregam, das guerras dos Bálcãs da década de

1990, e para forçar o reconhecimento governamental a seu continuado sofrimento.

Nas missões das Nações Unidas, a institucionalização de programas baseados no gênero tem lugar de precedência. No Timor Leste, o Programa de Desenvolvimento da Polícia, o UNFPA, a Polícia

## Mulheres sobreviventes de estupro têm mais probabilidade de reportar incidentes a oficiais femininas.

das Nações Unidas – principal parte da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor Leste (UNMIT) – e representantes de outros órgãos das Nações Unidas redigiram um manual para a Polícia Nacional de Timor Leste sobre investigação de casos de violência de gênero e conduziram sessões de treinamento para oficiais da polícia local, os quais vieram de uma sociedade que tradicionalmente considera o abuso doméstico uma questão de família a ser tratada em casa. Essa percepção foi ressaltada quando, em 2009, o UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento para Mulheres das Nações Unidas, publicou estudos por ele comissionados

### 10 “VIOLÊNCIA DE GÊNERO”

Violência de gênero é um termo amplo que designa qualquer ato lesivo que seja perpetrado contra a vontade de alguém e que se baseie na diversidade socialmente atribuível (de gênero) entre masculino e feminino.

O termo “violência de gênero” é frequentemente empregado de forma intercalada com “violência contra mulheres”. Ele resalta a dimensão de gênero desses tipos de ação, em outras palavras, a relação entre a situação subordinada da mulher na sociedade e sua crescente vulnerabilidade à violência. É importante notar, porém, que homens e meninos também podem ser vítimas da violência de gênero, especialmente violência sexual.

Fonte: Guidelines for Gender-based Violence Interventions in Humanitarian Settings [Diretrizes para Intervenções em Violência de Gênero em Situações Humanitárias], Comitê Interagencial Permanente das Nações Unidas.

## 11 NOVAS DIRETRIZES PARA MANTENEDORES DA PAZ

A priorização da violência sexual pela comunidade internacional, especialmente desde 2000, “reflete o entendimento de que a credibilidade das operações de manutenção da paz está em jogo se elas não puderem proteger civis sob iminente ameaça de violência física, inclusive violência sexual”, declara-se em um novo conjunto de diretrizes para militares mantenedores da paz, publicado pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, o UNIFEM e o *UN Action* em junho de 2010.

De acordo com o documento “Abordando a Violência Sexual em Conflitos: Um Inventário Analítico da Prática da Manutenção da Paz”, os mantenedores da paz uniformizados têm o potencial para ajudar na luta contra a violência sexual e para exercer impacto positivo nas vidas de mulheres e meninas e, por extensão, nas comunidades civis.

O componente militar das operações de manutenção da paz pode ter papel importante não apenas na proteção das mulheres contra a violência em si, “mas também para o apoio à recu-

peração individual social e econômica posterior”, escreveu o comandante-em-chefe do Departamento de Operações de Manutenção da Paz e consultor militar do Secretário-Geral da ONU, general Chikadibia Obiakor, no prefácio das diretrizes: “... Proteger os civis da violência sexual relacionada a conflitos não é apenas uma tarefa militar, mas é também uma tarefa que requer a participação de outras partes interessadas para a edificação de um ambiente salvo e seguro.”

*As diretrizes estão disponíveis on-line, no site: [www.unifem.org/materials/](http://www.unifem.org/materials/)*

nos quais se revela a descoberta de que várias mulheres de Timor Leste consideravam a violência como parte normal da vida familiar.

Em maio de 2010, o Parlamento nacional timorense aprovou a Lei Contra Violência Doméstica que passou por várias fases de projeto desde 2003. O governo teve o apoio do UNFPA, do UNIFEM e do UNMIT no enquadramento da lei e na informação aos legisladores sobre seus objetivos e importância. A lei fora arquivada antes porque, embora definisse a violência doméstica, não tinha poder para criminalizá-la. Esse obstáculo foi removido pela aprovação, em 2009, de um código penal que esclareceu que os atos ofensivos seriam considerados crimes de violência doméstica e que seriam tornados “públicos”, assim a instauração e andamento do processo criminal já não mais dependeriam do registro da queixa.

No curso das consultas públicas que precederam a votação da lei da violência doméstica, houve quem argumentasse que a lei era contrária à cultura timorense e à santidade da família. Rita Reddy,

consultora sênior na Questão de Gênero da Polícia das Nações Unidas em Timor Leste, afirmou que muitos timorenses defendiam, em argumento à lei, práticas tradicionais, tais como o antigo sistema de dotes — o *barlake*— que frequentemente está na raiz de disputas domésticas. “A mulher pode enfrentar violentas reprimendas se existir a percepção de que se nega a entregar seu preço [dote]”, afirmou Reddy, uma malaia com experiência mundial em direitos humanos e questões de gênero.

Com a ajuda da Polícia das Nações Unidas, foram constituídas “unidades de pessoas vulneráveis” pela polícia timorense. “Há uma em cada delegacia de polícia”, afirmou Reddy. “Tratam de todos os incidentes com mulheres e crianças”. Como parte do projeto, a UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, desenvolveu salas amigas das crianças para entrevistas. “Em razão de o conceito de unidades de pessoas vulneráveis ser um conceito estrangeiro, quando nos afastarmos não queremos que elas se desintegram”, continuou Reddy. “Queremos que as unidades



tenham um futuro sustentável e sejam reconhecidas como parte do policiamento”. A preocupação é que, quando os mantenedores da paz e treinadores de polícia das Nações Unidas se forem, os direitos humanos e o treinamento sensível às questões de gênero não sejam a prioridade que é invocada por algumas organizações não governamentais timorenses. Preocupação similar é sentida na Libéria, onde uma vasta missão de mantenedores da paz e de agências humanitárias e de desenvolvimento das Nações Unidas, tal como a UNFPA, está trabalhando.

Em Díli, Reddy comentou que não apenas a polícia local necessita de treinamento em questões relacionadas a gênero. Ela apontou que, na própria UNPOL, havia oficiais de polícia de 45 países, e apenas alguns deles vieram com algum conhecimento sobre violência sexual e de gênero. “E, dessa forma, o programa de treinamento sobre a lei de violência doméstica também está voltado para os oficiais da UNPOL,” completou. Assim 7% da polícia das Nações Unidas em Timor Leste são mulheres. “Houve várias diretrizes das sedes do Departamento de Operações de Manutenção da Paz, recomendações de que deve haver equilíbrio de gênero na polícia”, continuou Reddy, acrescentando que ainda é difícil, todavia, conseguir que mulheres se alistem.

A despeito da grande necessidade, em Timor Leste, de que as mulheres uniformizadas como polícia sejam vistas como parte “normal” do policiamento e de que sirvam como modelos para as mulheres timorenses, Reddy afirmou que existem, talvez surpreendentemente, grandes obstáculos para serem superados no trato com as oficiais de polícia femininas das Nações Unidas, provenientes de países desenvolvidos que não querem ser vistas fazendo “trabalho de mulher”. “Algumas são provenientes de países ocidentalizados, onde elas... sentem que serem designadas



para unidades de proteção a vítimas é como fazer o papel de babás de mulheres e crianças, e elas não querem fazer isto. Gostam de fazer o trabalho que os homens fazem.”

No lado timorense, a força de Polícia Nacional agora conta com 20% de oficiais femininas, índice maior que a média global. “Mas elas não ocupam cargos de direção em Timor,” informou Reddy. “Todas ocupam cargos mais baixos; há somente uma no cargo de inspetora.”

Na Libéria, Bennetta Holder Warner, chefe da seção de proteção feminina e infantil da Polícia Nacional Liberiana, conta com um escritório apertado, escuro e sem ar que se torna insuportavelmente quente em virtude dos cortes de energia que desligam o ar condicionado e a iluminação.

▲ Oficial da Polícia das Nações Unidas (à esquerda, acompanhando crianças) e oficial da Unidade de Pessoas Vulneráveis da Polícia Nacional de Timor Leste (PNTL) realizam visita domiciliar.

©UN Photo/Martine Perrett

12

## O CONSELHO DE SEGURANÇA, O CONFLITO E O HIV/AIDS

Em sua resolução 1308, aprovada em 2000, o Conselho de Segurança reafirmou a importância de uma resposta internacional coordenada à pandemia de HIV/AIDS, dado seu possível e crescente impacto sobre situações de instabilidade social e de emergência, e reconheceu que a pandemia de HIV/AIDS também é agravada por condições de violência e instabilidade, o que aumenta o risco de exposição. Entre outras coisas, a resolução convoca providências adicionais para aumentar a oferta de treinamento sobre prevenção para a equipe de mantenedores da paz, com o objetivo de se evitar a propagação do HIV e da AIDS.

Seu escritório é contíguo a outro, onde homens são conduzidos a interrogatório, e brigas em altos brados do lado de fora de sua porta interrompem a conversação. “Esta não é uma construção amiga das crianças”, indicou Bennetta. “As vítimas têm de passar por pessoas algemadas, e elas têm medo.” Não há celas destinadas a menores de idade onde jovens, a maioria adolescentes, são detidos.

Entretanto, mencionou Warner, sua unidade, estabelecida com a ajuda do UNICEF há cinco anos, após o encerramento de uma guerra civil extremamente brutal, trata em larga escala de crianças vitimizadas e fez um bom progresso. O serviço de treinamento de policiais em todo o país colaborou para criar uma maior consciência e entendimento dos crimes contra mulheres e crianças, acrescentou. Unidades especiais de polícia para lidar com esses crimes e dar atendimento às suas vítimas em cada região da Libéria estão agora

aptas a lidar com um amplo leque de atendimentos: prisões, aconselhamento de sobreviventes, oferecimento de casas-abrigos – inclusive uma para meninos – e atendimento médico assegurado. Uma força-tarefa nacional foi destinada a organizar uma campanha contra o tráfico de crianças, e estão sendo envidados esforços para a melhoria dos processos de investigação em âmbito nacional. No passado, era frequente não haver acompanhamento algum, por sobrevivente ou membro da família, após uma prisão inicial. “Mais pessoas têm vindo agora para registrar um caso”, concluiu Warner.

Por toda a África surgem relatórios sobre como o aumento do número de mulheres, nos diversos postos da polícia das Nações Unidas, bem como em forças policiais nacionais, continua rendendo dividendos, muito tempo depois do término de uma crise. Kadi Facondo, inspetora-geral adjunta – a oficial de polícia de mais alto posto de Serra Leoa –, aprendeu sobre policiamento sensível a gênero junto à Polícia das Nações Unidas designada para seu país, no rastro da guerra civil que lá eclodiu. Com a assistência das Nações Unidas, Serra Leoa estabeleceu, então, suas próprias unidades de apoio familiar para encorajar as sobreviventes de estupro, violência doméstica e outros crimes, a pedir ajuda.

Agora servindo em uma missão conjunta de manutenção da paz das Nações Unidas e da União Africana em Darfur, Facondo informou a um serviço jornalístico das Nações Unidas que ela gostaria de ver mais policiamento sensível a gênero também ali. Embora o território seja vasto, disse, oficiais de gênero deveriam estar de prontidão sempre que houvesse acesso a pessoas desalojadas. Acrescentou que, tal como ocorre em Serra Leoa e na Libéria, onde ela também serviu, as mulheres de Darfur afetadas por violência sexual e de gênero “sentiam-se confortáveis falando com oficiais femininas da UNPOL.”

## 13 VIOLÊNCIA SEXUAL EM EMERGÊNCIAS

Durante os primeiros estágios de uma emergência – quando as comunidades primeiramente são desagregadas, as populações se movimentam e os sistemas de proteção não estão integralmente disponíveis –, a maior parte dos incidentes reportados de violência de gênero é de natureza sexual e envolve sobreviventes/vítimas mulheres e perpetradores homens. A violência sexual é o mais imediato e perigoso tipo de violência de gênero que ocorre na fase aguda das emergências. Mais tarde – no estágio mais estabilizado e durante a reabilitação e a recuperação – outras formas de violência de gênero também ocorrem ou são reportadas com crescente frequência. Elas incluem, dentre outras, práticas lesivas tradicionais (mutilação genital, casamento precoce forçado e assassinatos pela honra) e violência doméstica.

Embora a intervenção nos estágios iniciais de uma emergência deva se centrar na violência sexual, outras formas de violência de gênero não devem ser necessariamente ignoradas. Por exemplo, a gravidade e a incidência da violência doméstica frequentemente aumentam na esteira de desastres naturais e, portanto, podem requerer imediata intervenção dos agentes humanitários.

*Fonte: Guidelines for Gender-based Violence Interventions in Humanitarian Settings [Diretrizes para Intervenções em Violência de Gênero em Situações Humanitárias], Comitê Interagencial Permanente das Nações Unidas.*



◀ *Oficiais da polícia feminina da Delegacia de Polícia de Salém em Monróvia, Libéria, analisam estatísticas criminais.*

©VII Photo/Marcus Bleasdale

## 14 HIV/AIDS EM EMERGÊNCIAS E CRISES

As condições que definem a complexidade de uma emergência – conflito, instabilidade social, pobreza e desamparo – são também aquelas que favorecem a rápida propagação do HIV e da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis.

Durante uma crise, os efeitos da pobreza, desamparo e instabilidade social são intensificados, aumentando a vulnerabilidade das pessoas ao HIV e à AIDS. À medida que a emergência e a epidemia progridem simultaneamente, ocorre a fragmentação das famílias e das comunidades, ameaçando relações estáveis. As normas sociais que regulam o comportamento são frequentemente enfraquecidas. Nessas circunstâncias, as mulheres e as crianças se enquadram em maior risco de violência e podem ser forçadas a manter relações sexuais para ter acesso a necessidades básicas, tais como alimentação, água ou mesmo

segurança. O desalojamento pode fazer com que diferentes populações, cada qual com diferentes níveis de prevalência de HIV e AIDS, entrem em contato. Isto é especialmente verdade no caso de populações que migram para áreas urbanas para escapar de conflitos ou desastres nas áreas rurais.

Na fase aguda de uma emergência, a ausência ou inadequação de serviços facilita a transmissão do HIV e da AIDS por meio da falta de precauções universais e de indisponibilidade de contraceptivos. Em situações de guerra, há evidências de aumento de risco de transmissão de HIV e AIDS pelas transfusões de sangue contaminado.

A presença de forças militares, mantenedores da paz ou outros grupos armados, é outro fator que contribui para o aumento da transmissão do HIV e da AIDS. Esses grupos necessitam

ser integrados em todas as atividades de prevenção do HIV.

Crises humanitárias recentes revelam uma complexa interação entre epidemia de HIV e AIDS, insegurança de alimentos e governança enfraquecida. A interação dessas forças deve ser tida em mente, quando do atendimento a emergências.

Há uma urgente necessidade de incorporar-se o atendimento ao HIV e à AIDS ao atendimento geral de emergências. Se não tratado, o impacto do HIV e da AIDS persistirá e se expandirá para além do evento da crise em si, influenciando as consequências do atendimento e traçando os limites das futuras perspectivas da reabilitação e da recuperação.

*Fonte: Guidelines for HIV/AIDS Interventions in Emergency Settings [Diretrizes para Intervenções para o HIV e AIDS em Situações de Emergência], Comitê Interagencial Permanente das Nações Unidas.*







# As mulheres na linha de frente da recuperação

A placa à porta da sala da juíza Evelina Quaqua informa apenas: “Sala de Audiências E”. Ela acolhe casos *in camera* – sem público ou audiência da mídia em uma sala clara e arejada onde testemunhas e sobreviventes podem testemunhar em cabines espelhadas, de modo que elas podem observar as audiências sem serem vistas pelos indiciados ou pelo júri. Quaqua preside um juizado liberiano singular, voltado para o acolhimento de crimes de violência sexual e de gênero.

Em conversa em sua sala, Quaqua afirmou que, desde o fim da guerra civil e o retorno do governo democrático, ela tem notado um aumento acentuado na quantidade de pessoas que desejam registrar crimes de estupro e outros crimes de gênero, porque agora conhecem seus direitos. O juizado é novo: em um ano, seis casos foram levados a julgamento pelo júri. A seleção dos jurados é rigorosa, informou. Cinquenta “homens e mulheres de conduta ilibada” são selecionados para uma lista do tribunal. Dessa lista, são escolhidas 15 pessoas que atuarão como jurados para cada caso. Quaqua tem competência para sentenciar os réus declarados culpados com penas de 10 anos, no mínimo, e a prisão perpétua, dependendo da gravidade do caso.

A juíza analisa que as crianças são particularmente vulneráveis a crimes sexuais – ela julgou um caso que envolvia uma criança de 5 anos de idade –, e que o ofensor é, quase invariavelmen-

te, um familiar ou alguém conhecido da vítima. “Esses estupradores não são pessoas estranhas”, aponta. E acrescenta que ainda não vê muitos casos de abuso sexual entre homens, embora a pesquisa demonstre que muitos deles sofreram abusos durante a guerra civil, talvez aproximadamente um terço da população masculina. Como acontece em outros países, os conselheiros liberianos dizem que ainda pode demorar muito para que um homem venha a procurar ajuda.

É possível que a Libéria tenha saído na frente em termos de recuperação pós-conflito, porque as mulheres acumularam considerável influência política no início desta década. As liberianas, muitas das quais provenientes do grupo de vendedoras de mercado que é a espinha dorsal de parte considerável do comércio da África Ocidental, demonstraram em 2003 que aquilo que parecia impossível poderia ser alcançado por um movimento de massas pela paz fortemente alicerçado em ampla solidarie-

◀ *Mulheres retornando de uma fazenda, com vegetais para serem vendidos em mercado nos arredores da Monróvia, na Libéria. O mercado, construído com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), é um paraíso de segurança para as mulheres e seus filhos.*

©VII Photo/Marcus Bleasdale



▲ *Oficiais da polícia feminina ensinam autodefesa a jovens liberianas, na Monróvia.*  
© VII Photo/Marcus Bleasdale

dade, persistência, canto e oração, mas quase nenhum dinheiro. Suas histórias, reveladas no dramático documentário *Pray the Devil Back to Hell* (Reze para o Diabo Voltar para o Inferno), mostram como as mulheres foram capazes de exigir um final para a guerra civil.

Mais amplamente na África Ocidental, as mulheres têm se mostrado muito ativas em se organizar. Mesmo antes da aprovação da resolução 1325, a Rede pela Paz das Mulheres da União do Rio Mano já havia congregado ativistas das nações da África Ocidental (Guiné, Libéria e Serra Leoa) para trabalhar pela restauração da paz na região. Ganhadora do prêmio de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2003, a Rede do Rio Mano era a frente de oposição ao governo da Guiné quando, em setembro de 2009, soldados a serviço de um líder militar abriram fogo em um estádio em Conakry, a capital daquele país, onde os oponentes do regime polí-

tico estavam reunidos em comício. No caos do ataque mortal, muitas mulheres foram sequestradas e sexualmente abusadas.

Ainda assim, a despeito da força dos movimentos femininos, a violência doméstica permanece como um dos mais graves problemas na Libéria. Organização não governamental liberiana fundada em 2003, a *Touching Humanity in Need of Kindness* (THINK) oferece aconselhamento a mulheres e meninas que sobreviveram a abuso sexual em tempos de guerra, inclusive a algumas jovens que se engajaram no combate militar e a muitas outras que foram presas em assaltos militares vindos de todos os lados, promovidos por homens armados brutais e indisciplinados. “Na medida em que os combatentes passavam pelas vilas, se apossavam de jovens e meninas — estas, com sete, nove anos —, conta Rosana Schaack, diretora executiva. “Eram usadas como escravas sexuais e, depois da guerra, foram rechaçadas por suas famílias. As comunidades não queriam nem as jovens, nem a prole dos rebeldes”, acrescentou. “Tivemos de assegurar que as crianças filhas de rebeldes não fossem feridas”.

No pós-conflito, a THINK continua a ajudar meninas, jovens e alguns poucos homens e meninos por meio de aconselhamento, com duração de nove meses, e cursos de treinamento. A violência sexual e de gênero desviou-se do cenário de conflito e das milícias rebeldes sem controle para as ruas, casas, escolas e outros locais de reunião das famílias. Schaack e seus conselheiros concordam com Evelina Quaqua ao dizer que, nesse ambiente, as vítimas, geralmente, conhecem seus agressores.

Três adolescentes de 14 anos muito traumatizadas contam suas histórias, individualmente e na companhia de um conselheiro, no ambiente amigável para crianças da pequena sede da THINK, em Monróvia. Animais de pelúcia

## 15 MULHERES, JOVENS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero ocorre com mais frequência onde a pobreza e a instabilidade social prevalecem – por exemplo, em crises e nos estágios iniciais da recuperação. Esse tipo de violência reflete e reforça as desigualdades de gênero e sociais, comprometendo a saúde, a segurança, a autonomia e a dignidade de suas vítimas.

Os conflitos e os desastres naturais desestabilizam a infraestrutura social, deixando muitos jovens, particularmente as do sexo feminino, vulneráveis à violência sexual, à exploração do trabalho e ao tráfico. As sobreviventes de violência de gênero só dispõem de um mínimo de serviços e suporte, e a execução da lei, que só ocorre em nível muito limitado, pode resultar em impunidade para os perpetradores. Além disso, as jovens se encontram também em uma fase de formação para a idade adulta; nessa etapa, as experiências negativas podem acarretar efeitos físicos, psico-

lógicos e sociais duradouros. Os danos causados pela violência de gênero são profundos e exigem a atenção de todos os setores, na avaliação e na implementação de mecanismos preventivos e oferta de serviços adequados.

No mínimo, uma em cada três mulheres no mundo foi espancada, coagida ao sexo ou sofreu algum tipo de abuso durante a vida. O abusador, geralmente, é alguém conhecido. Entre 50.000 e 64.000 mulheres desalojadas internamente em Serra Leoa denunciaram violência sexual cometida por combatentes armados. Metade das que tiveram contato direto com combatentes denunciou ter sofrido violência sexual. Na província de Kivu do Sul, na República Democrática do Congo, os centros de saúde locais denunciaram que 40 mulheres eram estupradas por dia, em média.

Violência de gênero, especialmente entre jovens, se caracteriza pela subnotificação devido ao medo de represálias

por parte das sobreviventes, e pela limitada disponibilidade de serviços tais como atendimento à saúde e acesso à justiça. A falta de informações precisas e confiáveis sobre tendências e padrões também torna mais difícil a tomada de ação e a prevenção da ocorrência desse tipo de delito.

Na maior parte dos contextos, as sobreviventes não têm acesso às medidas de contracepção imediatas para evitar a gravidez, à profilaxia após a exposição, para minimizar a transmissão do HIV, a tratamento para doenças sexualmente transmissíveis, a aconselhamento e outros serviços de apoio psicológico, à coleta de provas para fins judiciais e ao encaminhamento a serviços de apoio jurídico e social na comunidade.

*Fonte: Youth Zones [Zonas de Juventude], da Governess Films em associação com o UNFPA e a Comissão de Mulheres Refugiadas*

espalham-se pelas camas onde as crianças e adolescentes podem descansar durante o aconselhamento; a atmosfera era de serenidade. Uma garota, proveniente do Condado de Lofa, no norte da Libéria, foi sequestrada por seu pastor que, um dia, encontrando-a sozinha em casa, convidou-a para ir ao seu presbitério, trancou-a e disse-lhe que, se alguma vez ela contasse sobre o estupro, ele a mataria. Sua família acionou a justiça, apesar das ameaças, e o estuprador foi preso. Casos como esse que, às vezes envolvem estupro praticado por outros personagens confiáveis, como professores, representam um poderoso argumento para aqueles que se acostumaram com a presunção de que uma jovem vitimizada tem pouca probabilidade de vencer

em uma ação. A coragem dos que vão à polícia ou ao tribunal não deixa de ser notada, e cada vitória ajuda a afastar a impunidade.

A segunda jovem foi estuprada por um tio. A terceira, de 14 anos, foi estuprada por um amigo da tia com quem morava. Este último caso demonstrou que o atendimento policial está mudando. O tio da garota encontrou o jovem envolvido e levou-o à delegacia de polícia, onde ele foi preso. Em todos os casos, a THINK pode oferecer um local seguro de moradia para jovens no curso da reabilitação – e mesmo depois, se suas vidas estiverem em perigo. A organização conta também com um centro infantil provisório para crianças em dificuldades, para algumas das quais serão encontrados novos lares.

Na Libéria, as mulheres conquistaram um papel primordial na política nacional por meio de ação persistente, coordenada por meio de movimentos pela paz e campanhas para assegurar que as mulheres possam exercer seus direitos como cidadãs, a começar pelo registro como eleitoras. A participação política feminina foi um grande fator para a eleição, naquele país, da primeira presidente mulher da África, Ellen Johnson Sirleaf. Nesse cenário, a criação do Ministério de Gênero e Desenvolvimento poderia parecer um passo lógico. Mas isto não aconteceu do dia para a noite.

"O ministério, de fato, nasceu a partir de anos de apoio por parte das ativistas de gênero", informou Vabah Kazaku Gayflor, ministra de Gênero e Desenvolvimento e uma mulher que viu a vida desde a profundidade da pobreza rural até o auge do reconhecimento internacional. "Começamos com o estabelecimento de uma unidade de coordenação no Ministério do Planejamento. Depois do conflito, descobrimos que havia várias mulheres e organizações femininas espalhadas que esperavam por alguma atenção."

Os primeiros dias foram quase cômicos. "costumávamos nos sentar em engradados de coca-cola", diverte-se. "Usávamos uma máquina de escrever manual. Lembro distintamente como realizamos uma das primeiras celebrações do Dia Internacional das Mulheres. E sabe qual era o orçamento para a festa? Trezentos dólares."

Depois da Quarta Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995, as mulheres liberianas receberam o apoio da UNIFEM para estabelecer uma força-tarefa e para pressionar pelo pleno estabelecimento de um ministério. "As mulheres encabeçaram a aprovação da lei no parlamento", continuou. "O ministério, então, foi criado em 2001. Assumi o cargo de ministra mais tarde, em 2003".

Naquela época, Gayflor estava se formando nos Países Baixos, em um curso sobre mulheres, gênero e desenvolvimento. "Fui eleita em minha ausência", completou.

"Comecei sentando em uma cadeira quebrada, de três pernas e um tijolo", afirma. "De dentro do prédio dava para ver o céu, porque um míssil havia caído no teto. Dividia meu escritório com insetos e pássaros. Não tínhamos funcionários. Naquela época, as mulheres nem sabiam que existia um Ministério de Gênero." Gayflor iniciou uma campanha de informação. "Daí, vieram as eleições. Fiz muito barulho para que as mulheres viessem e se registrassem para votar". A quantidade dos registros iniciais foi desapontadora. "Fui convidada para ir a Harvard, para uma bolsa de estudos, mas alguma coisa me disse para ficar", conta. Ela fechou o ministério e disse aos funcionários para saírem em missão para registrar como eleitoras as mulheres de todo o país. "Disse à minha equipe para ir ao trabalho inscrevendo as mulheres na lista de eleitores", continuou. "Disse-lhes que tínhamos de sair a campo e dizer às mulheres para se registrarem, se não, nada feito." Ela então levantou dinheiro para a campanha de registro e foi para a estrada, dormindo no chão e comendo no caminho, enchendo a van com pratos sujos. "Uma ou duas semanas mais tarde, recebi um telefonema da Missão das Nações Unidas na Libéria e me disseram: 'Vabah, você conseguiu.' Respondi: 'O quê?' E eles: 'as mulheres são agora 51% do eleitorado'."

"O registro e o voto não eram sensíveis a gênero.", afirmou Gayflor. "As mulheres que trabalham no mercado não podiam deixá-lo, porque não queriam abandonar suas mercadorias. De forma que fomos até elas, em suas bancas, e elas iam e se registravam. Se tivesse havido registro no mercado onde as mulheres trabalham, elas não teriam

de ter passado por tudo aquilo." A eleição seguinte foi histórica na África.

"Não paramos somente na implementação da 1325 e no desenvolvimento de um plano de ação," informa Gayflor. "Fomos além. Essa é a razão de aqui termos uma presidente mulher. Tínhamos cerca de 20% de mulheres integrando as forças de segurança, mesmo antes de desenvolvermos nosso plano de ação da 1325. De maneira que o que vamos fazer agora é torná-lo mensurável."

Gayflor aprendeu com a vida cada passo de seu caminho para seu cargo ministerial. Sua mãe morreu, quando ela tinha oito anos. Mas seu pai mandou-a à escola, onde ela teve uma atuação acadêmica melhor que a do seu irmão. "Formei-me com a nota mais alta da classe no ensino secundário. De forma que meu pai recebia boas notícias sobre mim. Ele dizia 'Ah, ela é uma menina-menino'. Agora as famílias reconhecem mais as meninas, dá para ver que muitas famílias estão descobrindo que não apenas os meninos podem sustentar suas famílias."

Gayflor passou a trabalhar vendendo no mercado durante a guerra civil, quando seu pai perdeu o emprego em um hospital. "O dinheiro que ele possuía tinha acabado, chegou a 2 dólares", conta. "De casa, eu podia ver as mulheres do mercado caminhando para cima e para baixo; então eu disse: também vou, seja onde for que elas forem." Aprendeu a comprar e vender para alimentar a família. Acordava às 5 da manhã para fritar banana-da-terra para vender como petisco para as pessoas que vinham ao hospital para tomar medicação. Vendeu o que pudesse comprar, para lucrar alguma coisa. Em dois anos, contou, ganhou dinheiro suficiente para deixar com seu pai 2.000 dólares para as despesas da casa. Tirou 1.000 dólares e foi para Monróvia, onde uma nova vida teve início.



Numerosas organizações liberianas e grupos não governamentais de outros países iniciaram programas voltados para a juventude – frequentemente também dirigidos por jovens – onde são oferecidas a educação sexual e a informação sobre a necessidade de se manterem vigilantes e sobre o desenvolvimento de atitudes positivas. As jovens, agora vivendo em paz, são avisadas por suas colegas a rejeitar o comportamento de homens e rapazes do sexo masculino que aprenderam a explorar o sexo e a sequestrar jovens mulheres como tática de guerra, quando possuíam um revólver e uma faca. Na Associação de Planejamento Familiar da Liberia, Comfort Dunbar Kollie, uma jovem que encabeça o centro de ensino e informação para jovens, informou que suas mensagens às adolescentes tratam de sexo seguro, uso de preservativos, abstinência e relações com respeito. Também é oferecido aconselhamento psicológico. “Empoderamos as jovens com informação”, acrescenta. “As adolescentes querem saber tudo por elas mesmas. Se têm direito à informação, farão o que é direito.”

Do outro lado do Atlântico, no Haiti, líderes feministas estavam em campanha, antes da ocorrência do terremoto, para pedir maior proteção por parte do governo, disse Olga Benoît, chefe do Solidariedade das Mulheres Haitianas, ou SOFA, nas iniciais do idioma crioulo haitiano. A própria cidade de Porto Príncipe era perigosa, continuou. “Não havia controle sobre as edificações, nenhum planejamento urbano”, acrescentou, o que contribuiu para a destruição de tantos lares, escolas, hospitais e empresas durante o terremoto. “Nas primeiras 24 horas não contávamos com ninguém mais para nos ajudar, a não ser nós mesmas”, continua. “Não havia plano de prevenção de desastres, nenhuma administração nos primeiros dias.” O Conselho de Segurança e suas resoluções pareciam muito distantes, mas as

mulheres haitianas sabiam instintivamente porque tais medidas eram necessárias.

Carine Exantus, estudante de jornalismo na Universidade do Haiti – antes que esta fosse seriamente danificada e fechada pelo terremoto de janeiro de 2010 –, observava o que acontecia a seu redor e fez um diário do que viu. As mulheres ficaram particularmente impotentes nos meses que se seguiram ao desastre em Porto Príncipe e nos arredores da capital onde, no mínimo, 200.000 pessoas morreram e mais de um milhão perdeu seus lares ou necessitou de apoio para sobreviver. Exantus soube disso quando ela e sua família de classe média, com a casa destruída,

**“Nas primeiras 24 horas não contávamos com ninguém mais, a não ser nós mesmas, para nos ajudar.”**

escaparam para um acampamento esqualido, congestionado, na Place Pigeon, praça próxima ao Palácio Presidencial. De dia, e mais ainda à noite, a impotência das mulheres era evidente, disse ela.

Na Place Pigeon, ela testemunhou abuso e negligência contra mulheres e meninas que não poderiam deixar de ser notados ou ignorados de tão perto. Viu mulheres trabalhando duro, o dia todo, para sobreviver, para encontrar comida e água e meios de manter-se e as suas filhas e filhos limpos e saudáveis. À noite, muitas não encontravam descanso em suas casas improvisadas. “Muitas mulheres e meninas estão abrigadas no acampamento,” escreve Exantus em seu diário. “São vítimas de todas as formas de violência, física, moral ou psicológica. O maior problema de jovens moças que estão no campo é o de terem de tomar banho em público, expondo seus corpos ao olhar de estranhos. Alguns moços se aproveitam dessa situação para denegrir seus



▲ Haitianas retiram entulho e detritos das ruas como parte de um programa “dinheiro por trabalho” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Carrefour Feuille, Porto Príncipe. ©UN Photo/Sophia Paris

corpos, ofendendo-as verbalmente com palavras obscenas. Quase toda noite, ouvem-se gritos de mulheres ou meninas. Seus maridos ou parceiros batem nelas, chicoteiam-nas violentamente. Frequentemente sofrem abusos; às vezes, são forçadas a fugir para escapar da tortura.” Homens estranhos, predadores, perambulam pelos acampamentos, escreve Exantus, relatando que, depois do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, um jovem foi preso por tentativa de estupro. “O problema é a condição feminina”, escreveu a jovem estudante de jornalismo.

As líderes de organizações femininas afirmam que as mulheres que chefiam quase metade das famílias haitianas são extremamente vulneráveis em situação de desastre, uma vez que os pais, na maior parte, são ausentes, deixando os filhos para que as mulheres os sustentem. Quando sozinhas com seus filhos nos campos apertados, espalhados por quilômetros de terra lamacenta, não podem encontrar com facilidade fontes de renda, e a proteção policial é escassa. Benoît acreditava,

porém, que a situação mudaria. “As mulheres nos campos deveriam – e vão – se organizar”, disse ela, no final de abril. “Em primeiro lugar está a necessidade de comida, de atendimento à saúde... temos de deixar a poeira baixar.” Nesse meio tempo, o SOFA e outros foram documentando casos de violência de gênero nos campos e oferecendo aos sobreviventes do terremoto alguns serviços médicos em sua clínica. Esperanças estão sendo depositadas nas unidades de Polícia das Nações Unidas da Índia e de Bangladesh, constituídas por mulheres que podem encontrar meios de ampliar a segurança em alguns dos campos onde vivem pessoas desalojadas.

Benoît informou que sua organização vem trabalhando desde a década de 1980 para mudar a condição das mulheres e para ajudá-las a encontrar seu lugar na sociedade haitiana. “Naquele tempo, ninguém falava sobre o lugar das mulheres,” acrescentou. O SOFA trabalhou com êxito na defesa da implantação de um ministério para a questão da mulher, que elevou as questões femininas para um mais alto nível. “Vinte e cinco anos depois, pode-se ver a diferença”, comentou. Trabalhando com o ministério, as defensoras das mulheres puderam conseguir que um decreto que classifica o estupro como crime fosse aprovado, embora se diga que o número de processos está aquém dos casos notificados. É evidente que ainda há muito trabalho a ser feito. “Temos de transformar as posturas dos juízes, da polícia e dos servidores da saúde”, afirmou Benoît. “Temos de mudar a ideia de que as moças ou mulheres são as que devem ser consideradas culpadas quando um crime ocorre.”

O terremoto foi devastador para o SOFA, que trabalha com a Coordenadoria Nacional de Apoio pela Defesa dos Direitos das Mulheres (CONAP). Ambas as organizações perderam membros influentes que falece-

## 17 SAÚDE REPRODUTIVA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

As mulheres não param de engravidar ou de dar à luz porque um desastre ocorre. Em uma crise ou situação de refugiadas, uma dentre cinco mulheres em idade reprodutiva tem probabilidade de engravidar. Conflitos e desastres naturais colocam essas mulheres e filhos em risco em função da repentina falta de suporte médico o que, em muitos casos, soma-se ao trauma, à desnutrição ou à doença e à exposição à violência.

As mulheres em fuga da guerra podem ver-se na contingência de dar à luz na rota de fuga, sem contar com os itens mais básicos de higiene no parto. Os desastres naturais podem destruir instalações médicas e contribuir para o aumento de partos prematuros. Mesmo em ambientes relativamente estáveis de refugiados ou de deslocados, a falta de planejamento familiar e atendimento maternal pode colocar em risco inúmeras mulheres. Aquelas que morrem no parto deixam atrás de si famílias devastadas. Suas outras filhas e filhos têm maior probabilidade de óbito antes da adolescência. Mesmo aqueles que sobrevivem são menos propensos a concluir seus estudos. Cuidados urgentes para uma maternidade segura podem significar a diferença entre a vida e a morte para mulheres grávidas e seus recém-nascidos, e para as demais

crianças e familiares sob seus cuidados.

Nas áreas carentes de atendimento profissional ao parto e cuidados obstétricos de emergência, a gravidez não planejada pode ser fatal. Muitos casais preferem não arriscar uma gravidez ou ter um bebê durante uma crise, mas faltam-lhes meios para adiar a gravidez na ausência de serviços de planejamento familiar. O negligenciamento do planejamento familiar pode acarretar outras consequências sérias, inclusive abortos sem segurança resultantes de gestações não desejadas. A restauração do acesso à contracepção segura e eficaz protege as vidas e o bem-estar de mulheres e crianças, e possibilita que casais afetados pelas crises administrem os escassos recursos familiares com mais eficácia.

O atendimento pré-natal salva vidas e contribui para manter saudáveis a mãe e a criança. Auxilia na identificação de problemas gerais de saúde que necessitam de tratamento e ensina as mulheres e suas comunidades a detectar sinais de perigo na gravidez. O pré-natal deve também abranger as necessidades nutricionais específicas das gestantes.

Em tempos de crise, aumenta o risco de mortalidade materna e infantil. As mulheres que fogem de conflitos ou são deslocadas por desastres naturais se

veem muitas vezes obrigadas a dar à luz sem acesso aos itens mais essenciais para um parto seguro. As intervenções mais críticas para a segurança do parto são o atendimento qualificado no nascimento e a garantia de que a parturiente que atravessa complicações com risco de vida tenha pronto acesso a atendimento obstétrico de emergência.

As condições em emergências aumentam o risco de exposição ao HIV e a outras doenças sexualmente transmissíveis. O deslocamento e a desintegração familiar e comunitária – somados à falência de infraestrutura de saúde e ensino, e súbita falta de preservativos – podem levar a um crescimento do sexo desprotegido. A incidência de doenças sexualmente transmissíveis é maior em casos de estupro e outras formas de intercurso sexual forçado, devido ao aumento de possibilidade de rompimento e sangramento dos tecidos vaginais. Mesmo em ambientes pós-conflito, uma cultura residual de violência e a falência dos sistemas legais podem continuar a estimular altos índices de violência sexual.

*Fonte: Women Are the Fabric: Reproductive Health for Communities in Crisis [As Mulheres São o Tecido: Saúde Reprodutiva para Comunidades em Crise], UNFPA*

ram no desastre. O Ministério Haitiano de Mulheres ficou desfalcado justamente quando se realizava uma reunião de ativistas de gênero de alto nível. Dentre as mulheres que morreram encontravam-se duas conhecidas líderes feministas, Myriam Merlet e Magalie Marcelin, e também a diretora-geral do Ministério Haitiano de Mulheres, Myrna Narcisse

Theodore. Na última primavera, a equipe do ministério ainda trabalhava em tendas, em um espaço aberto com a retirada do entulho que restou dos prédios em ruínas. “Todo o movimento estava acéfalo”, conta Benoît.

Dentre as causas pelas quais as mulheres que faleceram lutavam, estava o estabelecimento de repartições especiais, ou salas separadas, destinadas

às entrevistas com sobreviventes de violência de gênero. Treze delegacias de polícia dispunham dessas instalações antes do terremoto. Em Porto Príncipe restou somente uma que foi tomada pelos oficiais de polícia cujas delegacias tinham sido destruídas. Em 2009, em um esforço combinado entre a Academia Nacional de Polícia do Haiti, a Coalizão Nacional Haitiana Contra a Violência Infringida às Mulheres e o UNFPA – o primeiro órgão das Nações Unidas a trabalhar com a polícia haitiana em questões de violência de gênero – foram treinados 770 recrutas da polícia para

### Achan foi primeiramente desalojada pelos violentos ataques dos ladrões de gado procedentes da vizinha região do Karamoja e, depois, pelo Exército da Resistência do Senhor.

atender às mulheres vítimas de abuso. Algumas dessas iniciativas se beneficiaram da colaboração entre Haiti e Brasil, país com boa experiência na criação de delegacias de polícia voltadas para o atendimento à mulher, além de clínicas de saúde reprodutiva bem estabelecidas. O Brasil comanda a força de manutenção da paz das Nações Unidas no Haiti, e seus soldados estiveram envolvidos em trabalhos comunitários naquele país, além da organização de visitas da polícia haitiana ao Brasil.

O Haiti é apenas um exemplo de como a extrema pobreza e brechas de desenvolvimento dificultam o atendimento a crises, atrasam o progresso das mulheres em vários países e dificultam enormemente sua recuperação nesses momentos. O inadequado enfoque político nas questões da mulher significará, na maioria das vezes, baixo interesse em investir mais para a melhoria e expansão de programas voltados para a mulher, especialmente nas áreas da educação e saúde reprodutiva.

Nos vilarejos, meninas e mulheres alfabetizadas e capacitadas para trabalhar com números são frequentemente fáceis de identificar: com maior facilidade se reúnem para conversas sobre o desenvolvimento e as necessidades das mulheres.

No vilarejo ugandense de Acowa, na faixa oriental do distrito de Amuria, Florence Achan é uma dessas mulheres. Ela se reuniu a outras mulheres e a alguns poucos homens, para falar de suas experiências em um programa de melhoria de técnicas agrícolas locais, dirigido pela ASB (iniciais dos termos em alemão para Federação Feminina da Liga Samaritana), ampla organização não governamental alemã que, aqui, conta com o apoio do UNFPA, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Como outras do grupo, Achan, de 35 anos, foi desalojada, primeiramente, pelos violentos ataques dos ladrões de gado procedentes da vizinha região do Karamoja e, depois, pelo Exército da Resistência do Senhor. O sofrimento expresso naquelas histórias era tão grande que, ao ouvi-las, a intérprete rompeu em prantos. Então Achan levantou-se e começou a falar, em inglês. Foi separada de seu marido durante as incursões e só conseguiu reencontrá-lo quando pode voltar para casa, em 2004. Não foi um retorno feliz. “Ele tinha arranjado outra mulher”, contou. Então ela, com ensino secundário completo, decidiu superar esse percalço. Ela havia aprendido sobre empréstimos, sementes e técnicas de plantio. Convenceu seu marido a começar uma parceria agrícola com ela, e ele concordou. Juntos começaram a plantar em seu pedaço de terreno. Ele parou de brigar e de se encontrar com outras mulheres, ela conta. Sob o ponto de vista da agricultura, tudo deu errado no primeiro ano, e eles ficaram sem alimentos. Mas permaneceram



juntos e estão planejando começar de novo. “Se Deus nos trazer água, conseguiremos”, afirma, tendo seu marido ao lado. “Nos reconciliamos e agora estamos recomeçando”.

Os órgãos internacionais contam com considerável documentação que comprova o que se tem observado: que as mulheres escolarizadas não apenas têm menos filhos e os enviam à escola, como também têm melhores perspectivas econômicas, entre outras melhorias na vida familiar. O analfabetismo, que imobiliza milhões de mulheres, é para elas, de várias formas, uma desvantagem, inclusive por negar-lhes a possibilidade de aprender e buscar por métodos contraceptivos. Estima-se que existam hoje 215 milhões de mulheres em todo o mundo que gostariam de evitar a gravidez, mas que não utilizam métodos contraceptivos eficazes, segundo o Guttmacher Institute, organização de pesquisa e advocacia. Muitas, se não a maioria delas, se encontram em países pobres.

Em Timor Leste, Kirsty Sword Gusmão, fundadora da *Alola Foundation*, organização não governamental de desenvolvimento e ensino, afirmou: “Os maiores desafios com que hoje se defrontam as mulheres se relacionam à independência econômica – ou dependência – e o impacto que isto acarreta em termos das opções disponíveis na resolução de questões como a violência doméstica. Financeiramente, as mulheres dependem muito dos homens e, dessa forma, frequentemente não têm a opção de buscar os canais legais, e isto lhes corta o acesso a outras coisas, como educação. Este é especificamente o caso de mulheres da área rural”.

“É bom lembrar, também, que o movimento feminino, aqui, é muito recente”, continua Gusmão, esposa australiana do primeiro-ministro Xanana Gusmão, considerado um herói rebelde das batalhas contra a

ocupação indonésia, que terminou em 1999. “Tínhamos apenas uma organização feminina antes de 1999. Operávamos, obviamente, em um ambiente muito repressivo, no qual o termo ‘ONG’ era uma palavra ofensiva.”

Kirsty Gusmão afirmou haver grande interesse e crescente demanda pelo planejamento familiar o que, em um país com um dos mais altos índices de fertilidade do mundo, é entendido como uma forma de a mulher controlar as despesas da família. Uma visita a um vilarejo na costa norte de Timor Leste para falar com as mulheres locais sobre essa questão levantou um debate entre elas que terminou com o consenso de que quatro filhos seria um número ótimo. O índice de fertilidade nacional está bem acima de seis nascimentos. As mulheres do vilarejo informaram que os serviços de planejamento familiar do governo eram muitas vezes difíceis de aces-

*Jovem mulher é examinada em clínica de Díli, Timor Leste.*

▼ ©VII Photo/Ron Haviv



## 18 INTERVENÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM AMBIENTES HUMANITÁRIOS

A violência de gênero é especialmente problemática no contexto de emergências complexas e desastres naturais, quando mulheres e crianças civis são na maioria das vezes tomadas como alvos do abuso e estão mais vulneráveis à exploração, à violência e ao abuso simplesmente em virtude de seu gênero, idade e situação na sociedade.

Durante uma crise, tal como nos conflitos armados ou desastres naturais, as instituições e os sistemas de proteção física e social podem ser enfraquecidos ou destruídos. Os serviços de polícia, jurídicos, de saúde, educação e sociais são frequentemente interrompidos; muitas pessoas fogem, e os que permanecem podem não dispor de capacidade ou equipamento para trabalhar. As famílias e comunidades são muitas vezes separadas, o que resulta em posterior colapso dos sistemas de apoio comunitário e dos mecanismos de proteção.

Para salvar vidas e maximizar a proteção, um conjunto mínimo de atividades coordenadas deve ser rapidamente assumido para prevenir e atender a casos de violência de gênero desde os estágios mais precoces de uma emergência. As sobreviventes de violência de gênero podem necessitar de atendimento médico, apoio psicológico e social, segurança e redirecionamento legal. Simultaneamente, atividades de prevenção devem ser colocadas à disposição para o tratamento das causas e dos fatores que contribuem para esse tipo de violência. Os prestadores de todos esses serviços devem ser qualificados, ter formação e solidariedade para auxiliar sobreviventes e para estabelecer medidas eficazes de proteção.

A violência sexual é quase sempre empregada como arma de guerra que tem como alvo mulheres e crianças civis. Sobreviventes têm alto risco de problemas graves e duradouros, inclusive de óbito pelas lesões sofridas ou por suicídio. As consequências para a saúde podem ser gravidez indesejada, abortamento inseguro, infanticídio e doenças sexualmente transmissíveis,



*Grace voltou à sua comunidade, depois de ter sido sequestrada pelo Exército de Resistência do Senhor.*

©Panos Pictures/Jenny Matthews

dentre as quais estão o HIV e a AIDS. Trauma psicológico, bem como estigma e rejeição social, também são comuns. Muitas sociedades tendem a culpar a vítima pelos casos de violência sexual, o que aumenta o dano psicológico. A exata natureza e a gravidade do trauma físico e emocional variam enormemente entre os sobreviventes; nem todos os serviços de atendimento disponíveis serão desejados ou necessários a todas e todos. A resposta à violência de gênero deve, entretanto, abranger a oferta de um conjunto de serviços que visem

a reduzir as consequências danosas e a prevenir posteriores lesões e danos aos sobreviventes.

Em tempos de crise, serviços de atendimento à saúde são quase sempre gravemente atingidos ou interrompidos. A falta de coordenação, a superlotação, a limitação da segurança, e concorrentes prioridades podem contribuir para uma ainda maior diminuição dos serviços médicos disponíveis e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças. Serviços de saúde em bom funcionamento e acessíveis também fazem a diferença, para que as mulheres possam reduzir os riscos para sua saúde e para a de seus filhos.

Embora a maior parte das sobreviventes de violência sexual não revele o que sofreram para ninguém, algumas delas falam com prestadores de serviços de saúde quando esses serviços estão física ou geograficamente acessíveis, são sigilosos e têm sensibilidade; quando oferecem consultas em particular; e quando são de boa qualidade. Os centros de saúde podem servir como primeiro local “neutro” para a oferta de informação e aconselhamento sobre a saúde reprodutiva de mulheres e meninas. Há maior probabilidade de as mulheres poderem acessar esse tipo de informação se ela for oferecida no contexto de cuidados básicos de saúde e não por meio de especialidades clínicas ou programas separados.

*Fonte: Guidelines for Gender-based Violence Interventions in Humanitarian Settings [Diretrizes para Intervenções sobre Violência de Gênero em Situações Humanitárias], Comitê Interagencial Permanente das Nações Unidas*

sar, e que era imprevisível a disponibilidade de suprimentos em estoque.

“Há problemas para se fazer com que o governo disponibilize serviços em todo o país, e ensinar enfermeiras e médicos sobre como apresentar as opções para as famílias”, continuou Gusmão. “Eles obviamente se defrontam com a oposição do clero. É uma situação desafiadora, mas, em termos da postura das mulheres, acredito que, no geral, há uma grande abertura para isso, e uma maior compreensão do vínculo entre tamanho da família e pobreza.” Outros chegaram a conclusões semelhantes como a equipe da Organização Internacional *Marie Stopes* no Timor Leste e outras organizações não governamentais, bem como o UNFPA.

Mario Martins da Cruz é líder de equipe e especialista em ensino da *Marie Stopes* em Timor Leste. “Existe a necessidade de melhorar a saúde reprodutiva não apenas das mulheres, mas também a dos homens e de toda a comunidade, e isto pode ser feito melhor por meio da informação e do ensino”, afirmou na sede da organização, em Díli, quando ele e outros da área falavam sobre seu trabalho e suas impressões. “Estamos oferecendo sessões de informação; começamos com saúde reprodutiva, os órgãos do corpo humano. Depois, falamos sobre planejamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis. O grau de conhecimento no país é muito baixo. Muitas pessoas estão satisfeitas com o que estamos fazendo. Sabem que a informação pode ajudar a melhorar suas vidas. Mas ainda temos algumas mulheres que têm medo de seus maridos. A realidade é que ainda não há informação suficiente nesse assunto, e a informação que muitas pessoas têm é quase sempre negativa.”

Na Clínica *Caritas St. Antonio Motael*, em Díli, madre Idalia Taveras, freira carmelita que encabeça o escritório da sede da Caritas local,

afirmou que as mulheres têm ido lá para pedir informações sobre contracepção, mesmo apesar de a Igreja Católica ser contrária aos métodos modernos de planejamento familiar –, e que as pessoas frequentemente se mostram insatisfeitas com o que as clínicas do governo oferecem. Há mais de uma década, ordenava-se às mulheres que usassem contraceptivos para limitar suas famílias a dois filhos, e a ameaça de esterilização pesava sobre elas se não obedecessem, informou a religiosa. Aqueles dias se foram e na clínica Motael, assim denominada pela igreja em função do local onde está situada, agora se informa às mulheres e a seus maridos que estão livres para fazer suas próprias escolhas.

Por ser uma instituição católica, na clínica, são explicadas a posição moral da igreja sobre planejamento familiar e as modernas opções disponíveis, mas a instituição não distribui contraceptivos modernos como parte de seus abrangentes serviços médicos, voltados tanto para homens como para mulheres. A clínica podia dar às mulheres os colares de contas que servem como lembretes diários do avanço do ciclo menstrual, embora eles já não sejam mais recomendados ou distribuídos pela maioria dos órgãos internacionais porque não são considerados confiáveis ou eficazes. Entretanto, para as mulheres timorenses que optam por eles, são um método de planejamento familiar que não as colocará em conflito com a igreja. Por vezes, o uso desses colares é também um primeiro passo para o planejamento familiar moderno. A clínica estava procurando por novas fontes de suprimento.

As freiras carmelitas, com seu honesto aconselhamento reprodutivo, não escaparam à atenção dos líderes da igreja. Mas elas explicaram a eles, relata madre Idalia, que as freiras apenas estão ajudando as pessoas a exercerem seu direito à informação.







# Em tempos de crise, relações de gênero em transição

Quando fugia da República Democrática do Congo, um homem angustiado disse a um cooperante da ajuda humanitária, que falava com refugiados em Uganda, que ele não podia mais aguentar ver, sem poder fazer nada, como outros ao seu redor sofriam abusos brutais. Ele aprendeu o quão impotente os homens podem ser em face da total ausência da lei e violência sem controle. Ele também sofrera abuso sexual, incapaz de salvar nem a si próprio da violência de gênero. “Somos covardes; nos sentimos mal”, afirmou. “É por isto que todos fugimos”.

À medida que o mundo e suas instituições globais voltaram uma atenção - há muito devida - ao abuso de mulheres nos conflitos e nos desastres, tornou-se evidente para várias pessoas que trabalham nas comunidades convulsionadas que os homens também sofreram vários tipos de abusos. Curá-los e restaurar seu senso de valor social agora é visto como essencial para o sucesso de longo prazo da reconciliação e reconstrução. Mulheres e homens estão trabalhando em conjunto não apenas na reconstrução física de lares e comunidades, mas também estão discutindo sobre a modificação dos papéis de gênero e sobre o rompimento das tradicionais definições de masculinidade, resultantes tanto do conflito como dos deslocamentos populacionais.

Nas resoluções do Conselho de Segurança e em outros documentos das Nações Unidas,

o termo “civis” foi por anos empregado abrangendo todos os homens, mulheres e crianças afetados pela guerra, mesmo no sentido amplo de referir-se à violência contra mulheres e meninas. Os massacres cometidos com fundamento especificamente em gênero, tal como aconteceu a milhares de homens e meninos na Bósnia-Herzegovina, em meados da década de 1990, como parte do que o mundo veio a denominar de “limpeza étnica”, receberam a condenação pelo que são. Mas esses desdobramentos não se traduziram em uma campanha sustentada para o fim da violência contra homens e meninos.

O enfoque em homens e meninos não surge sem controvérsias. Entre muitas mulheres, e em algumas organizações de defesa da mulher, existe a preocupação de que não se deve permitir que as longas e árduas batalhas pelo reconhecimento, justiça e compensação para as mulheres percam

◀ Oficial tailandesa da Polícia das Nações Unidas (em frente, à esquerda) e oficial que acompanha a Unidade de Pessoas Vulneráveis da Polícia Nacional de Timor Leste (PNTL), à direita, atendem a uma chamada nas proximidades do vilarejo de Gleno.

©UN Photo/Martine Perret

sua intensidade, à medida que os homens passam a receber mais atenção. Afinal, os índices de violência contra mulheres continuam elevados e crescendo em algumas áreas. Por exemplo, na África, em 2008, na Declaração de Goma sobre a Erradicação da Violência Sexual e Fim da Impunidade na Região dos Grandes Lagos, ressalta-se que a violência sexual e de gênero, particularmente contra mulheres e crianças, tinha alcançado proporções “pandêmicas” e que “não estava apenas relacionada a situações de crise e de guerra”. E na Bósnia-Herzegovina, onde o emprego do estupro na guerra, no início dos anos de 1990, levou à classificação do abuso sexual de qualquer natureza como crime de guerra tipificado em todo o mundo, o Centro de Gênero do governo daquele país declarou em informe que, em 2010, a violência doméstica estava em alta, 15 anos depois de um acordo de paz ter encerrado o conflito.

Apesar disso, muitos, se não a maior parte dos atores na batalha global contra a violência de gênero, tanto mulheres quanto homens, acolheram um maior enfoque em homens e meninos como um desenvolvimento importante, porque os homens são vistos como parte de uma solução duradoura, mesmo quando o comportamento masculino é considerado o problema.

Em algumas sociedades tradicionais, o discurso feminista e dos direitos das mulheres foi recebido com alarme pelos homens e necessita ser traduzido cuidadosamente para os idiomas e culturas locais, para atrair os homens para a discussão das mudanças dos papéis sociais que estão ocorrendo em todo o planeta. Essa é a opinião expressa por Otellu Eyatty, superintendente de polícia de Amuria, distrito rural a oeste de Uganda. Ele afirmou que o uso de terminologia trazida do Hemisfério Norte criou desentendimentos entre os homens daquela região, que já se encontravam pressionados pelo desamparo que sentiam, depois de perderem seu rebanho de gado para ladrões da vizinha região de

Karamoja, lar de clãs armados. “Eles não sabiam o que era empoderamento”, continuou. “Soa como ameaça a um homem – parecia-lhes que as mulheres se apossariam de todo o seu poder”. A forma como essas ideias são apresentadas, afirma, faz uma grande diferença para o sucesso ou fracasso no que diz respeito ao entendimento dos papéis de gênero.

Os homens de várias regiões de Uganda sofreram muitas agressões físicas e psicológicas, e isto é emblemático do que aconteceu em inúmeros outros lugares onde conflitos ou desastres convulsionaram a vida, inclusive a Libéria, onde se estima que 30% ou mais da população masculina pode ter sofrido abusos durante os anos de tumulto político e guerra civil. Existe a categoria óbvia de ataque físico violento, como estupro, quase sempre praticado por grupos armados. O Projeto Lei dos Refugiados, da renomada Universidade de Makerere, documentou esses abusos em histórias recolhidas junto a desabrigados no território ugandense e refugiados procedentes da região dos Grandes Lagos, especialmente da República Democrática do Congo. Os resultados da pesquisa para o projeto forneceram a base para o filme *Gender Against Men* [Gênero contra o Homem], de 2008.

Na película, um refugiado congolês, mostrado em silhueta contra um fundo escuro, descreve como sofreu abusos sexuais de “vários” soldados não identificados de uma das facções em guerra do Congo. “Eu não sei a quantidade”, disse. “Isto me é muito traumático. A pessoa acaba não sabendo mais como viver como vivia antes”. Mais assustadora, em vários aspectos, foi sua explicação para o comportamento dos que o atacaram: “Nós não valíamos nada”, continua. “Eles estavam nos colocando no lugar de mulheres. [Eles disseram]: vamos mostrar pra vocês que vocês todos são mulheres. Não são homens, como nós”.

A dor suportada pelos homens nem sempre é diretamente física. Também há, frequentemente ocul-

tos, traumas psicológicos infligidos quase sempre com objetivo de intimidação e humilhação. Esses destroem a alma, porque atingem o senso do ser homem, ou de sua masculinidade, afirma Chris Dolan, diretor do Projeto Lei dos Refugiados, no filme *Gender Against Men*. “Muitos dos conflitos envolvem questões de identidade: identidades étnicas, identidades políticas, e mesmo a tentativa de se identificar quem está “por dentro”, quem está “por fora”, quem se considera que vale, ou que não vale. A humilhação é uma questão-chave. Como se humilha e se prova que aqueles que estão “por fora” devem estar fora? Como estabelecer sua supremacia, seu direito de controle? Muito disso tudo parece ter sido alcançado por meio de formas específicas de violência. O uso da violência sexual, penso eu, tem muito a ver com atingir direto o sentido do “eu” individual e grupal.”

Homens e crianças são forçados a ver esposas e mães serem estupradas por atacantes armados, impotentes para impedir o ataque. Por vezes, as vítimas são irmãs, parentes mais velhas ou outros familiares. Há casos em que o homem da casa é amarrado para ser mantido imobilizado, enquanto ocorrem os ataques. As crianças presenciam; o dano psicológico que sofrem é imensurável. Em *Gender Against Men*, uma jovem mulher conta que seu irmão foi assassinado porque se recusou a estuprá-la sob a mira de um revólver.

Quando os homens perdem seus lares e meios de subsistência em conflitos e são confinados em campos de refugiados ou assentamentos provisórios para desabrigados, surge outro fator: eles, na maioria das vezes, deixam de se sentir úteis e com valor. Veem as mulheres assumindo o encargo da frágil economia familiar, comprando e vendendo o que podem, praticando o escambo para obter comida ou outras necessidades, por vezes prostituindo-se por dinheiro para colocar comida nas tigelas vazias. O desvio dos papéis de gênero



tradicionais é fator largamente considerado hoje como responsável pelo aumento da violência doméstica, nos acampamentos, que pode continuar após o retorno ao lar ou o reassentamento em outro país. Em informe recente para as Nações Unidas, o Centro de Monitoramento de Deslocados Internos, estabelecido pelo órgão não governamental Conselho Norueguês de Refugiados, relata a descoberta de que a quantidade de pessoas forçadas a sair de suas casas dentro dos limites do próprio país aumentou de 17 milhões, em 1997, para mais de 27 milhões, em 2009, o maior número desde que os registros foram iniciados, após a eclosão de guerras civis e conflitos internos na década de 1990. As ameaças à paz interna e a confusão sobre papéis de gênero só podem crescer. Pesquisas demonstram que, enquanto acordos de paz e de cessar-fogo, assinados em todo o mundo na primeira década deste século, podem ter reduzido o deslocamento populacional em algumas áreas, novas crises surgiram em outras. O Paquistão teve o maior número de pessoas deslocadas internamente em 2009, cerca de 3 milhões de pessoas, parcialmen-

▲ Grupo de jovens em frente à escola de Amuru, Uganda.

©Panos Pictures/Jenny Matthews

te em virtude da insurgência talibã e da resposta militar do governo. Esse número aumentou – talvez em vários milhões – em agosto, quando as enchentes devastaram partes do país.

A angústia entre os homens, além de não contar com uma ampla campanha internacional que torne as pessoas mais conscientes desse fato, quase nunca é notada e tratada, porque os homens não buscam aconselhamento e ajuda com a mesma frequência ou rapidez que as mulheres. Aluma Francis, coordenador de treinamento para a Organização Psicossocial e Transcultural de Uganda, afirma: “A questão de tratar com homens é a questão da aceitação. Aí, você liga a questão da aceitação com a questão da masculinidade. Nenhum homem consegue acordar de manhã e anunciar ao mundo todo que foi derrotado. Tentam lidar com isso. E, na maioria dos casos, na minha experiência, você vê que essa falta de abertura... agora está se transformando em outras formas de comportamento. Você vê que o comportamento e hábitos como o abuso de álcool, a questão da violência doméstica e formas de estupro aumentam”.

“Quando você vê os homens no seio de suas famílias, você vê que, exatamente como as mulheres e as crianças, eles igualmente necessitam de aconselhamento”, diz ele sobre estresse por conflito ao se juntar a uma conversa com outros representantes de organizações não governamentais reunidos na sede do UNFPA, em Kampala. “Fazer com que eles, nesse ambiente, recebam suporte, não é fácil. O homem só aceita apoio quando está completamente arrasado. Quando você os traz para centros de aconselhamento, eles acham que aconselhamento é para pessoas com problemas mentais. Eles acreditam que ser trazido a um centro de aconselhamento, se você não está doente, é porque está louco. Assim, ser visto em um centro de aconselhamento é inaceitável. O que a comunidade vai pensar disto? O que a comunidade vai dizer de você? Isso faz com que

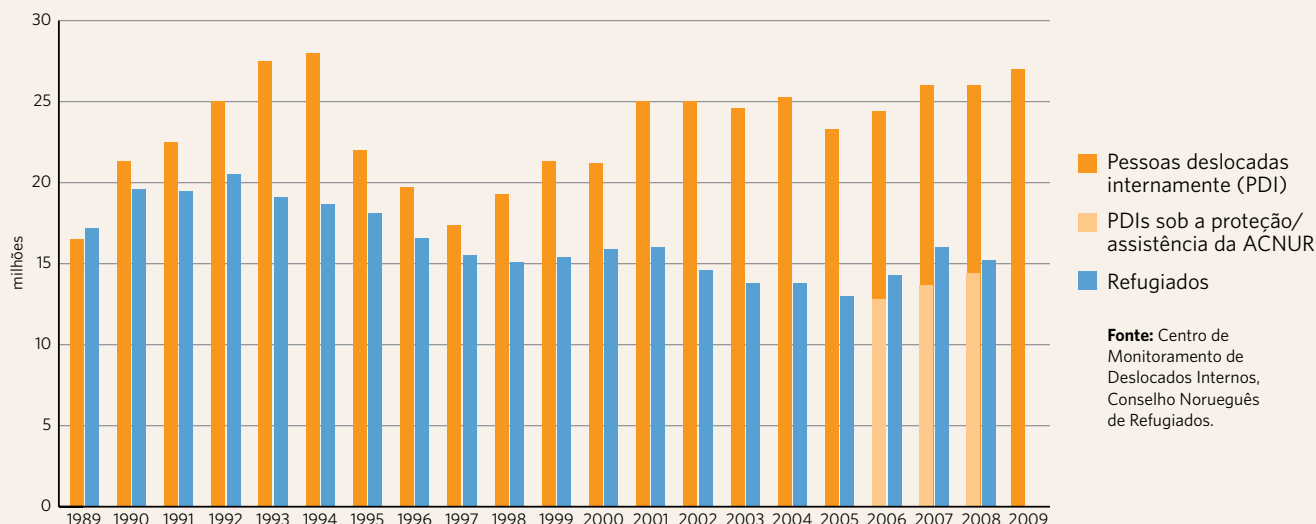
a maior parte dos homens entre em negação. Essa negação [mais uma vez] assume outras formas de comportamento negativo: abuso de álcool, violência doméstica, pedofilia e tudo isso.” Os assistentes sociais que vivem em comunidades onde as famílias retornaram de campos de deslocados estão ajudando a tornar os homens menos relutantes em buscar ajuda, disse Francis. Mas leva tempo.

A distância psicológica que os homens devem vencer, na maior parte dos casos, é enorme, não apenas para se ajustar às novas realidades das situações pós-conflito, mas também para buscar ajuda quando esse processo de ajustamento ultrapassa a capacidade de enfrentamento. Em trabalho escrito há uma década, *Collapsing Masculinities and Weak States — A Case Study of Northern Uganda*, [Masculinidades em Colapso e Situações de Estados Enfraquecidos – Estudo de Caso no Norte de Uganda], Chris Dolan afirmou que os estereótipos e modelos de comportamento masculino e feminino percebidos eram profundamente arraigados. Nesse esquema, as mulheres são sempre cidadãs de segunda classe. Contrariamente a esse cenário, um novo pensar sobre as mulheres, que surgiram do rompimento com uma capacidade de sobrevivência aguçada pela necessidade e pelo desejo de manter certa independência econômica e social no retorno à vida na comunidade, é um monumental desafio para os homens que talvez tivessem a expectativa de que rapidamente reassumiriam toda sua autoridade e domínio.

Entre os palestinos, nos territórios ocupados por Israel, os velhos conceitos de gênero sofrem igual desafio, mesmo se por diferentes meios e por diferentes razões, segundo Ziad Yaish, representante adjunto para o programa do UNFPA no Território Palestino Ocupado. Yaish escreveu uma tese de mestrado sobre o tema para a Universidade de Birzeit, tendo centrado sua pesquisa na cidade palestina de Nablus, onde as famílias sofreram



Tendências de deslocamentos internos e de refugiados, de 1989 a 2009



décadas de ocupação e esporádicos ataques militares. Os assentamentos israelenses estão se expandindo na área, ligados por estradas que os palestinos não podem utilizar.

Nablus, cidade antiga com longa história de resistência, tem sido atingida por ataques israelenses e operações de busca invasivas. A cidade é mais ou menos circunscrita por barricadas israelenses que limitam seu acesso à medida que os bloqueios das estradas são realinhados às vezes sem aviso, fazendo com que os residentes percam muito tempo procurando novas rotas. A economia local vai mal, o trabalho escasseia, e o desemprego é alto. Yaish estava interessado, disse em entrevista, em aprender como as famílias negociaram sua autoridade nessa situação de crise.

“Eu queria saber como os homens se sentem sobre toda a situação e o efeito da ocupação sobre os papéis de gênero na família”, pontuou. “Querida estudar a população masculina, particularmente os casados, e também suas relações com as esposas, filhas e filhos. A ideia toda surgiu quando vi homens, nos pon-

tos de checagem israelenses, sendo humilhados – algumas vezes, obrigados a despir-se para a revista, interrogados na frente de suas famílias. Pensava em como esses homens reagem quanto voltavam para suas casas.”

“Estudos sobre os efeitos da guerra e dos conflitos armados sobre a masculinidade, no mundo árabe, são limitados”, escreveu Yaish em sua tese. “Nessa região, todo o conceito de masculinidade é novo.” O autor afirmou que suas pesquisas em livrarias e bibliotecas no Cairo, Amã, Damasco e Jerusalém apontaram poucos livros ou artigos relevantes.

Buscando identificar diferenças geracionais, Yaish dividiu os sujeitos de sua pesquisa na área de Nablus em duas faixas etárias, acima e abaixo dos 40 anos. Também conversou com mulheres casadas com homens desempregados. “Parte-se do pressuposto de que os homens exercem os papéis de provedores e protetores. Mas, aqui, quando perdem seus empregos, parece que as mulheres assumem o comando em termos de tentar prover a família. Tentam pôr em prática

alguns projetos para gerar renda [ou] arranjam empregos para conseguir algum dinheiro”. Ele descobriu que os homens mais velhos tendem a se desligar da família quando se sentem marginalizados pelas mulheres, muitas das quais tentam oferecer-lhes apoio psicológico na esperança de que um dia os papéis revertam ao “normal”.

Em Gaza, onde os palestinos enfrentam uma vida ainda mais restrita que na Cisjordânia, um grupo de mulheres, falando por vídeo link para o escritório do UNFPA em Jerusalém, disse que têm observado mudanças nos papéis e posturas masculinos e femininos nos anos recentes, à medida que o território se tornou mais e mais isolado. Sabha Sarhan, que desde 2003 vem organizando as mulheres da área rural em grupos de autoajuda que ensinam, entre outras coisas, a produção de alimentos e a manutenção do papel de provedoras econômicas da família, afirmou que as mulheres reconheceram que a vida tem sido ruim para as mentes dos homens, e que elas encontraram meios de tentar manter a paz em seus lares. “Os homens ficam frustrados por pequenas coisas – por não poder comprar cigarros, por exemplo. Mas as mulheres são espertas, podem ganhar dinheiro para dar apoio aos homens e evitar a violência”, diz. Sarhan afirmou também que se comprometeu desde o início de seu projeto rural com a quebra do costume de confinar as mulheres nos lares, e que acredita que as mulheres palestinas de Gaza agora estão mais fortes e, em parte, porque sofreram e tiveram de trabalhar sem parar para manter-se e às suas famílias vivas.

Maryam Zaqoot, ativista de direitos humanos e diretora da Associação pela Cultura e Liberdade de Pensamento de Gaza, acrescentou que sua organização e outras reconhecem que o conflito com Israel, de várias formas, afetou mais os homens do que as mulheres e, no lado positivo, contribuiu para que os esforços fossem mais divididos para

aliviar a carga. “Os homens estão ganhando uma maior consciência sobre o feminino”, acrescentou. Fiza Shraim, pioneira palestina na melhoria da obstetrícia e atendimento à saúde materna em situações extremamente difíceis, concorda com ela e afirmou ter observado que os moços parecem estar procurando menos esposas dóceis, sem estudo e que ficarão reclusas ao lar, do que mulheres qualificadas, que os ajudem a trabalhar e a sustentar suas famílias. Acrescentou ainda que tem observado mais homens ajudando nas tarefas domésticas, um acontecimento que reforça a tese e mostra mudança de atitudes.

Na Cisjordânia, Yaish descobriu que as mulheres frequentemente desculparam o comportamento abusivo em razão de acreditarem que os homens sem trabalho necessitam de sua ajuda e apoio. Os homens palestinos mais jovens, quando desempregados, não se desligam nem se retiram das famílias, como muitos homens mais velhos fazem, mas continuam a procurar trabalho incansável e ativamente. Para passar o tempo, reúnem-se com amigos, conversam em cafeterias (se podem pagar por isso) ou apenas ficam vagando pelas ruas. “Estão muito bravos, estão frustrados”, comenta Yaish. “Os mais jovens recorrem mais à violência para afirmar sua masculinidade no lar”. É comum os palestinos não buscarem nem aceitarem o aconselhamento psicológico oferecido por numerosas organizações. Mas homens e mulheres, segundo as pesquisas de Yaish, falam sobre se tornarem mais religiosos, na procura de paz interior e capacidade de enfrentar uma vida árdua.

“Sempre se procura ver a masculinidade em relação à feminilidade – tem-se que ver as duas juntas”, afirma Yaish. “Aqui... noto uma quantidade de programas que falam sobre violência de gênero, mas sempre... sobre mulheres. Tornou-se uma questão feminina. Mas eu acho que não é. É uma questão feminina e masculina, no final das contas”.

## 19 QUANDO AS MULHERES SÃO AS COMBATENTES

As feministas quase sempre argumentaram que as mulheres são as naturais construtoras da paz e que, sempre que possível, sempre escolheriam soluções não violentas ao invés do conflito. Desde a Antiguidade, porém, elas têm ido à guerra, e nos conflitos contemporâneos várias têm se envolvido, seja por escolha ou pelo recrutamento forçado. Conflitos étnicos, causas nacionalistas ou de classe têm atraído para as guerras civis e, por vezes, para o terrorismo, as mulheres que se comprometem com tais motivações. As guerras de alta tecnologia, patrocinadas pelas nações desenvolvidas, atraíram mulheres para a carreira militar, onde buscam por cargos de comando, competindo com os homens.

Swati Parashar, conferencista na Universidade de Limerick, na Irlanda, escrevendo recentemente sobre feminismo e conflito armado no Sri Lanka, onde até um quinto dos quadros dos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil eram mulheres adultas e jovens, levantou questões relevantes. “As mulheres que apoiam e toleram a violência discriminada e indiscriminada contra instituições do Estado e civis desarmados não apenas redefinem noções de nacionalismo, gênero e identidade religiosa, mas também ressaltam sua complexa e problemática relação com o feminismo. Em que medida a participação em atividades militares e armadas oferece às mulheres oportunidades de transcender os papéis de gênero convencionais?... Como militantes femininas são influenciadas por esses movimentos políticos, e como elas, por sua vez, os influenciam?... De que forma as relações feministas internacionais abordam ou deveriam abordar essas militantes?”

Uma pergunta adicional poderia ser: O que acontece quando a luta acaba, e essas mulheres retornam ao lar? Nepal e Sri Lanka estão passando agora por processos de reintegração de mulheres ex-combatentes. Um alerta sobre algu-

mas expectativas pós-conflito entre mulheres que escolheram lutar ao lado de homens foi oferecido por Sara Emmanuel, que escreveu no *ISIS Newsletter*, em junho de 2007, baseada nas experiências da América Central: “em El Salvador, mulheres ex-combatentes, olhando para trás em suas vidas como lutadoras, diziam ter vivenciado algum tipo de liberação de restrições sociais; nova liberdade sexual e liberação de percepções convencionais de maternidade; esperança de encontrar meios de sobrepujar a pobreza e opres-



Soldada maoísta em Bhojpur, Nepal, em 2005.  
©AFP/Getty Images

são e trazer um futuro melhor. Entretanto, as realidades que a paz e a desmobilização trouxeram eram muito diferentes. As mulheres foram separadas de seus camaradas, perderam suas armas, tiveram de retornar subitamente às suas famílias e a reintegração foi difícil. Sentiam-se distantes e isoladas. Necessitaram de atendimento e apoio emocional”.

No Nepal, as mulheres desempenharam vários papéis ativos, durante os dez anos de conflito armado entre as forças do governo e a insurgência maoísta. Foram combatentes, equipes de segurança estatal, único arrimo de família,

pesquisadoras, ativistas, jornalistas e políticas. A imagem de mulheres armadas foi uma nova realidade no Nepal, que desafiou a antiga percepção da mulher como membro subserviente da sociedade. No entanto, sua participação nas negociações formais de paz entre o governo do Nepal e o Partido Comunista Unificado do Nepal Maoísta foi nula, embora algumas tivessem se envolvido em negociações locais, na maior parte dos casos em papéis informais. Depois da assinatura do acordo de paz, em 2006, abriu-se espaço para a participação feminina na edificação da paz. A Constituição provisória classificou como fundamentais os “direitos das mulheres” e assegurou a não discriminação de gênero. A violência contra mulheres e meninas tornou-se crime passível de sanção, e elas adquiriram direitos de saúde reprodutiva e propriedade ancestral. Em 2006, foi aprovada a resolução do Parlamento que reserva 33% dos assentos para mulheres, em todos os organismos estatais.

As mulheres compuseram cerca de um terço das forças maoístas; muitas delas eram crianças quando se alistaram. Em fevereiro, quando os maoístas liberaram 3.000 menores de idade de seu Exército de Libertação Nacional, cerca de 1.000 deles eram mulheres. As ex-combatentes receberam atendimento de serviços de saúde reprodutiva e ajuda técnica que assegurava uma abordagem sensível a gênero no planejamento e implementação do processo de retorno à vida civil, como parte do programa de apoio conjunto das Nações Unidas, mantido pelo UNFPA. Entretanto, no início de 2010, um relatório do IRIN, o serviço jornalístico do Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas, informava que as meninas e mulheres necessitavam de um considerável período de aconselhamento, a julgar pelos casos de dificuldades de reintegração ocorridos em todo o país.





# Juventude: o futuro das sociedades pós-conflito

No final da tarde e começo da noite em frente à praia de Díli, capital do Timor Leste, meninos e moços em idade escolar com tempo ocioso se juntam para se distrair nadando, pescando ou apenas vagando entre vendedores e outras pessoas que trabalham em frente ao mar. Timor Leste tem muitos jovens, como acontece em outros países em reconstrução após conflitos. O desafio está envolvendo-os na tarefa, em igual parceria com homens e mulheres.

Mais de um terço do total da população de Timor Leste, de cerca de 1,1 milhão, está na faixa entre 10 e 24 anos, sendo sua média etária de, aproximadamente, 22 anos. O índice de crescimento anual da população do país é estimado em cerca de 3,3%, quase o dobro da média mundial.

Em Timor Leste, que somente alcançou sua total liberdade a partir de 2002, criar empregos para a população jovem masculina e feminina deveria ser uma prioridade urgente das políticas pós-conflito, afirma Ameerah Haq que, na qualidade de representante especial do Secretário-Geral, chefia a missão das Nações Unidas no país. Com a falta de empregos, a criminalidade juvenil tem apresentado altos índices no país, onde grupos de arte marcial se tornaram gangues de rua, responsáveis pelo aumento dos crimes cometidos em mercados e ao longo das estradas, segundo o relatório de 2010 do projeto Alerta e Resposta Antecipados (EWER, na sigla em inglês), criado em 2008 por meio de parceria entre a organização não governamental timorense *Belun*, que

trabalha para fortalecer os laços da sociedade civil, e o Centro para Solução de Conflitos da Universidade de Columbia, em Nova York.

O conflito, que se encerrou em 1999, destruiu 70% da economia local, que ainda depende fortemente da agricultura de pequena escala. Ao Timor Leste não faltam recursos naturais; o país conta com uma significativa receita gerada pela extração de petróleo e gás natural no Mar de Timor, que divide com a vizinha Austrália. Mas isso não criou muitos postos de trabalho ou fomentou o crescimento industrial em Timor Leste. Haq procura meios de estimular o empreendedorismo, mesmo em pequena escala e especialmente entre as mulheres, muitas das quais são jovens.

Enfrentando desafios demográficos ao mesmo tempo em que seu povo ainda se recupera das cicatrizes da ocupação, queda econômica e periódicas eclosões de violência política, o Timor Leste não é um caso isolado. Atualmente, no mundo, mais de 1,8 bilhão de pessoas se encontram na faixa etária entre 10 e 25 anos.

◀ *Crianças haitianas cantam, antes do jantar, no orfanato Garden of Patience, de Porto Príncipe, no Haiti.*  
©VII Photo/Lynsey Addario

O acesso a meios de subsistência seguros, dignos e sustentáveis para os jovens é vital para sua proteção e para a redução dos riscos de exploração e abuso. A promoção de oportunidades econômicas para a juventude, por meio do ensino não formal direcionado às necessidades do mercado, treinamento de habilidades vocacionais, atividades de geração de renda, programas de micro-crédito e agrícolas, pode ter importante papel de estímulo para que os jovens contribuam para a sociedade e auxiliem no fortalecimento de suas capacidades.

A importância de meios de subsistência viáveis para os jovens é ressaltada pelo fato de que, se não houver crescimento econômico, o país que sai de uma guerra civil defronta-se com 44% de chances de retorno ao conflito, nos cinco anos seguintes. Prover meios de subsistência para a juventude é parte

integral da consolidação da paz e do desenvolvimento econômico. Como a maioria dos refugiados, hoje, está deslocada há 17 anos, em média, toda uma geração pode perder a oportunidade de adquirir a capacitação profissional e o conhecimento necessários para a reconstrução de suas comunidades e de seus países. Apesar desse fato, os jovens estão entre os menos atendidos entre os segmentos populacionais afetados pelas crises; a comunidade internacional necessita empreender esforços conjuntos para garantir que, em situações humanitárias complexas, não seja desperdiçado o potencial da juventude.

Em uma pesquisa, 60 combatentes entrevistados, que representavam 15 forças armadas de diferentes países da África Ocidental, identificaram por unanimidade a pobreza paralisante e a falta de perspectivas como os principais

fatores de motivação que os levaram a se tornarem combatentes. Por meio de uma pesquisa longitudinal de 16 anos com ex-soldados-crianças de Moçambique, descobriu-se que, embora aparentassem estar bem, todos relataram que sua situação econômica diária fora, e continuava sendo, um dos maiores obstáculos para sua transição para a vida civil.

Enquanto, em situações de emergência, o enfoque quase sempre está voltado para a oferta de comida e abrigo, a muitos jovens faltam atividades produtivas e de envolvimento que lhes ofereçam capacitação e expectativa para o futuro. Na grande maioria das situações de crise e de início da recuperação, faltam intervenções integradas de sustento.

*Fonte: Youth Zones [Zonas de Juventude], da Governess Films, em associação com o UNFPA e a Comissão de Mulheres Refugiadas*

Segundo alguns cálculos, 3,6 bilhões de pessoas têm menos de 30 anos, mais da metade da população mundial. De modo geral, nos países desenvolvidos e particularmente em nações que saem de conflitos e desastres, os jovens representam grande proporção das populações nacionais, o que significa que representam uma imensa aposta no futuro. Em áreas de pós-conflito, jovens vidas podem ter sido destruídas pela violência, morte de familiares próximos, deslocamentos de seus lares e, em vários casos, recrutamento forçado em exércitos e movimentos rebeldes. As jovens não escaparam ao conflito: combatentes armados as sequestraram, algumas em uniforme escolar, a caminho das aulas, e as transformaram em escravas sexuais, cozinheiras e outras auxiliares forçadas a realizar trabalhos extenuantes e degradantes.

Devolver aos jovens uma vida ainda que somente próxima do normal é a primeira prioridade, quando a violência envolve crianças. Os trabalhadores humanitários afirmam que elas, crianças, sempre reagem positivamente a qualquer tipo de ordem em suas vidas: uma sala de aula, organização de esportes ou tempo de lazer, regularidade na alimentação. No longo prazo, os jovens, uma vez reintegrados e tendo recebido os benefícios de ensino e treinamento, têm melhores chances de garantir possibilidades de desenvolvimento pacífico para suas comunidades e países. Eles terão vários anos à frente para trabalhar na mudança de condições, atitudes, culturas e, às vezes, políticas que levaram ao conflito. Além disso, muitas crianças menores os seguirão na vida

O atendimento às necessidades de planejamento familiar nas emergências é vital. Os jovens são afetados pela perda de mecanismos de apoio familiar e social normais. Sistemas que oferecem informações sobre planejamento familiar e serviços podem ser interrompidos ou tornarem-se inacessíveis. As mulheres e meninas, especialmente, tornam-se um grupo de alto risco nesses casos porque podem ser compelidas a se envolverem em comportamentos de alto risco sexual, como intercâmbio de sexo por alimento ou segurança ou para o atendimento às necessidades suas ou de suas famílias.

Em qualquer situação, mas particularmente nas emergências, quando eventualmente o planejamento familiar pode não ser priorizado, os jovens têm direito de receber informações completas e acuradas sobre saúde

sexual e reprodutiva, inclusive sobre planejamento familiar, e de ter acesso a tais serviços. Isto os ajudará na tomada de decisões conscientes e responsáveis sobre seu comportamento sexual. Mas, em muitas situações, pais e outros membros da comunidade podem relutar em discutir métodos contraceptivos com os jovens em função de normas culturais ou religiosas que proíbem relações sexuais antes do matrimônio. Os trabalhadores da área da saúde também podem não desejar fornecer informações ou serviços relacionados a planejamento familiar aos jovens, especialmente para aqueles que são solteiros, seja em função de suas próprias crenças ou por pressões culturais.

Em qualquer população deslocada, aproximadamente 4% das mulheres em idade reprodutiva (entre 15 e 44 anos) estarão grávidas num

dado momento. Pesquisa realizada com 575 adolescentes de um campo de refugiados no norte do Quênia demonstrou que 70% eram sexualmente ativos e praticavam intercurso sexual não planejado e sem proteção. Mais de 60% de óbitos maternos no mundo ocorrem em dez países; destes, nove em dez se encontram no meio ou vivendo as consequências de uma guerra.

Pesquisa recente demonstrou que os países atingidos por conflitos recebem 43% menos financiamento para saúde reprodutiva que os não afetados, e que o financiamento para o planejamento familiar em países atingidos por conflitos diminuiu de 20,1 milhões de dólares, em 2004, para 1,9 milhão, em 2006.

*Fonte: Youth Zones, [Zonas de Juventude], da Governess Films em associação com o UNFPA e a Comissão de Mulheres Refugiadas*

adulta e se voltarão para os que hoje são jovens em busca de orientação. Altos índices de fertilidade nas sociedades onde os serviços de saúde reprodutiva não estão sempre acessíveis, ou onde a tradição favorece famílias grandes, criam um bolsão juvenil nos perfis populacionais nacionais.

Segundo o Banco Mundial, dos percentuais populacionais na faixa de zero a 14 anos calculados em países de pós-conflito, ou nos territórios de amostragem deste relatório, somente a Bósnia-Herzegovina apresenta um perfil demográfico semelhante ao de outras nações desenvolvidas, com 15,7% de sua população nessa faixa de zero a 14 anos. Os índices coletados na Libéria, Timor Leste e Uganda elevam-se para 40% ou mais. No Haiti, 36,7% da população tem menos de 14

anos. Na Cisjordânia e em Gaza, estima-se que 42% da população tenha menos de 15 anos.

Os jovens podem representar um “dividendo demográfico” para os anos a seguir, provendo a mão de obra e as habilidades necessárias para a reconstrução de cidades, economias e vidas – mas somente se os governos, que têm de atender a várias prioridades, não negligenciarem sua educação e saúde. A tarefa de superar o trauma profundamente enraizado do conflito, de restaurar os sistemas de ensino interrompidos, e de criar novas fontes de produção e renda recairá pesadamente sobre os ombros dos jovens, nas décadas a seguir.

Não é fácil trabalhar quando os jovens ainda carregam cicatrizes psicológicas. Na Bósnia-Herzegovina, as tensões étnicas continuam a



▲ Saliha Đuderija, ministra assistente para Direitos Humanos e Refugiados da Bósnia-Herzegovina, afirma que a questão da compensação às mulheres vítimas de abuso não recebeu a atenção oficial que lhe é devida.

©Vil/Antonin Kratochvil

envenenar os espíritos 15 anos depois que a paz foi estabelecida, em 1995. Em outubro de 2009, por exemplo, uma disputa entre croatas e bósnios, depois de um jogo de futebol, resultou na morte de um torcedor de 24 anos. O incidente inquietou Dubravka Salčić-Dizdarević, médica do Hospital da Universidade Nacional de Sarajevo e uma das psicoterapeutas líderes da Bósnia, que declarou em entrevista que, ao ver jovens motivados pelo ódio étnico brutal de uma geração anterior, teme pelo futuro do país, que ainda não se livrou completamente do trauma da década de 1990.

Salčić-Dizdarević, que também é diretora clínica do Centro de Reabilitação para Vítimas de Tortura de Sarajevo, fundado em 1997, tem observado vários casos de transferência de traumas para crianças. “As vítimas não são somente os diretamente torturados durante a guerra”, afirma. “A tortura tem também como objetivo vitimizar a família inteira.” Por meio de pesquisa realizada na Bósnia, estima-se que, na guerra, 200.000 pessoas foram torturadas e cerca de 30.000 morreram vítimas de tortura nas prisões. “Em 13 anos, nosso centro recebeu em tratamento cerca de 10.000 pessoas, e a média de tempo exigido para o processo de reabilitação é de cerca de três anos”, afirmou Salčić-Dizdarević

que permaneceu em Sarajevo, durante a guerra de 1992-1995, e estava entre os primeiros especialistas que iniciaram um trabalho intensivo com as vítimas da guerra. O processo incluiu filhos e cônjuges das vítimas que também receberam tratamento para trauma, alguns tardiamente. O prazo para a recuperação ainda não terminou.

Saliha Đuderija, ministra adjunta de Direitos Humanos e Refugiados na Bósnia-Herzegovina, ficou igualmente alarmada com a eclosão da violência entre jovens torcedores de futebol e também pelo espetáculo de um grupo étnico se agrupando para proteger o alegado agressor. “A sociedade está ficando mais tolerante a isto”, disse ela em entrevista. “Que tipo de país é este, quando uma comunidade protege um criminoso?”

Mas não deixam de existir também fatos positivos. Em Sarajevo, realiza-se anualmente um festival multiétnico infantil, projeto do UNICEF, que conta com o apoio de vários governos. O acontecimento congrega artistas, músicos, produtores de cinema e autores de livros infantis de toda a Europa, para proporcionar alguns poucos dias enriquecedores de eventos culturais. Em 2010, pelo segundo ano, as crianças foram convidadas a escrever em um “muro de desejos e pedidos”, para que seus líderes pudessem conhecer o que elas acreditam que suas comunidades necessitam. Prometeu-se a elas a oportunidade de se reunirem com adultos influentes para discutir suas inquietações. O governo da Bósnia-Herzegovina deu início a um projeto-piloto em 10 municípios, sobre proteção social das crianças e para envolvê-las nos assuntos comunitários, inclusive para defender seus direitos.

Jovens originários da Bósnia-Herzegovina, que viajaram por toda a Europa e ao exterior, juntaram-se a atividades na região dos Balcãs



realizadas com o objetivo de derrubar barreiras étnicas. Em maio de 2010, jovens bósnios estiveram presentes no quarto Festival Dias de Sarajevo, evento anual realizado em Belgrado, capital da República Sérvia. Lá participaram de painéis voltados não somente à discussão dos assuntos do momento, como violência em eventos esportivos, mas também sobre preocupações mais genéricas. Um dos painéis, realizado em local que leva o adequado nome de Centro de Descontaminação Cultural, em Belgrado, teve como título “Como evitar repetir nosso passado”. Música, teatro e exposição do trabalho de jovens fotógrafos que ilustraram a vida cotidiana do povo de Sarajevo fizeram parte do evento que teve o apoio tanto da Bósnia-Herzegovina como da República Sérvia. A missão do evento anual, nas palavras dos próprios organizadores, é a de “promover a comunicação e reconciliação entre a juventude bósnia e sérvia, oferecendo um local de reunião para que eles encarem o passado e o futuro conjuntamente, ajudando-os a estabelecer laços mais fortes entre cidadãos das duas cidades”.

No norte de Uganda, onde o Exército da Resistência do Senhor (LRA, na sigla em inglês) por quase duas décadas sequestrou dezenas de milhares de crianças e forçou um número incontável delas a cometerem crimes contra suas próprias famílias e comunidades, fortes organizações não governamentais locais, apoiadas por agências internacionais e programas de auxílio governamentais, estão na linha de frente dos esforços de recuperação. Várias delas têm enfoque na juventude.

“A juventude é a espinha dorsal do processo de recuperação pós-conflito e construção da paz no norte de Uganda, e não pode ser ignorada em nenhum programa de recuperação pós-conflito”, lê-se em publicação do Projeto Liderança Juvenil do Fórum de ONGs do Distrito de Gulu, a maior cidade ao norte de Uganda e centro econômico da região, habitada pelo grupo étnico acholi. Seu

maior distrito e algumas áreas vizinhas foram o centro de atrocidades praticadas pelo LRA, sob a liderança de Joseph Kony, um acholi que se voltou contra seu próprio povo e causou sofrimentos horrendos, com atos de extrema brutalidade.

A rede Fórum de Gulu está aberta a qualquer organização não governamental ou da sociedade civil que siga os princípios do desenvolvimento fundado nos direitos humanos. No trabalho com jovens, a rede e outros grupos se centraram na solução de conflitos, incluindo o estudo de tradicionais mecanismos de justiça e o treinamento de jovens para o traba-

### “Os jovens são a espinha dorsal do processo de recuperação pós-conflito e construção da paz no norte de Uganda e não podem ser ignorados.”

lho voltado ao desenvolvimento nos vários setores econômicos. Simultaneamente, estimula o estudo acadêmico por meio do Projeto Liderança Juvenil, oferecendo algumas bolsas de estudo para estudantes da região ao norte de Uganda.

Um dos grupos líderes da rede Gulu é a Fundação *Straight Talk*, organização nacional sediada em Kampala, com filiais em Gulu e algumas outras cidades. Em Gulu, ela é responsável pelo Centro da Juventude de Gulu, abrigo juvenil multifocado. Com apoio do UNFPA, do USAID, por meio do Fundo da Sociedade Civil, e da *Save the Children* em Uganda, o Centro da Juventude de Gulu tornou-se o mais importante local de atendimento de saúde sexual e reprodutiva para jovens no norte do país. Oferece testes e aconselhamento contra o HIV, tratamento para doenças sexualmente transmissíveis, aconselhamento para planejamento familiar e distribuição de suprimentos, inclusive contraceptivos de emergência. Alinha programas ativos para os interesses dos jovens, com o objeti-

As populações afetadas por conflitos, particularmente as jovens e os jovens, ocupam posição de alto risco em relação à exposição ao HIV e a doenças, em razão da insegurança e da consequente alta da vulnerabilidade que se observam nessas situações. A interrupção de serviços de saúde sexual e reprodutiva e a falta de acesso a informações e serviços de prevenção ao HIV podem aumentar a suscetibilidade do jovem a esse tipo de contaminação.

Nas emergências, perdem força as estruturas familiares e comunitárias que normalmente influenciam o comportamento; em consequência disto, a pobreza, a instabilidade social e o sentimento de impotência podem levar jovens a oferecer sexo em troca de comida e proteção, entre outros. O uso do sexo como estratégia de sobrevivên-

cia nas emergências, particularmente entre mulheres e meninas, aumenta a vulnerabilidade ao HIV.

Conflitos recentes levaram à mobilização de meninos e meninas nas forças em luta, colocando-os em risco de infecção por HIV em consequência da violência sexual por oficiais mais velhos, ordens explícitas dos comandos para o estupro, ou pressão dos colegas que estimulam práticas sexuais de risco. Observam-se evidências crescentes da disseminação do HIV e da AIDS entre oficiais da ativa e pessoal desmobilizado; eles têm maior probabilidade de espalhar a infecção porque sua atividade exige maior mobilidade, são mais jovens e contam com meios para pagar por sexo ou empregar o poder e as armas para explorar ou abusar dos demais. Entretanto, com engajamen-

to e treinamento apropriado, os jovens que se associam às forças em luta ou a grupos armados têm potencial para se tornarem “agentes de mudança”, por estarem capacitados para informá-los sobre atividades de prevenção ao HIV, tornando-se assim parte da solução, e não uma parte potencial do problema.

No mundo inteiro, no mínimo, 15 milhões de jovens foram contaminados pelo HIV e pela AIDS em conflitos e emergências correlatas. Na África Subsaariana, a região com mais alta concentração de crises globais, 57% dos adultos com HIV são mulheres. As jovens de 15 a 24 anos têm três vezes mais probabilidade de serem infectadas que os jovens.

*Fonte: Youth Zones, [Zonas de Juventude], da Governess Films em associação com o UNFPA e a Comissão de Mulheres Refugiadas*

no de ressaltar e promover a redução da violência de gênero e práticas culturais negativas. Festas de *breakdance*, com mensagens positivas de vida, respondem pelo entretenimento.

Em seu centro de saúde reprodutiva, o Centro da Juventude de Gulu tem se defrontado com descobertas preocupantes sobre as vidas de meninas e moças. Entre os adolescentes nas faixas etárias mais altas, o índice de infecções por HIV é muito mais alto na população feminina que entre os jovens de todas as idades do sexo masculino. O centro detecta várias razões para isto: casamento precoce de meninas com homens muito mais velhos que tiveram parceiras sexuais anteriores, casamentos forçados com homens com várias esposas e prostituição infantil de meninas em troca de necessidades básicas, como comida e ensino. A violência contra

mulheres também tem sido motivo de inquietação no norte de Uganda, onde a prevalência de HIV e AIDS, de cerca de 8,3%, é consideravelmente mais alta que a média nacional, de 6,4% em si, é um índice muito alto, segundo os padrões internacionais. Faith Lubanga, gerente do Centro, afirma que nenhum assunto é tabu nos grupos de discussão, onde os jovens com frequência pedem informações sobre doenças sexualmente transmissíveis ou alcoolismo, por exemplo, problemas esses que ocorrem entre os homens e que pioraram com o conflito. “Estamos dissipando mitos, como o de que se pode lavar o HIV com coca-cola”, acrescenta.

O Centro da Juventude de Gulu recebe cerca de 1.350 visitantes por semana, informa Lubanga. Seu ambiente amigável para os jovens evidencia-se em suas discretas salas de consulta e instalações

clínicas. Sarah Lanyero, funcionária da clínica no centro construído há seis anos, esclareceu que o aconselhamento sobre planejamento familiar começou em 2006 e é destinado a jovens entre 15 e 24 anos. Nos anos anteriores, a clínica acolheu casos de aborto não seguro, muitos dos quais autoinduzidos com preparados de ervas locais ou drogas. Agora esses casos têm sido mais raros, uma vez que os jovens são mais informados sobre sexo responsável, acrescenta. Lanyero também enumera mitos que cercam a saúde reprodutiva e planejamento familiar, tais como o de que a contracepção provoca o nascimento de bebês anormais, ou de que, sem os períodos menstruais (efeito colateral dos métodos contraceptivos injetáveis) o sangue “fica” no corpo, e a “mulher tem de ser operada para retirá-lo”.

O Centro da Juventude de Gulu atende jovens de ambos os sexos. Como estratégia para fazer com que os homens se envolvam mais nas discussões, Lanyero conta que o centro não divulga sua programação pública como eventos de planejamento familiar, mas como sessões de informação ampla sobre a economia familiar e saúde, que conduzem a um pensar sobre a contracepção. “Os homens estão começando a vir para perguntar sobre planejamento familiar para suas mulheres”, comenta. Sobre a mesa da varanda do Centro da Juventude de Gulu, veem-se cópias dos jornais da Fundação *Straight Talk*, voltados para atrair e informar meninos e meninas. O jornal *Straight Talk* [Falar Francamente, em tradução livre] é voltado para adolescentes mais velhos, enquanto o *Youngtalk* [Conversa Jovem] está voltado para a faixa mais acima do básico. Shows de rádio, alguns voltados para os pais, são transmitidos para todo o país em mais de doze idiomas por 39 estações FM. Com uma diversidade de mídia sintonizada na juventude, as mensagens da Fundação têm ampla circulação.

Fenômeno acentuado em Uganda, presente também em outras áreas pós-conflito, é a crescen-

te presença e autoridade de jovens profissionais locais, muitos dos quais do sexo feminino, em programas para pós-conflito de todos os tipos. No escritório de Gulu da *War Child Canada*, organização sem fins lucrativos com sede em Toronto, três dessas jovens ugandenses se reúnem para conversar sobre o serviço de proteção jurídica que elas dirigem para mulheres e meninas. “A proteção e a intervenção jurídica para mulheres e meninas representam os últimos direitos atendidos depois da alimentação, da água, da moradia, da saúde e do aconselhamento psicossocial”, conta Vanina Trojan, canadense que responde pela coordenação da proteção jurídica em Gulu, enquanto ela apresenta sua equipe, composta de três moças ugandenses. “Nossa intenção é restabelecer o enquadramento dos direitos legais e isto, definitivamente, não é prioridade em áreas de conflito”.

Annette Okwera, chefe dos assistentes de advocacia no distrito de Gulu, fala sobre alguns dos casos que afetam crianças observadas por seu escritório. Antes da guerra, “nossa cultura era fechada”, esclarece. “A guerra acabou com isso. Agora, os que retornam são deixados por sua própria conta, sem o apoio de seu clã.” Annette informa que o abuso de crianças é muitíssimo frequente, havendo também vários casos de negligência infantil. Mas fazer com que as pessoas levem os casos à polícia ou ao tribunal pode ser frustrante, em famílias acostumadas aos tradicionais sistemas de justiça do clã, encabeçados pelos mais velhos – sistemas que lentamente começam a se reestabelecer – ou que sofrem pressão social para não tornar públicas as alegações.

No Haiti, onde gangues de jovens armados vinham desafiando os mantenedores da paz das Nações Unidas bem antes do terremoto de 2010, numerosas organizações vêm trabalhando para orientar a juventude no sentido de envolvimento mais construtivos para a comunidade. Desde o terremoto, os esforços dessas entidades, as quais,

frequentemente e em sua maioria, são de pequeno porte, têm sido acelerados ao máximo e permitidos pelos poucos financiamentos de que dispõem. O UNFPA, que perdeu sua sede no desastre e respondeu pelo trabalho a partir de uma rudimentar sede provisória, estava presente logo depois do terremoto para treinar jovens e colocá-los a trabalhar nos campos para os desabrigados. Jovens, na faixa de 15 a 24 anos, representam 22,7% da população do país e podem ser uma poderosa força em sua reconstrução. Tal como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e outros órgãos, o UNFPA apoiou iniciativas de trabalho-por-dinheiro, recrutando jovens para montar “*kits* de dignidade” – que consistiam em um pacote de produtos básicos de higiene, como sabonetes, escovas de dente, roupa de baixo, absorventes higiênicos ou outros itens especialmente relevantes para qualquer situação – para distribuição entre a população deslocada.

Os voluntários jovens, com o apoio do UNFPA, do UNICEF, do Programa Mundial de

adolescentes desabrigados, de 11 a 16 anos, fora da cidade de Porto Príncipe, onde atividades esportivas e criativas poderiam ser oferecidas num ambiente rural. Psicólogos e terapeutas participaram realizando *workshops* de discussão sobre vários temas, inclusive saúde sexual e reprodutiva. O grande plano para o futuro é manter centros integrados para a juventude em cada região do país, onde o conceito de *workshop* pode continuar. O ministro espera também criar canais, por meio da televisão e do rádio, que possibilitem aos jovens se conectarem e falarem entre si.

Um dos trágicos legados de décadas de ditadura e política tumultuada foi a perda do sentido de comunidade, diz Witchner Orméus, diretor de juventude e integração do Ministério da Juventude e Esporte do Haiti. Ele informou que o ministério estava buscando formas de retomar o trabalho e ações comunitárias de voluntariado, dadas as necessidades sociais após a devastação provocada pelo terremoto e a limitada capacidade do governo em prover tudo o que é necessário para reconstruir vidas e bairros, mesmo com o generoso apoio externo.

“Quando se fala em reconstrução, temos de incluir aí a reconstrução social”, diz Orméus. E acrescenta que, no Fundo de Avaliação das Necessidades, criado na primavera de 2010, os gastos com a juventude foram incluídos pela primeira vez, e uma nova lei sobre associações estava na fase de planejamento. Os governos haitianos não tiveram um relacionamento fácil com as organizações voluntárias, muitas das quais operam em um vácuo jurídico. Mas há ampla evidência do potencial de um maior envolvimento da juventude na recuperação, que levará anos, senão décadas.

Há muitas organizações para a juventude com diversas afiliações – seculares e religiosas – em Porto Príncipe e em outras cidades e vilarejos afetados. O auxílio que elas puderam oferecer era,

## “Quando se fala em reconstrução, temos de incluir aí a reconstrução social.”

Alimentos e da Organização Mundial da Saúde, e com o suporte da Polícia das Nações Unidas, também ajudaram a distribuir alimentos suplementares para crianças, grávidas e mães que acabaram de dar à luz. Em outro projeto, jovens se juntaram a pesquisadores profissionais para pesquisar a quantidade e necessidades de pessoas desalojadas pelo terremoto. Os pesquisadores verificaram que as mulheres apontavam a falta de privacidade e latrinas separadas como importantes para sua capacidade de evitar o estupro e outros crimes de gênero.

O Ministério da Juventude e Esporte do governo haitiano conseguiu estabelecer acampamentos diurnos para cerca de 1.000 pré-adolescentes e



muitas vezes, pequeno, em razão dos orçamentos limitados de que dispunham após o terremoto, quando várias delas perderam seus escritórios e as vidas de seus membros. Pelo menos 1,2 milhão de pessoas ficaram desabrigadas e muitas delas não tiveram outra opção senão encontrar um pequeno espaço em um dos inúmeros acampamentos criados.

O trabalho de jovens voluntários, aparentemente sem qualquer coordenação formal por parte do governo, pode não ter sido notado pela mídia internacional, dada a escala da devastação e o tamanho dos campos para desabrigados, mas tanto as organizações seculares como as religiosas estavam ali representadas. Um desses grupos, o Juventude Adventista, cujos membros eram normalmente treinados em armar barracas, acender fogueiras para cozinhar e preparar comida em buracos cavados na terra na ausência de utensílios, estava presente na maior parte desses campos, afirma Jude Bien-Aimé, um dos líderes da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Porto Príncipe. Sua igreja também forneceu alimentos – uma cozinha popular estava em operação do lado de fora de seu escritório, com as portas abertas para oferecer sopa às pessoas que vinham da rua. A igreja também continua a oferecer aconselhamento psicológico.

Escoteiros de ambos os sexos, frequentemente atuando por iniciativa própria, tentavam ajudar as vítimas nas horas e dias após o desastre, informa Nicolas Clervil e Gérard-Marie Tardieu, respectivamente comissário e comissário-adjunto do movimento escoteiro no Haiti. Eles se orgulham por uma adolescente que, sozinha, ganhou notoriedade por tentar organizar ajuda em Léogâne, cidade próxima ao epicentro do terremoto. Sua sede em Porto Príncipe foi



destruída, e agora eles vivem e trabalham em tendas fora da cidade.

Um grupo jovem que se mostrou particularmente ativo no auxílio pós-terremoto é o *Kiro*, chefiado por um padre, Alexandre Kakolo, com o apoio da Igreja Católica, dominante no país. *Kiro* – o nome é o mesmo que “Jesus” no alfabeto grego – atuou rapidamente para estabelecer programas nos campos para desabrigados pelo terremoto, algumas vezes em cooperação com órgãos do governo. Os caminhões do governo, por exemplo, rebocaram entulho coletado durante as limpezas realizadas por voluntários que trabalhavam para diminuir os riscos à saúde nos campos superlotados e sem serviços. Os membros do *Kiro* também organizaram atividades para as crianças acampadas. “Queremos ajudar as pessoas a relaxar, fazer com que se sintam bem, conversar com elas”, esclareceu Kakolo. A organização ajudou a encontrar água potável para os que residiam nos campos, que quase nunca dispunham de água para beber, apesar do calor.

O *Kiro* tomou para si outra tarefa difícil: conversar com os jovens sobre o respeito devido

▲ Jovens de Porto Príncipe, no Haiti, jogam e aprendem novas capacitações no Camp de l'Avenir, acampamento para jovens desalojados.

©UNFPA/Trygve Olafsen

às mulheres nos campos de emergência, nos quais foram reportados casos de mulheres molestadas em chuveiros e banheiros comunitários que ofereciam pouca privacidade. Mais de uma vez, as residentes dos campos falaram dos abusos sofridos por meninas e mulheres nas áreas fechadas dos campos, onde a presença de policiais é rara, senão inexistente.

Líderes de alguns grupos de jovens, refletindo velhas ideias sobre quem deve ser culpado em casos de violência de gênero, sugeriram que, se as meninas vestissem roupas mais comportadas, seriam poupadas do estupro. Um líder de grupo afirmou ter aconselhado as meninas a vestirem calças ou que vestissem “duas calças” para dormir. A percepção de que o estupro é culpa das mulheres persiste em vários países.

Na Libéria, os resultados de uma pesquisa nacional, realizada em 2008, demonstraram que o maior número de vítimas de estupro era formado por jovens de 10 a 19 anos. E 83% das pessoas pesquisadas – e 84% dos jovens – acreditavam que

as mulheres contribuam para esse crime pelo fato de vestirem roupas provocantes. Alguns estudantes tentaram argumentar que o estupro poderia ser “acidental” – algo que acontece no calor do momento, em função da provocação. A Pesquisa sobre a Prevalência e Posturas com Relação ao Estupro na Libéria foi patrocinada pela Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL, na sigla em inglês), em parceria com o Ministério de Gênero e Desenvolvimento Liberiano, com o objetivo de se descobrir uma explicação para o persistente problema do estupro em um país recém-saído de uma guerra civil.

No mundo todo, as agências, fundos e programas das Nações Unidas desenvolveram e/ou expandiram programas voltados para a juventude, com ênfase para os que vivem na pobreza e em sociedades pós-conflito. No UNFPA e em outras agências, existe o reconhecimento de que a melhor abordagem para os jovens se dá por seus próprios meios de expressão. “Como os jovens comparti-

## 23 O IMPACTO PSICOLÓGICO DO CONFLITO NOS JOVENS

As emergências criam fissuras nas redes familiares e comunitárias, e a violência vivenciada nessas situações pode aumentar o risco de trauma psicológico no seio das comunidades e das nações. Emergências e conflitos podem agravar problemas psicológicos já existentes e gerar novos, inclusive ansiedade, luto, quadros de estresse pós-traumático e depressão. Nas emergências humanitárias, os jovens, especialmente os adolescentes, podem vivenciar eventos extremamente estressantes e traumáticos, tal como o deslocamento, separação de suas famílias, violência física e sexual, ou recrutamento forçado por grupos armados.

Embora nem todas as pessoas venham a desenvolver problemas psi-

cológicos em crises, os adolescentes têm maior risco de vivenciar distúrbios sociais ou psicológicos. A adolescência é um difícil período de desenvolvimento e transição, e se atravessar suas mudanças sociais, comportamentais, cognitivas e físicas em circunstâncias “normais” já é difícil, em situação de crise pode ser extremamente desafiador. A abordagem de questões de saúde e psicossociais pode ajudar os adolescentes a desenvolverem resiliência, capacitá-los para tomarem melhores decisões e envolvê-los em comportamentos mais saudáveis. Dessa forma, é importante integrar o suporte de saúde mental e psicossocial nos mecanismos de atendimento a emergências.

Cerca de um em cada três sobreviventes de violência de gênero desenvolve problemas de saúde mental. Pesquisas realizadas com jovens expostos à extrema violência demonstraram alta prevalência de distúrbios emocionais entre os adolescentes refugiados cambojanos e crianças palestinas. Uma pesquisa longitudinal envolvendo soldados-crianças moçambicanos revelou que 100% deles, quando já desmobilizados, demonstravam sintomas de distúrbios psicológicos e, 16 anos depois, 70% deles tinham recorrentes pensamentos ou memórias de eventos traumáticos.

*Fonte: Youth Zones [Zonas de Juventude], da Governess Films em associação com o UNFPA e a Comissão de Mulheres Refugiadas*

lham ideias, valores, músicas e símbolos por intermédio dos meios de massa e tecnologia eletrônica, isto gerou uma cultura jovem global”, segundo o UNFPA. “Muitos jovens estão se organizando e criando redes em canais formais e informais”.

Os jovens quase sempre representam uma parcela populacional desproporcional no universo dos afetados pelas crises, afirma o UNFPA. “A elaboração de programas que leve em conta a diversidade dos jovens pode gerar melhor resposta em termos de ajudá-los a aproveitar as oportunidades e superar os desafios, obtendo resultados positivos”. As dificuldades são grandes. Segundo o UNFPA, “mais da metade dos jovens vivem na pobreza, com menos de \$2 por dia. Muitas vezes, eles não têm acesso à tecnologia e à informação. Muitos também se defrontam com desigualdades sociais, escolas ineficientes, discriminação de gênero, desemprego e sistemas de saúde inadequados. Eles merecem mais. E investir na juventude é investir nos futuros chefes de família, líderes de comunidades e de nações”.

No Quênia, o UNICEF apoiou um programa governamental cujo objetivo é levar os jovens a pensar sobre uma política futura para o país, após o violento levante que se seguiu às disputadas eleições de 2008. Quando do lançamento, nesse ano, da versão queniana do Relatório de Análise da Situação da Juventude Nacional, mais de 1.000 jovens se reuniram em Nairobi e celebraram o evento com cantos, teatro e dança. Vários jovens daquele país foram afetados pela violência de 2008, durante o qual estima-se que 1.000 pessoas morreram em virtude da violência étnica, e muitas mais foram expulsas de suas casas. O ensino foi interrompido, porque muitas escolas foram incendiadas.

A educação é uma necessidade fundamental e o principal pilar para a reconstrução

24

## A GUERRA E OS DESASTRES NATURAIS DEVASTAM SISTEMAS DE ENSINO JÁ FRAGILIZADOS

Os conflitos armados e os desastres naturais desorganizam e devastam os sistemas de ensino. As escolas são danificadas ou destruídas, professores e professoras são deslocados, e a educação da juventude é interrompida, quase sempre por anos. Muitos jovens desalojados passam toda a infância e adolescência em campos de refugiados ou favelas urbanas. Em consequência, muitos não frequentam a escola; alguns talvez nunca tenham ido. Além da ausência da alfabetização e do ensino básico de matemática, esses jovens perdem a vital proteção psicológica e o suporte que as escolas podem oferecer. Quando crescem, jovens provenientes de situações de conflito e deslocamento têm muito menos probabilidade de frequentar a escola. As mulheres jovens são as que têm probabilidade ainda menor de frequentá-la em razão das barreiras culturais, econômicas e físicas à sua educação.

A escolarização formal e informal oferece aos jovens um sentido de normalidade e esperança no futuro, promove o bem-estar, o desenvolvimento cognitivo e reduz o risco de que eles venham a envolver-se em atividades perigosas. É o direito humano básico, consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e em outros acordos internacionais. Assegurar esse direito é especialmente árduo em situações de conflito, desastres naturais e nos deslocamentos populacionais.

Somente 20% dos refugiados em idade escolar correspondente ao ensino médio estão matriculados e, em 2007, 30% dos refugiados matriculados no nível médio eram meninas.

Em situações de emergência, o ensino para jovens não tem recebido a adequada atenção da comunidade internacional, e milhões deles continuam sem opções nessa área. O ensino informal, particularmente, é na maioria das vezes uma prioridade menor para doadores, formuladores de políticas e profissionais.

*Fonte: Youth Zones [Zonas de Juventude], da Governess Films em associação com o UNFPA e a Comissão de Mulheres Refugiadas*

das sociedades após um conflito. Pode ser um investimento-chave para a segurança de longo prazo. Para edificarem uma paz duradoura, quando a poeira já tiver assentado após um conflito, mulheres e homens, meninos e meninas necessitam, por meio de processos adequados de aprendizagem e ensino, desenvolver o que a UNESCO denomina de



▲ Crianças transportam água para suas mães em mercado nos arredores de Monróvia, na Libéria. O mercado, construído com ajuda do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), é um local onde mulheres e seus filhos estão a salvo de assédio e abuso.

©VII Photo/Marcus Bleasdale

habilidades necessárias para a vida cotidiana – “aprender a *ser* e a *ser junto*”. A educação é também essencial por ser um investimento no desenvolvimento de uma geração futura capacitada para a solução de problemas, detentora de competências sociais e ocupacionais apropriadas e que tenha o fôlego e a profundidade de conhecimento para construir uma sociedade dinâmica e inovadora.

Os últimos dados publicados pela UNESCO, em 2010, demonstram que 72 milhões de crianças não estavam tendo acesso ao ensino básico em 2007. Em 2015, estima-se que esse número seja de 56 milhões – melhor, mas ainda assim substancialmente abaixo da Meta de Desenvolvimento do Milênio de ensino básico para todos. No ensino secundário, a estimativa para o número de jovens em todo o mundo que não estão na escola varia de 71 a 266 milhões, dependendo dos parâmetros de classificação do grupo etário classificado como “adolescente”.

A tendência de as meninas desaparecerem das salas de aula é uma questão levantada quase universalmente nos países em desenvolvimento, especialmente em áreas de pós-conflito, onde as comunidades estabelecidas foram destruídas

e estão tentando se reagrupar em situações de instabilidade. Em Timor Leste, Filomena Belo, que anteriormente lutou pela independência da Indonésia e que agora chefia a área de planejamento, monitoramento e avaliação do escritório de Promoção da Igualdade da Secretaria de Estado, afirma que o recrutamento de professores deve receber muito mais atenção, para que as escolas possam oferecer ambientes acolhedores, amigáveis e sensíveis às questões de gênero, no ensino secundário e superior. E acrescenta que os índices de evasão são elevados no Timor Leste em função do casamento precoce, gravidez na adolescência e pelo temor de abusos no caminho para a escola ou em suas dependências.

Na Libéria e em Uganda, as mulheres que passaram a ocupar posições de autoridade nos vilarejos também afirmam que, lamentavelmente, escasseiam os ambientes escolares para meninas, a começar do ensino básico; mas isto acontece de forma mais crítica no nível secundário, onde adolescentes deixam de estudar em grande quantidade. As meninas não vão à escola, principalmente depois de alcançarem a puberdade, por razões tão simples como a ausência de banheiros separados, onde não sejam molestadas. Lucy Page, fundadora



e diretora executiva do Programa de Fortalecimento da Comunidade, conseguiu construir, com o auxílio das Nações Unidas, uma escola para filhas das mulheres que trabalham no mercado local numa comunidade denominada *Soul Clinic*, perto de Monróvia, na Libéria. Ela aponta com orgulho que, próximo às salas de aulas, há dois conjuntos de banheiros, masculinos e femininos, separados por vigorosas paredes de concreto, que estão ligados a um moderno sistema séptico e são dotados de água encanada. Avisos colocados nas paredes alertam contra qualquer expressão de linguagem de conotação sexual ou qualquer tipo de abuso. Contemplando a área do mercado em *Soul Clinic*, dotada de bombeamento de água limpa, latrinas e chuveiros, a nova escola e um pequeno moinho para a produção de farinha, situado perto das bancas de alimentos das mulheres, Page diz, com satisfação: “Nós

as levantamos. A dignidade delas foi restaurada”.

Nos países que sofreram desastres ou conflitos, o valor do ensino superior pode facilmente ser deixado de lado, quando os desafios imediatos são a fome e a falta de abrigos. Mas os líderes acadêmicos agora defendem mais reconhecimento ao papel da universidade na restauração de uma sociedade e no preparo da juventude para assumir o encargo do desenvolvimento nacional no futuro. Na Bósnia-Herzegóvina, Saša Madacki, diretor do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Sarajevo, afirma haver imensas lacunas no conhecimento que os bósnios têm sobre sua sociedade, em razão do pequeno número de pesquisas realizadas fora dos centros populacionais, o que tem gerado uma tendência à negação. “Houve várias vozes que afirmaram que, antes da guerra, não havia violência

## 25 A VISÃO DO UNFPA PARA OS JOVENS

O UNFPA promove e protege os direitos dos jovens. Sua visão é a de um mundo onde meninas e meninos tenham ótimas oportunidades para desenvolver seu pleno potencial, com liberdade de expressão e respeito aos seus pontos de vista, e a uma vida sem pobreza, sem discriminação e sem violência.

Para alcançar tais objetivos, o UNFPA trabalha em vários setores e com várias parcerias para:

- Empoderar adolescentes e jovens, capacitando-os para alcançar seus sonhos, pensar criticamente e se expressar livremente.
- Promover a saúde, inclusive oferecendo-lhes acesso a informações, educação, bens e serviços sobre saúde sexual e reprodutiva.
- Vincular os jovens a programas de meios de sustento e emprego.
- Defender os direitos dos jovens, especialmente de meninas e gru-

pos marginalizados, ao crescimento seguro e saudável e ao recebimento de uma parcela justa dos investimentos sociais.

- Estimular a liderança e participação dos jovens nas decisões que lhes dizem respeito, inclusive nos planos de desenvolvimento das sociedades em que vivem.

A abordagem holística, multisetorial e de colaboração do UNFPA reflete uma visão que contempla as vidas dos jovens em sua totalidade, e não de forma segmentada. No âmbito da política, o Fundo enquadra as questões dos jovens em um contexto de desenvolvimento mais amplo, de redução da pobreza. No âmbito programático, defende um pacote essencial de intervenções voltadas para a proteção social da juventude, que inclui educação, saúde sexual e reprodutiva, e apoio para o estabe-

lecimento de meios de subsistência. Em ambos os níveis, o Fundo estimula as alianças entre gerações que conjuguem a energia, as perspectivas e a motivação dos jovens com a experiência e *know-how* dos instrutores e facilitadores adultos.

A adolescência é uma fase de muitas transições críticas: físicas, psicológicas, econômicas e sociais. À medida que a infância é deixada para trás, intensificam-se as pressões para que adolescentes forjem uma identidade única e se tornem adultos responsáveis. Essas transições se misturam a desafios e escolhas que são fortemente influenciados pelas expectativas de gênero das sociedades e das famílias. Percorrer com sucesso essas transições depende, em parte, do apoio que os jovens recebem de suas famílias, de suas comunidades e da sociedade em geral.

doméstica, as mulheres não eram maltratadas, as crianças não eram maltratadas. Mas, de fato, o que acontecia era que essas coisas não eram relatadas”.

Ele quer ver a universidade formar mais pesquisadores e estudiosos da sociedade, agora que as mudanças de postura permitem discussões mais abertas sobre questões tais como a posição da mulher na cultura patriarcal, especialmente nas áreas rurais. “O problema é que ainda não contamos com fatos sobre as áreas rurais, os vilarejos remotos”, explica ele. “Falta-nos pesquisa antro-

pológica. Não se pode ignorar esse contexto social em nosso próprio lar”.

Madacki critica com amargura a extensão pela qual muito da pesquisa sobre o pós-conflito na Bósnia-Herzegovina é feita não pelos alunos e estudiosos das universidades bósnias, mas por pessoas de fora, sem nenhum interesse no futuro do país. Em seu ponto de vista, a área de ciências sociais está totalmente aberta e carente de uma nova geração de estudiosos locais para inserir o trágico passado desse país em um contexto histórico bósnio ou balcânico.

## 26 NAS CRISES E NA RECUPERAÇÃO, OS CHEFES TRIBAIS E OS IDOSOS ENCONTRAM SEUS PAPÉIS

Um dos mais extraordinários acontecimentos recentes em regiões da África e do Pacífico Asiático, entre outras áreas, é o crescente ressurgimento e envolvimento de líderes tradicionais e idosos em comunidades rurais que se recuperam de catástrofes e sua boa vontade em acolher as necessidades e direitos das mulheres. Uma vez que a maior parte dos líderes tradicionais de vários países são homens, essa tendência parece dever seu ímpeto à crescente consciência social entre os homens, bem como ao fortalecimento das mulheres que superaram os desafios dos conflitos e deslocamentos e retornaram aos seus lares com um novo sentimento de poder, alterando em muitas famílias os papéis de gênero.

Em Timor Leste, por exemplo, as mulheres estão sendo eleitas para cargos de liderança em seus vilarejos, cargos esses denominados *chefes de suco*. Nas Ilhas Fiji, em maio de 2010, um grupo de 45 homens, incluindo os *turaga-ni-koros* — tradicionais chefes dos vilarejos — fez parte de um programa de treinamento sobre direitos das mulheres e violência de gênero. Líderes religiosos, funcionários eleitos localmente e oficiais das forças de segurança também se juntaram às discussões, comandadas por Shamina Ali, diretora executiva do Centro Feminino para Crise das Ilhas Fiji. O centro, que trabalha para a

formação das comunidades na área da violência de gênero, posteriormente conduziu sessões de treinamento e discussão para jovens do sexo masculino em Tonga.

Quando um grupo de chefes e idosos do clã acholi se reuniu em Gulu para falar sobre suas instituições culturais para este relatório, uma mulher também se sentou à mesa. Os altos índices de óbito materno e infecções pelo HIV em Uganda contribuíram em larga medida para atrair a atenção dos líderes tradicionais, muitos dos quais viram suas famílias e comunidades serem dizimadas. Existe uma abertura por meio desses temas para um questionamento mais amplo das relações de gênero. Também há algo no ar sobre a questão de gênero e as dinâmicas organizacionais de mulheres, bem como as pessoas que promovem a saúde e os direitos das mulheres estão começando a ser ouvidas de forma mais ampla. Começa a crescer uma ainda incipiente, mas evidentemente, real disposição de homens e mulheres no sentido de trabalhar juntos sobre as questões de papéis e responsabilidades de gênero. Janet Jackson, representante do UNFPA em Uganda, observou esse crescimento e apoiou o esforço. “Muito do trabalho que realizamos no norte permitiu que as mulheres se mobilizassem”,

diz ela. “Elas estão dizendo *basta!*”.

A leste de Gulu, na cidade de Lira, lar do povo lango, Alfred Adeke, um ex-contador de empresas de algodão e animado líder de espírito prático do clã local, tem agora o título de ministro das finanças da Fundação Cultural de Lango. Em almoço com colegas em Lira sobre projetos de auxílio a vítimas do Exército de Resistência do Senhor, ou LRA, na sigla em inglês, Adeke descreveu como o costumeiro papel dos chefes de clã que antigamente presidiam ajuntamentos familiares perdeu força em 1996, quatro anos depois da independência de Uganda.

Os líderes culturais de Lango, na área de Lira, e outros povos do norte de Uganda veem, em suas instituições históricas, pré-coloniais, restauradas em uma nova Constituição na década de 1990, um sistema de justiça e reconciliação que poderia complementar os modernos tribunais governamentais, onde cada caso se torna uma situação de perder ou ganhar. Nos tribunais, os pobres têm poucas possibilidades de ganhar em uma ação, porque não possuem nem dinheiro nem a experiência e conhecimento para usar a lei em seu próprio benefício. No sistema de negociação do clã, o resultado não tem de ser tão duro: a reconciliação é quase sempre a meta principal a ser alcançada.

Na Libéria, Emmet Dennis, que assumiu o cargo de reitor da Universidade da Libéria no ano passado, afirma que as universidades deveriam ser um campo de treinamento ativo, destinando pensadores bem formados para trabalhar no preenchimento das lacunas da reconstrução e desenvolvimento de um país, em um amplo leque de especialidades, da medicina e direito à agricultura e negócios. Sua universidade, que já foi o orgulho de Monróvia, capital da Libéria, foi fortemente atingida pela guerra civil

nos anos recentes e prejudicada pela saída de seus melhores mestres, restando uma equipe de ensino com baixas credenciais acadêmicas e sujeita às tentações da corrupção reinante em tempos de grande dificuldade econômica, tanto para professores como para alunos, disse Dennis. O reitor descreveu planos arrojados para tirar a universidade da estagnação e torná-la mais voltada para a juventude, em parceria com instituições líderes de todo o mundo. “A universidade deve ser a líder de nossa sociedade”, afirmou.

Nos arredores de Gulu, capital comercial do norte de Uganda, a liderança acholi formalizou e publicou um código jurídico baseado nos costumes e, mais recentemente, um trabalho acadêmico sobre “Princípios Acholis nas Relações de Gênero”. O preâmbulo do texto apresenta uma boa reflexão sobre uma nova era e a resposta às mudanças de posturas e influências externas. Nele, faz-se referência à “natureza evolucionária e dinâmica da cultura, e sua necessidade de adaptar-se a padrões constitucionais estabelecidos e instrumentos dos direitos humanos internacionais, para que mantenha seu relevante papel”.

Em razão de tantos jovens, meninos e meninas acholis terem sido sequestrados e forçados a alistar-se no Exército de Resistência do Senhor, e do fato de que aqueles que retornaram encontram-se, quase sempre, severamente traumatizados ou viciados em viver armados, os mais velhos dizem que os rituais tradicionais ajudam a trazer a paz em vilarejos e cidades pós-conflito. “As crianças estão atormentadas, possuídas por maus espíritos em razão de todas as proezas que fizeram”, diz Nepthali Ococ, vice-presidente dos idosos de acholi. “As jovens que foram forçadas à escravidão sexual enfrentam muito estigma, agora. As famílias se sentem envergonha-

das. Algumas voltaram para famílias muito pobres com filhos. Deveríamos ter uma forma de tratar do problema de crianças que cometeram crimes contra sua vontade”. Para as comunidades acholis, diz ele, “Qualquer pessoa que tenha estado na floresta cometeu algum crime”.

Na *Empowering Hands*, pequena e aguerida organização não governamental de linha de frente em Gulu, os jovens ex-soldados e mulheres que retornaram da escravidão sexual na floresta estão ajudando outros que viveram situações semelhantes por meio das cerimônias de purificação acholi. Em casos de trauma, essas cerimônias são empregadas em conjunto com aconselhamento e conversas para tranquilizar esses jovens. Muitos destes, tratados na *Empowering Hands*, não teriam probabilidade de encontrar serviços de assistência psicossocial profissional e, de qualquer forma, não teriam como pagar por eles. Compartilhar experiências ajuda a todos. “Todos nós temos sido vítimas do estigma e vitimização”, diz uma jovem trabalhadora do centro. Uma de suas colegas descreveu que foi espancada pelas tropas rebeldes, obrigada a carregar cargas pesadíssimas, e que sofreu abusos sexuais. Deu à luz aos 14 anos, no cativeiro. Quando voltou para casa, seus pais tinham partido. Ela agora cuida de seu filho e de qua-

tro irmãos, com uma renda muito pequena. O fato de ter podido falar de seus problemas com outras pessoas lhe trouxe algum contentamento e paz, diz. Seu maior pesar é o fato de não ter dinheiro para voltar a estudar.

Em Kampala, Primo Madra, médico e encarregado nacional do programa para emergências do UNFPA, se preocupa pelo fato de que os serviços sociais ainda não são adequados no norte, e de que mais esforços devem ser feitos pelas autoridades distritais e pelo governo nacional para a edificação da paz e reconciliação.

O oficial chefe administrativo de Gulu reconheceu, em entrevista, que os serviços sociais públicos estão completamente desarticulados. Mais de 90% dos vários milhares de deslocados retornaram dos campos em 2010. “Voltar significa construir uma moradia, começar a produzir alimentos, encontrar água”, esclareceu. As disputas por propriedades estão atrasando o desenvolvimento, ainda há órfãos que precisam de lar e 10% dos povos deslocados que ainda se encontram nos campos são particularmente vulneráveis: idosos sem recursos próprios e remanescentes de famílias desintegradas, sem terras para as quais voltar. As instituições culturais tradicionais querem ajudar, mas esses são desafios que estão muitíssimo além de suas capacidades e recursos.





# Viver sem raízes: refugiados e pessoas internamente deslocadas

Em Amã, Mazin Mohammed Riadh, que fugiu do Iraque para a Jordânia em 2007, em meio à violência sectária, recorda como não podia eliminar o hábito nervoso de verificar pelo espelho retrovisor de seu carro se alguém o estava seguindo. Na cidade jordaniana de Zarqa, Shahad, de 18 anos, chora todas as noites porque o reassentamento da família nos Estados Unidos, que seu pai pedira, foi recusado, e ela acredita não ter futuro na situação de refugiada.

Do outro lado da cidade, Kadeja Jaber conta como usa a criatividade para manter feliz seu pequeno lar no exílio desde que sua família foi obrigada a deixar a cidade iraquiana de Najaf, depois que seu irmão foi assassinado.

Mais de 40 milhões de pessoas, em todo o mundo – número aproximadamente igual ao da população de Quênia, Espanha ou Polônia – são arrancadas de seus lares e deslocadas dentro dos limites de seu próprio país, ou vivem como refugiadas em outro. Cada uma delas, muitas das quais nunca conseguirão voltar para casa, se sente quase sempre “desorientada, traumatizada, confusa, amedrontada, impotente, dependente, desesperançada”, apontou John Holmes, Sub-Secretário-Geral para Assuntos Humanitários, quando do lançamento de um novo relatório das Nações Unidas, em maio de 2010, no qual se demonstra que as pessoas internamente deslocadas superaram o número de refugiados.

Nos últimos dez ou vinte anos, o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) se viu obrigado a tornar indistinta a diferença, antes clara, entre deslocados internamente e refugiados que buscam asilo em outros países. Ambas as populações têm necessidades e temores semelhantes, quando o conflito os obriga a fugir. O Iraque é um caso pontual. Segundo estimativas da ACNUR e do governo, em meados de 2010, havia 4,8 milhões de iraquianos “motivo de preocupação”, definição que indicava a percepção de que aquelas pessoas não tinham mais condições de viver com segurança em seus lares. Dentre elas, mais de 2,6 milhões haviam sido deslocadas internamente no Iraque e 1,9 milhão havia cruzado as fronteiras para o exterior. As conversas com famílias iraquianas que procuraram refúgio na Jordânia revelam que muitas delas passaram pelas duas situações: primeiramente, mudaram de região para região dentro do Iraque, em busca

◀ Uma aluna refugiada iraquiana corre com colegas jordanianas da Shemeisani Elementary School, em Amã, na Jordânia.

©Getty Images/Salah Malkawi

de segurança; e, depois, em desespero, fugiram de vez do país, às vezes sob ameaças de morte. Depois das eleições nacionais do Iraque, em 2010, novos temores complicaram a vida dos refugiados iraquianos que estão preocupados com a possibilidade de serem repatriados pelos países europeus e do Oriente Médio que os acolheram, a partir de declarações de que o clima político iraquiano está “normalizado” e a violência sectária, reduzida (embora não contida).

O Iraque, com uma população de cerca de 29 milhões, é um país jovem. A faixa etária média do país pouco supera os 20 anos, com mais de um terço na faixa de zero a 14 anos, e cerca de um quinto na faixa de 15 a 24 anos. Por consequência, entre as pessoas amedrontadas, encontram-se crianças solenes, de olhos grandes, que mal com-

preendem o que aconteceu com suas vidas, diante da angústia sofrida por seus pais e mães.

Mazin Mohammed Riadh, que afirma ter levado seis meses para superar o medo de ser seguido, é um engenheiro de 37 anos originário de Bagdá. Recorda como sua esposa e filhos viviam em terror quando a família chegou à Jordânia procedente do Iraque, no verão de 2007. Vários parentes de sua esposa, Hirraa Abass Fadhil, de 26 anos, foram assassinados por membros da milícia xiita por terem nomes sunitas; um de seus tios assassinados era um imã. “Meu filho ficou aterrorizado quando viu um policial por causa da experiência que teve em nosso país, devido à natureza sectária da polícia”, relata Riadh. Ele leva seu filho às ruas para apertar as mãos e falar com os oficiais de polícia jordanianos, para que ele aprenda que

## 27

### AS MULHERES REPRESENTAM METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL DE REFUGIADOS

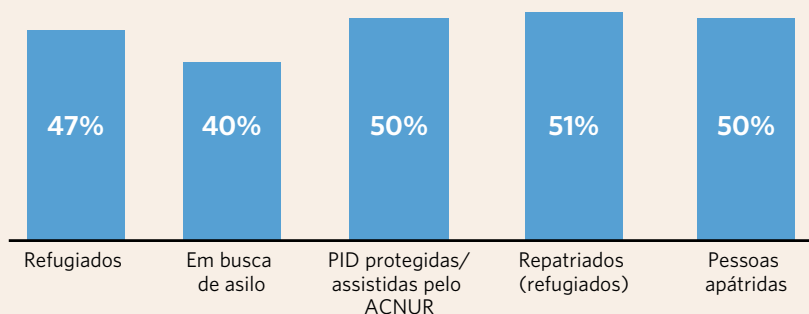
Em 2009, as mulheres e meninas representavam, em média, 49% das “pessoas motivo de preocupação” para o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR). Elas constituíam 47% dos refugiados em busca de asilo e metade dos deslocados internamente e retornados (ex-refugiados). Quarenta e um por cento dos refugiados e pessoas que buscavam asilo eram crianças menores de 18 anos.

O menor índice de mulheres refugiadas se encontra na Europa (44%) e o mais alto, na África Central e região dos Grandes Lagos (53%). Essas médias, porém, escondem significativas variações entre grupos populacionais e locais. Por exemplo, as mulheres representam em média 51% dos refugiados retornados, mas somente 40% dos que buscam asilo em locais onde os

dados são disponíveis. No Chade, por exemplo, as mulheres refugiadas representam um terço (33%) dos refugiados em áreas urbanas, mas até 70% dos refugiados no acampamento de Daha 1.

Cerca de 45% das pessoas motivo de preocupação para o ACNUR eram crianças menores de 18 anos, 11% das quais eram menores de 5 anos. Metade da população se encontrava na faixa entre 18 e 59 anos, enquanto 5% tinham 60 anos ou mais. Entre os refugiados e pessoas em situações semelhantes às de refugiados, as crianças constituíam 41% da população. Sua proporção era significativamente maior entre os refugiados que retornaram ao lar em 2009 (54%). Isto representa desafios consideráveis para programas de reintegração, particularmente no que diz respeito ao ensino, nos locais onde as escolas foram danificadas ou destruídas.

Percentual de mulheres por categoria populacional | final de 2009



Fonte: 2009 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons [Tendências Globais de 2009: Pessoas Refugiadas, em Busca de Asilo, Deslocadas Internamente e Apátridas], Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

eles não lhe farão mal. E acrescenta que ele mesmo e sua esposa tiveram problemas a superar antes de poderem centrar-se em seus filhos. “Precisávamos nos acalmar mentalmente. Precisávamos nos sentir seguros primeiro. Quando nos acostumamos com a situação aqui, então pude começar a ensinar meus filhos a ter uma vida normal”.

Os dois filhos do casal, Abdullah, que nasceu em 2003, e Abdurrahman, nascido dois anos mais tarde, agora estão se ajustando razoavelmente bem, dizem seus pais. O problema é Adam, o irmão de 15 anos de Hirraa, um de seus três irmãos que vive com eles na Jordânia. Sua mãe morreu em 2000, no parto da mais nova dos três, Nawal. Seu pai morreu um ano depois, de doença coronária. A outra irmã, Havaa, de 19 anos, se sente indecisa e insegura sobre seu futuro porque o ensino universitário na Jordânia, privado em sua maior parte, está além dos recursos financeiros da família. Riadh disse ter prometido à esposa que sempre cuidaria de suas irmãs e irmão, e que os manteria todos juntos, como uma família. Essa promessa gerou um inesperado problema em suas vidas de refugiados, acrescenta Riadh, um homem que fala com tranquilidade, mas que está obviamente abalado e angustiado pelos desentendimentos familiares em relação à próxima decisão a tomar.

Riadh, formado em engenharia, recebeu uma oferta de reassentamento nos Estados Unidos. Adam se recusou a ir, e sua família não quer partir sem ele. A situação que eles enfrentam – seu futuro nas mãos de uma perturbada criança de 15 anos – ilustra bem, mas tristemente, as complicações da vida dos refugiados que continuam mesmo após a volta de algum senso de segurança. Adam nunca se recuperou do assassinato de seu irmão, Omar, morto a bala aos 18 anos, quando entrava em uma área xiita em Bagdá, onde alguém o reconheceu como residente da parte sunita da cidade, conhecida por abrigar terroristas do Al Qaeda. No Iraque, em 2007, relata Hirraa, “os corpos tomavam as ruas, tanto de xiitas como de sunitas”. Em Amã,

capital da Jordânia, o escritório da ACNUR se preparou para uma inundação de refugiados iraquianos em 2003, depois da invasão comandada pelos americanos. Mas eles não vieram naquela época. Foi somente a partir de 2006, quando os assassinatos pelas causas sectárias começaram a explodir, que muitos iraquianos foram finalmente obrigados a fugir. Essa foi a situação da qual Riadh escapou.

“Para Adam, as coisas foram terríveis”, relata Riadh, por meio de um intérprete. “Omar era seu ídolo, seu amigo, seu irmão. Depois que ele morreu, Adam costumava sonhar com ele todas as noites. Ele saía pelas ruas esperando encontrá-lo vivo e trazê-lo para casa. A morte de Omar afetou toda a família, mas Adam foi o mais afetado. Ele estava em um estado mental horrível quando chegamos à Jordânia. Não queria ver ninguém. Não queria ir para a escola. Nós o levamos para aconselhamento. Ele foi uma ou duas vezes e disse ‘Será que estou louco, para vocês me trazerem aqui?’ Não queria que ninguém o visse ali. Estamos forçando-o a ir à escola. No primeiro ano, chegou aqui dizendo que entrou em uma briga; foi uma briga entre dois alunos, porque ele era iraquiano”.

Quando a oportunidade de mudar para os Estados Unidos lhes foi oferecida, Adam foi inflexível: não iria. Ouvira boatos de que seria recrutado para o exército norte-americano, mas isso era apenas uma desculpa, e o fato de não existir essa obrigatoriedade nos Estados Unidos não fez diferença alguma. “Ele ameaça que, se tentarmos obrigá-lo a ir, fugirá daqui e voltará para Bagdá, mesmo que isto signifique ser morto”, diz Riadh. Esse é o motivo de o futuro da família ainda estar em suspenso, em meados de 2010. Riadh estava determinado a continuar tentando.

A experiência da família de Riadh em Amã foi facilitada pela generosidade de organizações não governamentais jordanianas e internacionais; essa facilidade se estende aos serviços sociais do governo que lhes oferecem ensino básico e algum atendimento

subsidiado à saúde. Serviços de saúde reprodutiva, frequentemente gratuitos, são amplamente oferecidos para os iraquianos na Jordânia. Na família de Riadh, Hirraa, que tem cuidado de seus próprios dois filhos, além de suas irmãs e irmão nesses tempos difíceis, recebe atendimento regular da Sociedade Jordaniana de Amparo à Saúde, organização não governamental sem fins lucrativos, fundada há cinco anos, que iniciou a sua expansão regional com clínicas móveis. Em Amã, as equipes médicas realizam visitas domiciliares, de forma que as mulheres não têm de sair sozinhas em uma cidade que ainda lhes é estranha. O atendimento que Hirraa recebe inclui triagens e exames diagnósticos regulares.

Até se recusar a continuar recebendo tratamento, Adam recebia aconselhamento do Instituto de Saúde da Família da Fundação *Noor Al Hussein*, de Amã. Essa fundação foi inicialmente estabelecida em 1986 como um centro de saúde materna e infantil, sob o patrocínio da rainha Noor, viúva do rei Hussein, falecido em 1999. Em 2002, com financiamento da União Europeia e consultoria do UNFPA, o instituto foi ampliado, tornando-se um abrangente centro de aconselhamento psicossocial. Agora, 30% dos clientes do instituto são homens, muitos dos quais procuram aconselhamento, infor-

ma a ginecologista e obstetra Manal Tahtamouni, diretora do instituto. A entidade também oferece serviços de reabilitação e assistência para vítimas de tortura ou violência de gênero. A clientela iraquiana aumentou com a chegada dos refugiados.

“No momento, temos um comitê diretor formado por homens iraquianos”, informa Tahtamouni. “Eles assumiram a direção-geral de um de nossos projetos”. A médica esclarece que os iraquianos, muitos dos quais são profissionais ou, em geral, são provenientes da classe média, vêm com altas expectativas para si, mas pouco senso de comunidade. “Sejam os indivíduos ou as famílias, eles mais que tudo se isolam, não apenas da comunidade que os acolhe, mas também das outras famílias iraquianas. Tentamos envolvê-los, e aos jordanianos, nas mesmas atividades, para que possam socializar-se e auxiliar na integração”.

Zeina Jadaan, diretora adjunta de Proteção para o ACNUR na Jordânia, afirma que o *bullying* de crianças iraquianas nas escolas aumentou a consciência, tanto entre jordanianos como entre os refugiados iraquianos, sobre quão ampla pode ser a interpretação da violência de gênero e os ataques baseados na nacionalidade. Com frequência, a sociedade e as próprias vítimas aceitam em silêncio tanto o abuso físico como o psicológico. “Elas nem sempre sabem que o que estão fazendo com elas é abuso”, diz. “As mulheres, na maioria das vezes, acham que apanhar é normal”. Jadaan esclarece que o abuso infantil quase sempre está relacionado à violência sexual e de gênero entre refugiados que vivem fora do ambiente de seus lares e sob o peso de múltiplos desafios. Sua análise tem amplo eco – em locais tão diversos como Bósnia-Herzegovina e Libéria, onde os diretores de centros de aconselhamento afirmam que a violência doméstica e o abuso infantil na maioria das vezes estão ligados a conflitos ou a outros distúrbios sociais.

A Dra. Manal Tahtamouni, diretora do Instituto para Saúde Familiar da Fundação Noor Al Hussein, em Amã, examina uma paciente.

▼ ©Institute for Family Health





Os casos, tanto de violência de gênero como de abuso infantil, levados à atenção do ACNUR são primeiramente analisados e investigados por meio de consultas conduzidas em ambiente acolhedor: como podemos ajudar? Como em qualquer parte do mundo, os abusadores entre os refugiados são quase sempre membros das famílias ou outras pessoas conhecidas das vítimas. Alguns casos são posteriormente encaminhados pelo ACNUR ao Departamento de Proteção da Família do governo jordaniano, que Jadaan descreveu como “muito eficiente e útil”. O departamento é uma repartição “faz-tudo”, disse ela. Seus serviços abrangem aconselhamento psicossocial, assessoramento jurídico, assessoramento para a reconciliação de pessoas ou famílias, atenção à saúde e trabalho forense. “O que é mais importante”, continua Jadaa, “é que, sendo um órgão de governo, eles têm poder para dizer ao marido, ou a quem quer que seja o perpetrador, que eles têm de cumprir as leis, sejam convenções internacionais ou leis nacionais. Eles têm competência para levar os casos a juízo, se necessário”.

Apesar da ajuda que os iraquianos podem encontrar na Jordânia para auxiliá-los a atravessar um período traumático, permanece a realidade de que, para uma família como a de Riadh, o reassentamento em um terceiro país é quase sempre a melhor esperança de construir uma vida melhor, enquanto houver situação de perigo no Iraque. A Jordânia não assinou a convenção para refugiados de 1951, e os iraquianos são tratados como “hóspedes” temporários, impedidos de trabalhar legalmente no país, embora alguns tenham encontrado emprego no setor informal ou em programas patrocinados. “Sem a situação de legais ou acesso a meios de subsistência, e diante de uma situação econômica precária”, afirma o ACNUR, “um crescente número de iraquianos estão se vendo em circunstâncias terríveis”.

Segundo algumas estimativas, pode haver cerca de meio milhão de refugiados iraquianos na Jordânia. Mas somente cerca de 30.000 se cadastraram no ACNUR.



▶ Irmãs iraquianas em sua casa em Amã, na Jordânia.  
©UNHCR/P. Sands

Destes, cerca de 12.000 recebem ajuda financeira, de acordo com o tamanho e as necessidades da família. Essa ajuda vai de US\$100 [70 dinares jordanianos] por mês até US\$400 [290 dinares], para famílias maiores, com vulnerabilidades especiais. A maior parte dos casos usa o dinheiro da assistência para pagar o aluguel e para a compra de alimentos e remédios.

Arafat Jamal, representante e delegado do ACNUR na Jordânia, afirmou que a população de refugiados iraquianos naquele país não vive em campos espalhados, como os de fora podem acreditar; a Jordânia se opôs a esses assentamentos. Não se veem campos de tendas ostentando a bandeira do ACNUR. Ao invés disso, os iraquianos, muitos deles da classe média e procedentes de áreas urbanas, se encaminharam diretamente para as cidades ou grandes vilarejos na Jordânia e tiveram de encontrar moradias para alugar. O auxílio financeiro que recebem é oferecido por meio de máquinas ATM (sistema agora também em uso entre refugiados iraquianos na cidade de Damasco). Enquanto isso, mais e mais iraquianos de boa formação e mais saudáveis estão se encaminhando para terceiros países, deixando para trás uma população residual que dispõe de menos recursos e depende mais do apoio de doadores internacionais e órgãos de auxílio.

Os cristãos compõem o segmento mais pobre dos refugiados iraquianos. Um dos grupos internacionais que trabalham com cristãos iraquianos na Jordânia

As comunidades que acolhem migrantes no mundo todo necessitam fornecer serviços de saúde materna e infantil acessíveis, aceitáveis e a baixo custo para todos os migrantes, independentemente de sua situação legal, de forma a diminuir a vulnerabilidade das mulheres à migração, afirma a Organização Internacional para Migrações (OIM).

“As mulheres e meninas, particularmente quando obrigadas a migrar ou em situação irregular, são desproporcionalmente prejudicadas pelos riscos da migração em virtude de sua vulnerabilidade à exploração e violência”, afirma o conselheiro-geral delegado da OIM, Ndioro Ndiaye. “Essa vulnerabilidade vem crescendo a níveis inaceitáveis, particularmente pela falta de acesso a serviços de saúde materna e infantil, o que pode acarretar um custo público e social de longo prazo”.

A falta de acesso a serviços de saúde materna e infantil, frequentemente considerada como atendimento preventivo à saúde, pode e de fato leva a situações de risco de vida, com trágicos resultados, porque os problemas não foram descobertos a tempo ou porque os especialistas e tratamento adequados não estão disponíveis.

Bebês e filhos de mães que não tiveram atendimento pré-natal podem ser mais suscetíveis a problemas como nascimento prematuro e disfunções de crescimento e desenvolvimento. A falta de acesso a serviços de saúde materna e infantil também pode perpetuar a falta de saúde nas comunidades migrantes o que, no longo prazo, onera enormemente os sistemas de saúde das sociedades que os acolhem.

Quando não se cumpre o programa de imunização de uma criança, isso pode levar não somente à propagação de doenças transmissíveis, como também prejudicar o acesso da criança à escola. As pessoas que correm maior risco em todo o globo são as mulheres migrantes irregulares e aquelas

obrigadas a migrar, como as deslocadas internamente ou as que buscam asilo.

Pesquisas recentes realizadas em alguns países europeus demonstraram que a falta de situação legal, ao mesmo tempo em que aumenta o risco da mulher migrante à violência e a ataques sexuais, também reduz seu acesso ao atendimento pré-natal. Isto é particularmente preocupante porque as mulheres migrantes em situação irregular têm mais probabilidade de gravidez indesejada que as outras, devido à falta de acesso a serviços de planejamento familiar e informação, como também decorrente de violência sexual.

“O temor da deportação é a maior barreira para muitas migrantes em situação irregular que necessitam de atendimento médico, porque a prioridade é permanecer ocultas na sociedade. O melhor que podem esperar nos países de destinação é o atendimento de emergência; e a saúde materna e infantil não se encaixa nesse quesito senão até que seja muito tarde”, acrescenta Ndiaye.

Na África Oriental, a equipe de saúde da OIM, que realiza trabalho de base, aponta a falta de serviços voltados para o migrante que promovam a saúde reprodutiva e o atendimento maternal e infantil, e que abranjam cuidados pré e pós-natal, parto assistido e programas de sobrevivência infantil, como fator de maior pressão que as mulheres migrantes têm de enfrentar. Esses problemas ficam evidentes nas regiões de destinação, tais como a Europa. Para as mulheres deslocadas, a distância até as instalações de saúde é a principal barreira para acessar os serviços de saúde reprodutiva e materna, particularmente nas áreas rurais. Em locais como o delta do Mekong, Zimbábue, assim como no Iraque, com seus 2,8 milhões de pessoas deslocadas internamente, as longas distâncias para o centro de saúde mais próximo negam a muitas mulheres o auxílio pré e pós-natal

no momento em que estas se encontram mais vulneráveis devido à falta de abrigo, alimentação e atendimento sanitário adequados, o que resulta na ocorrência de óbitos materno e infantil e abortos espontâneos que poderiam ser evitados.

Em alguns casos, a falta de informação tanto entre pessoas deslocadas que não têm conhecimento sobre seu direito de acesso a serviços de saúde, como entre o pessoal de saúde que não tem conhecimento de sua obrigação de prestar esses serviços, pode impedir que as mulheres deslocadas obtenham a ajuda de que necessitam.

Entre as possíveis soluções, está o estabelecimento e desenvolvimento das capacidades já existentes nas áreas de obstetrícia e saúde comunitária entre as comunidades de migrantes. Isto ajudaria na identificação prévia de problemas e potenciais problemas, e a aumentar o conhecimento sobre quando uma paciente necessita ser encaminhada aos serviços de saúde. No Iraque e no Afeganistão, por exemplo, algumas das respostas do OIM incluíram o treinamento de mulheres deslocadas como parceiras tradicionais que podem fornecer esses serviços de importância vital. Esses tipos de programas também podem ser realizados em comunidades de migrantes nos países de destinação. A principal vantagem em implementá-los seria que essas trabalhadoras da saúde de comunidades migrantes poderiam entender os fatores sociais e culturais que restringem a acessibilidade e a aceitabilidade dos serviços de saúde existentes.

“O que fará a grande diferença, em última instância, é as autoridades fornecerem serviços de saúde materna e infantil, a pedra angular do atendimento básico de saúde, a todos os migrantes”, conclui Ndiaye.

*Fonte: Gender and Migration News, maio de 2009, Organização Internacional para Migrações.*

é o grupo Mensageiros da Paz, organização não governamental sediada na Espanha com operações em 40 países. Muitos cristãos foram tomados como alvo por extremistas, em algumas regiões do Iraque. O padre Khilail Jaar, que representa a organização em Amã, disse num relatório de 2008 que vários cristãos que se refugiaram em Amã afirmaram não receber o nível de serviços de apoio esperado. Seu programa de assistência, embora auxilie pessoas de todos os credos, conta com uma clientela composta de 75% de cristãos iraquianos.

Alguns dos iraquianos mais pobres que vivem na Jordânia encontraram moradia em cidades e vilarejos distantes de Amã, porque o custo de vida na capital é alto. Em uma estreita viela em estado de degradação na cidade de Zarqa, a cerca de 30 quilômetros ao norte de Amã pela estrada que vai para Damasco, Hassan Alibayadh vive no limite da sobrevivência com sua esposa, Azhar Ghani, e dois filhos adolescentes: uma filha, Shahad, de 18 anos, e um filho, Ahmad, de 17. Sua sala de estar mal acomoda um pequeno sofá, poucas cadeiras e um antigo refrigerador; as roupas estão penduradas no vão da escada. Alibayadh é um homem visivelmente aflito que acabou de saber que seu pedido de asilo nos Estados Unidos foi recusado, mesmo apesar de lhe terem dito que ele atendia aos requisitos para o reassentamento. Ele se pergunta: Será porque ele é xiita, e pensaram que seria mais seguro para ele ficar no Iraque, com seu governo de simpatia xiita, mesmo sob ameaça de morte? Será porque ele uma vez serviu no exército iraquiano, embora isto tenha ocorrido há muitos anos? Será porque sofreu danos no cérebro por uma explosão, quando prestava o serviço militar, ou porque sofre de epilepsia? Ele não sabe, e se recusa a voltar para o ACNUR e pedir uma revisão.

“Fiquei tão deprimido pela recusa que não pude nem assistir televisão”, comenta. “Meu mundo caiu.” Agora, confinado em sua casa humilde, a terceira em que moraram até o momento e atrasando o paga-

mento do aluguel, seu filho o acusa de arruinar suas vidas. Sua filha, diz ele, chora toda noite. Sua esposa mantém a união da família. “Minha esposa é muito engenhosa”, diz. “Um mês, ela paga o aluguel, no outro, o comerciante. Ela mantém a bola rolando”. Seu atual senhorio não estava ameaçando despejá-los, como fizeram os anteriores, pelo atraso no aluguel, estipulado em cerca de US\$84 por mês, para poucos e pequenos cômodos.

Em uma casa mais animada de Zarqa, vizinhança onde iraquianos de baixa renda formaram um senso de comunidade, Kadeja Jaber, de 22 anos, também está mantendo sua família à tona. Mãe de um bebê de dois meses e de um menino de quatro anos, ela revestiu as paredes cinzentas e sem viço de sua pequena casa com papel de presente, para iluminar o ambiente. Recebeu uma doação do Crescente Vermelho Jordânico para comprar colchões e roupa de cama, transformando-os em um confortável sofá. Fez cursos de bordado, de feitura de bonecas e costura várias peças para vender, tais como sacolas e cortinas de tecidos com bolsos para se guardarem os itens de casa. Matriculou-se em um curso de quatro dias de produção de artigos para casa, dirigido por uma organização não governamental sob patrocínio real jordaniano, e recebeu 100 dinares jordanianos (cerca de US\$140) quando o curso terminou, como incentivo para “investir” em alguma coisa que ela pudesse vender lucrativamente. Comprou ingredientes e fez biscoitos doces e outros alimentos para vender, e ainda saiu com dinheiro para poupar.

A família, xiitas da cidade de Najaf, onde seu irmão foi assassinado, tinha assegurado estipêndios regulares de várias fontes que, juntamente com a renda obtida de trabalhos ocasionais como mecânico de automóveis que seu marido pudesse encontrar, possibilita-lhes uma renda total de cerca de US\$400 por mês. Jaber, que é analfabeta, diz que está tomando pílulas anticoncepcionais porque eles não têm condições de ter mais filhos.







# Aprisionados na própria casa: a vida sob ocupação

Em Gaza, há vários anos, quando as mulheres da cidade de Beit Hanoun eram impedidas de serem atendidas nos hospitais em razão das incursões israelenses e dos bloqueios das estradas, Fiza Shraim decidiu criar uma sala de partos provisória em uma clínica de atendimento básico para onde as mulheres pudessem ser encaminhadas. Shraim – vencedora em 2010 do Prêmio para a Saúde e Dignidade das Mulheres, instituído pela organização *Americans for UNFPA* – viu uma necessidade à sua volta e encontrou um meio de atendê-la.

Gaza chegou a ter o índice de 99% de nascimentos institucionalizados – o que é preferível em países pobres, onde podem faltar parteiras, e os nascimentos em casa são de risco. Com intermitentes ataques, o bloqueio e outros distúrbios, essa porcentagem começou a declinar, e o parto seguro instituído por Shraim tornou-se um oásis bem-vindo.

Shraim tem diploma de enfermagem e outro diploma universitário, obtidos enquanto criava 13 crianças. Também está qualificada como parteira e, numa emergência, atendeu ao parto de sua própria mãe, quando tinha apenas 12 anos de idade. Em 2008-2009, durante o ataque israelense a Gaza, Shraim reabriu a sala de partos que criara vários anos antes e ofereceu atendimento tanto de saúde como psicológico. Cinquenta e duas mulheres foram atendidas no parto durante o ataque a Gaza, que durou 21 dias, e durante os quais Shraim trabalhou as 24 horas. Em várias noites, atendeu a chamados em domicílio, onde as parturientes estavam presas por bloqueios ou

falta de transporte, e correu grandes riscos para realizar os partos dos bebês.

“Enfrentei muitos desafios”, escreveu Shraim, em um relato informal de sua vida. “Minha família era grande, e eu era seu único arrimo”. Para garantir a renda familiar enquanto seu marido está desempregado, Shraim arranhou emprego no Balsam Hospital, em Beit Hanoun. Mas seu plano é descobrir uma forma de abrir centros e treinar parteiras em áreas mais remotas de Gaza, para tornar os nascimentos mais fáceis e seguros, e reduzir o óbito materno e infantil.

A situação econômica que Shraim enfrenta em casa porque seu marido não pode encontrar emprego é bastante comum em Gaza. Sabha Sarhan, fundadora de ensino de cursos de geração de renda para mulheres e desenvolvimento comunitário de pequena escala em Gaza, que se reuniu a Shraim em uma videoconferência para falar sobre a vida no Território Palestino Ocupado, afirmou que os homens jovens, em especial, sofrem por estarem desempregados.

◀ Mulher palestina e seu filho atravessam o posto de checagem de Hawarra, perto da cidade de Nablus, na Cisjordânia.  
©Getty Images/Uriel Sinai

“Vão para a universidade e, depois, não encontram emprego”, comenta. “Sentem-se frustrados. O único trabalho que podem arrumar é nos túneis”. Ela se refere aos túneis para contrabandear para Gaza as mercadorias provenientes do Egito, um comércio ilegal que, no entanto, ajuda a preencher as lacunas causadas pelo bloqueio israelense que priva os moradores de Gaza de muitos produtos de primeira necessidade, especialmente material para reconstrução dos edifícios atingidos pela guerra.

As fronteiras nunca param de se fechar nos territórios palestinos ocupados por Israel. Em Gaza, elas são bloqueadas, a leste, pela fronteira israelense estritamente vigiada. A oeste, eles se defrontam com o controle israelense da costa do Mar

### “Com frequência os toques de recolher tornam efetivamente impossível sair à noite, mesmo em caso de emergência médica.”

Mediterrâneo e, ao sul, o Egito. Na Cisjordânia, ocorrem humilhações diárias nos pontos de checagem e na visível ameaça de tropas israelenses, movendo-se para cercar as cidades palestinas com assentamentos cujos perfis parecem fortificações nas colinas circundantes. Uma gigantesca barreira de paredes de concreto, levantada para manter os palestinos fora de Israel, vai acompanhada na sua demonstração de hostilidade por estradas que o povo do local não pode usar e que ligam os assentamentos israelenses em terras palestinas.

A população total do Território Palestino Ocupado, designação que inclui tanto a Cisjordânia ou Margem Ocidental como Gaza, era de cerca de 3,94 milhões em 2009, segundo o Escritório Central de Estatística Palestina que vem conduzindo seus próprios censos desde 2007, com o apoio da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados

da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA, na sigla em inglês) e, mais recentemente, do UNFPA. Desse total, cerca de 2,45 milhões se encontravam na Cisjordânia e cerca de 1,5 milhão, em Gaza. O UNRWA, estabelecido em 1949, oferece assistência, proteção e defesa para alguns dos 4,7 milhões de refugiados palestinos cadastrados na Jordânia, no Líbano e na Síria, como também no Território Palestino Ocupado. Sustentado quase completamente por contribuições voluntárias, o UNRWA oferece serviços básicos, como ensino e atendimento à saúde em todas as regiões onde existam refugiados palestinos registrados.

Cisjordânia e Gaza, duas sociedades que diferem em alguns aspectos, estão em condições semelhantes porque nunca se encontram completamente seguras no ambiente em que vivem, sempre com a possibilidade de conflitos serem iniciados ou encerrados novamente. As mulheres palestinas que vivem nos territórios ocupados por Israel e os homens que lhes dão suporte têm-se mostrado corajosos, criativos e engenhosos na tentativa de aliviar as dificuldades que os cercam e tornar mais segura a vida de suas famílias. Um dos desafios mais difíceis para os palestinos tem sido o da oferta de serviços de saúde reprodutiva. Tanto na Cisjordânia como em Gaza, quase todos os nascimentos já tiveram lugar em clínicas ou hospitais, local de opção dos especialistas em saúde reprodutiva.

Na Cisjordânia isto mudou em 2002-2003, quando as Forças de Defesa Israelenses, em resposta a uma série de ataques palestinos, sitiaram várias cidades daquela região, inclusive Ramallah, Jenin e Nablus, deixando atrás de si muitos mortos e considerável destruição. Nos anos subsequentes, o acesso ao atendimento médico se tornou muito difícil para os palestinos, e houve vários casos de pessoas que necessitavam de atendimento médico ou hospitalar serem detidas ou enviadas de volta aos pontos de checagem. Os toques de recolher com frequência tornavam con-

cretamente impossível sair à noite, mesmo em caso de emergência médica. Depois de encerradas as hostilidades, os obstáculos permaneceram por anos.

A história de Samira, que reside no vilarejo de Azoun Atmeh, próximo a Qalqilia, se tornou simbólica entre os palestinos. Em 2007, quando as condições supostamente estavam melhorando, o ponto de checagem que controlava a saída do vilarejo foi fechado à noite. “Naquela época, as mulheres em trabalho de parto se defrontavam com um problema”, conta sua filha Hannan, enquanto as mulheres da família se reúnem para falar do que aconteceu. “As mulheres tinham de deixar o vilarejo vários dias antes e hospedarem-se em casas de parentes para ficarem mais próximas a um hospital”. O atendimento regular à saúde reprodutiva durante a gravidez decaiu de forma geral, porque as mulheres não queriam arriscar submetendo-se aos raios x da revista nos pontos de checagem, acrescentou, e os cuidados pós-parto eram escassos. Pensando nessas condições, Hannan decidiu estudar saúde reprodutiva e se qualificar como parteira. Ela pode ter salvado a vida de sua mãe e de seu irmãozinho.

Antes do amanhecer do dia em que sua mãe entrou em trabalho de parto, seu pai só conseguiu dirigir até o ponto de checagem mais próximo, onde lhes disseram que não poderiam seguir adiante. Ele suplicou aos soldados israelenses que os deixassem passar. Estes responderam que, se ele desse mais um passo, o matariam, conta Hannan. Sua mãe pediu ao esposo que voltasse, porque ele tinha de pensar nas nove pessoas que dependiam dele na família, e que não deveria arriscar sua vida. Quando seus pais voltavam para casa, Hannan pode observar que já aparecia a cabeça do bebê. Auxiliou no parto do bebê ainda no carro, e depois ajudou sua mãe a entrar em casa, onde pode encontrar uma lâmina de barbear e um barbante para cortar e amarrar o cordão umbilical. Hoje Hannan é enfermeira e médica voluntária.

Ali Shaar, médico e diretor do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva no programa de

assistência do UNFPA para os palestinos, afirma que, em 2006, durante a pior das crises em saúde reprodutiva, cerca de 1.400 nascimentos de crianças palestinas estavam ocorrendo nos pontos de checagem ou nos carros, a caminho do hospital. Mesmo hoje, o atendimento pré-natal não é tão bom como poderia ser, e há relatos de óbitos infantis que poderiam ter sido evitados. Em face da incerteza sobre a ida ao hospital, as mulheres estão optando por partos assistidos por parteiras ou cesarianas que aumentaram cerca de 26% em áreas isoladas do Vale Jordaniano, relata Shaar. “Agora existe facilidade de movimentação”, diz ele, “mas toda a infraestrutura dos pontos de checagem ainda está lá, e a situação pode ser revertida em cinco minutos”.

Há numerosos projetos de autoajuda empreendidos por e para mulheres palestinas, não apenas na área da saúde, mas também de desenvolvimento econômico. Em Jericó, a YWCA oferece cursos profissionalizantes para o preparo doméstico de produtos alimentares, para a venda com finalidade lucrativa e para oferecer opções à compra de bens produzidos por Israel. Os fazendeiros palestinos, quase sempre sob pressão porque suas terras vêm sendo invadidas pelos assentamentos israelenses, produzem tâmaras, laranjas, vegetais, mel e leite de cabra para queijos, tudo com alta qualidade. As mulheres também podem aprender informática e outras capacitações na YWCA. Com muitos homens fora do mercado de trabalho, elas podem dar bom uso para seu treinamento vocacional. Na cidade de Nablus, um novo centro feminino vem oferecendo cursos elementares de finanças e administração.

Em Nablus, a movimentação ainda se encontra restrita pelos pontos de checagem e proibições de viagem nas áreas fechadas, reservadas para os colonos israelenses. Seus residentes reconhecem que os militantes palestinos operaram a partir dali, tornando a cidade um alvo para os ataques israelenses. Nablus

foi duramente atingida pelos ataques israelenses, em 2002, que destruíram amplamente sua indústria de fabricação de sabão e outros setores econômicos, deixando a população em prolongado declínio comercial, com alto desemprego. As pessoas que encontraram trabalho fora de Nablus, em locais tão distantes como Jerusalém, a cerca de 60 quilômetros ao sul, dizem que levam horas para percorrer essa distância, por estradas relativamente livres de tráfego pesado, em razão de inesperados atrasos causados por bloqueios nas rodovias. Nesse cenário, a reconstrução das vidas após os ataques tem sido difícil, e a destruição física ainda está muito espalhada por toda Nablus, cidade que está entre os mais antigos centros urbanos do mundo.

As mulheres da cidade, que trabalham em iniciativas comunitárias com apoio do governo municipal, estabeleceram nos últimos anos uma rede de assistência. Sessenta delas, treinadas em trabalho psicossocial, auxiliaram mulheres traumatizadas ou feridas, encaminhando-as, quando necessário, para os serviços especializados oferecidos pelas respectivas repartições do governo municipal. Em 2010, a rede abriu uma nova sede, o Cantinho da Mulher, situado no alto de uma galeria comercial no centro de Nablus.

No Cantinho da Mulher, um local agradável, as mulheres podem buscar aconselhamento em um programa coordenado por Rafif Mahlas que dirige o trabalho psicossocial. Também há treinamento em atividades geradoras de renda, e uma pequena loja que exhibe artesanato feminino. Os produtos à mostra, pelos quais as mulheres recebem pagamento, incluem trabalhos com contas, bordado, sabonetes de óleo de oliva e alimentos processados. Os novos programas do Cantinho da Mulher sobre finanças e administração estão voltados para auxiliar as mulheres a deixarem de ser apenas produtoras em pequena escala para se tornarem empresárias que entendem como comercializar mercadorias e lidar

com dinheiro. O centro também pressiona as repartições e serviços municipais a priorizar questões de gênero e a elaboração de orçamentos com perspectiva de gênero.

Raeda Freitekh, que veio ao Cantinho da Mulher para falar sobre sua vida como vítima dos ataques israelenses e os longos anos de reabilitação por que passou, a seu próprio modo se tornou um modelo de determinação e persistência para muitas outras pessoas em Nablus. Em 2002, a casa em que vivia foi atingida pelos bombardeios israelenses. “Duas de minhas tias foram mortas”, relata. “Eu fiquei enterrada sob os escombros por nove horas. Três dias depois, acordei no hospital”. Seja pelo desabamento de sua casa, ou pela precipitação dos esforços das pessoas que passavam para salvá-la, Raeda ficou totalmente parálitica, não movimentava nada, nem mesmo as mãos. “Não consigo me lembrar de nada que aconteceu, mas o que me disseram foi que alguém que estava passando me ouviu sob os escombros. Quem sabe me puxaram para fora de forma errada, exatamente porque queriam salvar minha vida e não pensaram em nada mais além disso. Naqueles dias a situação estava muito, muito ruim. Muitas pessoas foram mortas, várias casas foram destruídas, e ninguém podia entender o que estava acontecendo. Todos estavam pensando: ‘vai ver que a cidade vai ser completamente destruída em cima de nossas cabeças’”.

“Não me importei com o que me aconteceu”, continuou. “Só pensava em minha família. Onde eles estavam? Os médicos não me diziam nada. Fiquei no hospital por três meses, e só aí soube a verdade. Nunca mais poderia readquirir meus movimentos. Minhas tias estavam mortas e minha casa tinha sido destruída. Compreendi que, então, aquela era a realidade”. Freitekh passou por várias cirurgias, inclusive uma na Jordânia. “Três meses depois que voltei, meu irmão foi morto. Não me sobrou nada”.



“Eu tinha 27 anos e estava no primeiro ano da faculdade na época do bombardeio”, continuou. “Antes que isso acontecesse, eu era casada e tinha um filho e uma filha. Mas me separei de meu marido e voltei para a casa de minha família. Depois dessa lesão, meu marido achou muito fácil dizer: ‘Você está aleijada, não serve mais para ser uma esposa, você está divorciada’. Encontrou uma forma muito fácil de dizer adeus”. Uma feminista palestina muito conhecida, Rawda Baseir, que conheceu uma de suas tias e ouviu a história da tragédia da família, apareceu para tirar Freitekh da depressão e dos pensamentos suicidas. “Ela me disse: você pode escolher entre morrer aqui, na cama, ou continuar a viver”. Baseir tinha organizado um grupo de apoio para mulheres que haviam perdido seus entes queridos e pressionou Freitekh para se juntar a ele. Ela lembra a primeira e desastrosa reunião. “Fui apenas a uma sessão, mas por dentro eu sabia que não estava preparada para ouvir ou participar. Tudo o que fiz foi chorar. Tinha vergonha de estar em uma cadeira de rodas. Há poucos meses atrás, estava forte e caminhava. E, agora, não podia mais me mover.”

Com o sólido estímulo e suporte financeiro de Baseir, Freitekh retornou à Universidade Nacional An-Najah, em Nablus, para estudar psicologia; esperava usar seu conhecimento para ajudar outras pessoas. Àquela época, a fisioterapia a ajudou a reconquistar os movimentos do tronco, mas suas pernas não respondiam. “Estudar na universidade era muito difícil para mim, em virtude do uso da cadeira de rodas. Ir às aulas era horrível. A universidade é antiga, e não tinha acesso para deficientes. Meus colegas da universidade me ajudaram muito, carregavam-me escada acima para as salas de aula. Às vezes, os professores optavam por mudar suas aulas para o piso térreo só por minha causa. Eu



era a única cadeirante na universidade. Agora, seis deficientes estudam lá, e a universidade tem mais acessibilidade. Graças a Deus que meus colegas me deram apoio”.

Já formada, Freitekh encontrou um trabalho de meio período em um projeto psicossocial para a prefeitura. Este ano, ela conseguiu seu primeiro trabalho em tempo integral como conselheira psicossocial, no centro de saúde mental de Nablus. Disseram-lhe que ela havia conseguido o emprego porque tinha passado por tudo – psicológico e físico – e sabia como oferecer apoio para as outras pessoas. “Dentro daquele centro, eu sinto que existo”, afirma. “Encontrei alguma coisa que posso fazer”. Sua história inspirou seus próprios filhos – o menino, agora com 17 anos, e sua filha, agora com 13 – e eles a visitam frequentemente. Eles continuam a viver com o pai, ao passo que ela vive na casa de um irmão, adaptada para sua cadeira de rodas. “Agora, meus filhos têm orgulho de mim”, diz. “Eles veem e ouvem as pessoas dizerem: nossa, sua mãe é muito forte!”. Sim, diz ela, mas foi preciso a ajuda de toda uma comunidade e o apoio de outras mulheres fortes para tornar isso possível.

▲ Mulher palestina caminha ao longo da barreira israelense de al-Ram, arredores de Jerusalém, na Cisjordânia.

©Reuters/Baz Ratner





# E os próximos 10 anos?

Ao voltar os olhos para a década passada – e adiante, para a próxima –, os oficiais mantenedores da paz das Nações Unidas e agências humanitárias veem não apenas mudanças concretas e vários acontecimentos positivos nas sociedades pós-conflito, mas também novos desafios que demandam compromissos de longo prazo para a etapa seguinte: desenvolvimento para todos os setores da sociedade sem deixar de manter o enfoque nas mulheres, para que a reconstrução e a cura sejam duradouras.

Muitos desses desafios também são relevantes em crises e emergências humanitárias, tais como o terremoto no Haiti.

“A resolução 1325 do Conselho de Segurança é a base, porque tanto estabelece os contornos mais amplos do caminho para o atendimento das necessidades específicas de mulheres e meninas, homens e meninos afetados pelo conflito, como também quanto ao processo da reconstrução pós-conflito”, afirma a Dra. Nata Duvvury, codiretora do Programa Global de Estudos sobre as Mulheres da Universidade Nacional da Irlanda, Galway, e estudiosa que ocupa lugar de liderança no campo das sociedades pós-conflito. “Os países estão fazendo progresso em termos de formulação e implementação de políticas em linha com a 1325, mas não dispomos de nenhum exemplo de caso em que todas as dimensões da resolução foram traduzidas em políticas eficazes e, mais importante, em mecanismos de responsabilização transparentes”.

“Quanto a isso, ainda não estamos na posição de concluir se estamos, de fato, nos

encaminhando para um mundo de menos conflito, embora uma importante pesquisa realizada em 2001 tenha permitido concluir que as nações com mais igualdade de gênero internamente têm menos probabilidade de empregar violência em crises internacionais. Isto sugere que a diminuição dos conflitos é uma possibilidade se as sociedades pós-conflito se comprometerem a manter a igualdade de gênero como pilar da renovação e da reconstrução”, afirma Duvvury. O estudo, intitulado “*Gender, Violence, and International Crisis*” [Gênero, Violência e Crise Internacional, em tradução livre], realizada por Mary Caprioli e Mark Boyer, foi publicada no *Journal of Conflict Resolution*.

Os governos e os mantenedores da paz das Nações Unidas entendem que começou uma nova era e que, embora o progresso possa ser lento em algumas regiões, muito pode ser alcançado se houver apoio e inclusão das mulheres na edificação da paz e na reconstrução. As agências das Nações Unidas já expressaram claramente: as mulheres são a chave para o desenvolvimento

◀ Mulher contempla escombros de edificações nas redondezas de Carrefour Feuilles, área fortemente atingida de Porto Príncipe, no Haiti.  
©Benjamin Lowy/VII Network

**Fim da impunidade:** Para as mulheres atingidas pela guerra, o atraso da justiça é mais que a negação da justiça, é terror contínuo. A maior prioridade é a rejeição ao ciclo vicioso da impunidade. A *Declaração de Beijing* deixa isto bem claro: Nenhum Estado pode referenciar-se nos costumes nacionais para escusar-se de garantir todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os indivíduos.

**Proteção e fortalecimento das mulheres e meninas prejudicadas pela guerra:** A proteção e o fortalecimento são *pilares gêmeos* das resoluções 1325 e 1820. Não estamos apenas protegendo as mulheres da violência, mas protegendo-as *para* se tornarem agentes da mudança.

**Fortalecimento do compromisso e da liderança política:** As resoluções 1820 e 1888 do Conselho de Segurança não são fins em si, mas ferramentas nas mãos das lideranças políticas. Serão envidados esforços para ampliar o universo de copartícipes para a ação – para que os Estados unificados,

as Nações Unidas e os órgãos regionais mantenham esta pauta e se sintam responsáveis por seu sucesso, na medida em que a violência sexual contra as mulheres não deve continuar a ser encarada como mera “questão de mulheres”.

**Reanálise do estupro como tática de guerra e de terror:** Nos conflitos atuais, o estupro é a linha de frente. É questão de segurança, que requer uma resposta no âmbito da segurança. Isto deve ser *reconhecido e compreendido*. Os que toleram o terror sexual o fazem em desafio ao Conselho de Segurança, que tem competência para impor sanções, levar os casos aos tribunais internacionais e promulgar fortes medidas para obrigar o cumprimento de suas disposições. As negociações de paz devem tratar a violência sexual antecipada e integralmente, e prevenir que o estupro, em tempos de guerra, se transforme em realidade em tempos de paz.

**Harmonizar e ampliar a resposta da comunidade internacional:** Para as mulheres atingidas pela guerra, não há “1325” ou

“1820,” não há “programas, fundos ou entidades.” Há simplesmente “as Nações Unidas”, cabendo a nós estarmos unidos nessa causa comum, com parceiros governamentais e não governamentais.

Ao voltarmos o olhar para a promessa contida na *Plataforma de Beijing* e na aprovação da resolução 1325, também podemos olhar para um futuro no qual a inclusão feminina na paz e na segurança não seja mais *novidade*, mas *normalidade*. Sabemos que a paz não significará paz para as mulheres se existir o estupro, que o direito não significará justiça para as mulheres se não existir reparação, e que os assentos à mesa não garantirão genuína participação depois de décadas de exclusão. A mudança deverá ser sentida, em última instância, nas vidas das mulheres que caminham em direção ao mercado no Congo Oriental, que coletam madeira para fazer fogo nas imediações do campo de Darfur, ou que entram em filas para votar em um vilarejo do Afeganistão. Sua segurança é a verdadeira medida do sucesso.

nacional e querem ser consideradas, no pós-conflito, não somente como vítimas que necessitam de proteção, mas como importantes agentes da reconstrução. No âmbito da comunidade, as organizações não governamentais que, nos seus países, se comunicam por celulares e, internacionalmente, pela internet, estão criando programas inovadores, ligados às necessidades específicas, condições e culturas locais. Os governos doadores são solicitados a ouvir suas ideias.

Os órgãos multinacionais e organizações regionais também têm sido atraídos para as questões da mulher, da paz e da segurança. A União Africana, a Organização para a Segurança e Cooperação

na Europa (OSCE, na sigla em inglês) e o Banco Mundial estão entre os que realizaram eventos sobre essas questões em 2010. O enfoque específico da assembleia da OSCE foi o “entendimento dos benefícios trazidos pelo envolvimento da mulher em segurança”, e incluiu o papel feminino em uma ampla escala de atividades, da prevenção do conflito ao combate ao terrorismo.

O chefe do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, Sub-Secretário-Geral Alain Le Roy, e a conselheira de gênero, Comfort Lamprey, veem o desenvolvimento de tendências positivas no processo de



manutenção da paz que trazem bons presságios para a proteção e promoção das mulheres.

A primeira conselheira policial e chefe do Departamento de Operações de Manutenção da Paz assumiu em 2010, quando o Secretário-Geral Ban Ki-moon promoveu Ann-Marie Orlor para o cargo de chefia. Orlor, advogada e veterana de 20 anos da Polícia Nacional Sueca, está no cargo de conselheira adjunta do departamento, desde 2008, e tem encabeçado esforços para recrutar mais mulheres para a polícia das Nações Unidas.

Três missões de paz das Nações Unidas são lideradas agora, no âmbito civil, por mulheres representantes especiais do Secretário-Geral: Ellen Margrethe Løj, da Dinamarca, na Libéria; Ameerah Haq, de Bangladesh, em Timor Leste; e Lisa M. Buttenheim, dos Estados Unidos, no Chipre. À medida que as Nações Unidas avançam no sentido de missões mais integradas, com mantenedores da paz e agências humanitárias trabalhando conjuntamente como equipes de país, essas oficiais de primeira linha representarão a linha de frente da continuidade de grande parte da assistência para a reabilitação e reconstrução, iniciada pelas missões de manutenção da paz em cooperação com os governos. Bom policiamento civil e o estabelecimento da norma da lei são cruciais para o desenvolvimento pós-conflito, especialmente para as mulheres que só recentemente têm se beneficiado de novas leis contra a violência doméstica. Quatro mulheres também foram nomeadas como representantes adjuntas na área.

Le Roy afirmou que o papel e o número de oficiais de polícia das Nações Unidas vêm se expandindo rapidamente; à medida que mais países se encaminham para situações pós-conflito, diminui a quantidade de tropas, e passa a ser prioritário assegurar um legado de policiamento civil sólido. Dependendo das variações de políticas em cada país, os oficiais de polícia das Nações Unidas podem patrulhar, auxiliar nas investi-



◀ Ameerah Haq, representante especial do Secretário-Geral para Timor Leste e chefe da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor Leste (UNMIT), apresenta relatório ao Conselho de Segurança.

©UN Photo/Paulo Filgueiras

gações ou treinar as forças policiais nacionais e locais. Em cinco anos, o número dos policiais das Nações Unidas aumentou drasticamente. “Em 2006, tínhamos 6.000 policiais em nossas missões”, informa Le Roy. “Hoje, temos mais de 13.000. Duplicamos essas forças nos últimos três anos, a tendência é aumentar, e teremos cada vez mais mulheres participando”.

“Nos últimos dez anos, nosso papel no Departamento de Operações de Manutenção da Paz mudou completamente”, disse Le Roy. “O mandato da manutenção da paz é muito mais complexo e tem uma pauta muito mais ampla. Tratamos muito mais com a sociedade civil”. Em Burundi, no Afeganistão e no Nepal, completou ele, as missões promoveram quotas para as mulheres nos órgãos legislativos. “Pressionamos para a aprovação da lei que criminaliza o estupro na Libéria e a violência doméstica em Timor Leste”, acrescenta. “Na área de direitos humanos, tratamos que o marco jurídico seja estabelecido”.

É essencial que a transição do comando do processo de construção da paz, do âmbito internacional para o nacional seja harmoniosa, afirma Comfort Lampitey. “Nos países dos quais as Nações Unidas se retiram, a sociedade civil, os ministérios de gênero e outros órgãos necessitam assegurar a sustentabilidade”. E naqueles países que não têm tido a presença de missões internacionais de manutenção da paz, a responsabilidade recai sobre os governos e cidadãos, com substan-

cial aconselhamento e assistência oferecidos pelas agências, fundos e programas das Nações Unidas, acrescenta.

No âmbito internacional, afirma Le Roy, será importante garantir que o desenvolvimento pós-manutenção da paz seja adequadamente financiado, uma vez que os Estados-membros das Nações Unidas são solicitados a pagar pelas avaliações de manutenção da paz acordadas, mas contribuem voluntariamente para os programas humanitários e de desenvolvimento. Para facilitar uma transição ininterrupta, da manutenção da paz para o desenvolvimento de longo prazo, necessário para a paz duradoura, as Nações Unidas estabeleceram em 2005 um órgão intergovernamental, a Comissão de Manutenção da Paz. Em 2006, a Comissão obteve um financiamento de US\$340 milhões do Fundo de Construção da Paz, voltado para o auxílio a países fragilizados e em risco de recair em conflito. Cinco dessas nações vêm sendo assistidas pela comissão: Burundi, República Centro-Africana, Guiné-Bissau, Libéria e Serra Leoa. Desde

*Policial feminina na Delegacia de Polícia de Salém, na Monróvia, Libéria, analisa os registros de criminalidade.*

▼ ©VII Photo/Marcus Bleasdale



setembro de 2009, Judy Cheng-Hopkins vem ocupando o cargo de assistente do Secretário-Geral para Suporte da Construção da Paz e dirige as operações internacionais de Nova York.

Cheng-Hopkins, que trabalhou para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas por 10 anos, na África, posteriormente encabeçou o escritório de Nova York do Programa Mundial de Alimentos e, mais recentemente, ocupou o cargo de assistente do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, afirmou que seu escritório tem uma relação próxima com o UNFPA como parceiro de implementação, porque seus enfoques nas mulheres e na juventude são importantes para a reconstrução no pós-conflito. Hopkins afirmou também que muitas pessoas não veem claramente a ligação entre gênero, juventude e construção da paz, ainda que o desemprego entre os jovens possa alcançar índices de 70% em sociedades pós-conflito, o que significa que os jovens, especialmente os que saíram da luta sem formação ou treinamento vocacional, ou esperança de emprego, “jovens desocupados, raivosos”, em suas próprias palavras, são vulneráveis à tentação do crime ou à volta à violência. “O desemprego entre os jovens, nesse cenário, nem é mais uma questão de desenvolvimento”, afirma. “É uma questão de guerra e paz”. Sobre as mulheres, acrescentou: “Seu papel como condutoras da paz se tornou uma de nossas principais áreas de intervenção”.

Cheng-Hopkins disse ainda que as principais áreas de atividade para as operações da Comissão de Reconstrução da Paz são a reforma do setor de segurança, o que inclui o desarmamento e a reintegração de ex-combatentes; programas de diálogo e reconciliação nacional; o papel da lei e da justiça na transição; o restabelecimento dos serviços básicos e da admi-

## 30 CAMPANHA DA ONU CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL NOS CONFLITOS

A Campanha da ONU Contra a Violência Sexual em Conflitos, ou “Ação da ONU”, une o trabalho de 13 entidades das Nações Unidas para tratar da violência sexual durante e imediatamente depois dos conflitos. Trata-se de um esforço concentrado para aumentar a coordenação e responsabilidade, ampliar a programação e a defesa, bem como a oferta de apoio para os esforços nacionais que visam a prevenir a violência ligada ao conflito em resposta às resoluções 1820 e 1888 do Conselho de Segurança.

A Ação da ONU apoia o engajamento feminino na prevenção do conflito e res-

salta sua influência nas negociações de paz e nos processos de recuperação pós-conflito. Isto contribui para assegurar que a violência sexual seja mantida na pauta dos setores de justiça e segurança. A Ação busca fortalecer o atendimento aos sobreviventes, onde se incluem serviços de assistência à saúde, suporte jurídico e assistência econômica, para ajudá-los a reconstruir suas vidas.

### Como opera

- Ação no âmbito de país: suporte estratégico, incluindo esforços de capacitação, e suporte dirigido para

o planejamento e programação conjunta das Nações Unidas.

- Promoção: ação para aumentar a consciência pública e gerar vontade política para tratar a violência sexual como parte de uma campanha mais ampla, de “Pare o Estupro Agora”.
- Aprender fazendo: criação de um centro de interesse no conhecimento de questões sobre violência relacionada ao conflito que inclua metodologias de coleta de dados, jurisprudência internacional e respostas eficazes.

nistração pública e a revitalização econômica. Essas atividades se correlacionam diretamente com a não recorrência da violência, continuou.

“O problema é que, depois da explosão de um conflito, há 50% de chance de que ele acontecerá novamente”, esclarece Cheng-Hopkins. A resposta internacional tem de ser multifacetada e criativa. Em Serra Leoa e na Libéria, o dinheiro do Fundo de Construção da Paz foi gasto na concessão de reparações que se estenderam a toda a comunidade, para beneficiar as mulheres que não se apresentariam individualmente para notificar casos de estupro.

Elisabeth Lindenmayer, ex-conselheira política e delegada-chefe de gabinete de Kofi Annan quando este ocupou o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, atualmente dirige o Programa de Estudos sobre as Nações Unidas na Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia. Em janeiro de 2010, conduziu uma equipe de pesquisa ao Haiti (coincidentemente, na época em que ocorreu o terremoto) que produziu o relatório: *Haiti: A Future Beyond Peacekeeping* (Haiti, um Futuro além da Manutenção da Paz,

em tradução livre). A conclusão da pesquisa é que é necessária uma nova forma de se pensar o atendimento aos desafios de nações em risco aparentemente perene. Embora a pesquisa tenha se limitado ao Haiti, sua mensagem é universal.

“Um desafio maior que se depara com o Conselho de Segurança das Nações Unidas e com a comunidade internacional é que a segurança continua a ser percebida como separada do desenvolvimento”, escreveu Lindenmayer. “Certamente, uma definição de segurança como estritamente limitada à reforma do setor de segurança e policiamento não é sustentável. A única ameaça maior à estabilidade e à paz duradoura é a falta de oportunidades de acesso aos meios de subsistência para os pobres do Haiti, por exemplo, seja por meio de emprego formal, seja por meio de atividades na agricultura. Enquanto o Conselho de Segurança optar por definir a paz como ausência de guerra ou conflito, e a tratar primordialmente apenas como questão de ‘segurança propriamente dita’, as fontes de instabilidade e fragilidade no Haiti não serão adequadamente abordadas”.



▲ Jordan Ryan, administrador assistente do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e diretor do Escritório de Prevenção e Recuperação de Crises: “A violência de gênero é também um obstáculo de grande monta à realização dos direitos econômicos da mulher, tanto dentro como fora do lar.”

©UN Photo/Mark Garten

Jordan Ryan é diretor de prevenção de crises e recuperação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e, em função de que os representantes dessa organização atualmente se ocuparam da chefia e da coordenação dos oficiais das Nações Unidas nos países onde ela opera, o pensamento e planejamento de sua equipe têm reflexos em escala mundial. Ryan estava na linha de frente dos esforços de recuperação pós-conflito na Libéria, na qualidade de coordenador humanitário e representante especial delegado do Secretário-Geral para a Missão das Nações Unidas naquele país, de 2006 até ter assumido seu cargo atual, em 2009. Em entrevista e comentários escritos que ofereceu para este relatório, Ryan chamou a atenção para o que vê como necessidade de um novo pensar sobre como ir além dos acordos internacionais que visam a promover a proteção e avanço feminino, por mais valiosos que sejam esses documentos para o estabelecimento de metas e padrões. São necessários comprometimentos de longo prazo para dar apoio consistente a programas de lenta progressão, mas essenciais, tais como a expansão do ensino, atendimento à saúde ou desenvolvimento de um Judiciário digno de crédito. Os doadores devem assumir compromissos de longo prazo, diz ele.

“Não se trata apenas de trazer mais mulheres à mesa, mas também de assegurar que a pauta do gênero seja abrangente, e que a ‘mesa’ – as estruturas de governança, inclusive a liderança masculina – seja aquela que pode gerar uma perspectiva de gênero”, continua. “Uma força de polícia totalmente composta por mulheres pouco pode fazer para proteger as mulheres, se isto não for de sua competência ou se inexistir segurança funcional ou instituições judiciárias”.

“A despeito de toda a promoção feita em torno da liderança feminina, uma pauta pós-conflito que abarque a questão do gênero ainda deve ser integralmente articulada”, continua. “Enquanto se enfatizam questões de representação e violência sexual, muito pouca atenção é dada às dimensões de gênero no que toca à reforma agrária, à descentralização do governo e à privatização. Apoiar uma participação significativa das mulheres na construção da paz, passadas as crises, requer investimento de três vias: na capacidade humana, nas instituições das mulheres e em um ambiente de capacitação que facilite sua ativa contribuição”.

Doadores e governos precisam ter uma abordagem muito mais visionária para construir a capacidade humana, afirmou Ryan. “Treinar e dar emprego a trabalhadoras na área de atendimento à saúde, em áreas rurais e urbanas, e assegurar que as clínicas locais sejam adequadamente equipadas, é o principal desafio em países recém-saídos de conflitos”.

Voltando ao enfoque das resoluções do Conselho de Segurança e várias outras declarações e programas que visam a tratar da violência sexual e de gênero, Ryan indaga: “Estamos levantando as questões certas? A violência sexual e de gênero e a exploração são as limitações fundamentais à capacidade das mulheres de exercer seus direitos de cidadania, seus papéis de lideran-



ça e contribuições para a reconciliação. A violência de gênero é também o maior obstáculo à realização dos direitos econômicos da mulher, dentro e fora do lar”.

“As respostas à violência sexual e de gênero e à exploração, entretanto, têm sido definidas de forma muito estrita, têm recebido escassos recursos e têm sido tratadas de forma inconsistente em todos os marcos de construção da paz e planos de prioridade, aponta Ryan. “Em parte, isto se deve ao fato de quase nada existir, na via de abordagens baseadas em evidências, para a prevenção, proteção, recuperação física e psicossocial da violência sexual e de gênero. Apesar da vontade política, não temos respostas claras. Em lugar algum prevenimos a violência sexual, e faz-se necessário cuidado com relação às abordagens atuais. Estamos canalizando recursos significativos, sem uma compreensão do contexto, causas e consequências, deliberadas ou não”.

Ecoando o que mulheres de vários países afirmam sobre a pouca esperança de que a violência

seja reduzida, uma vez encerrados os conflitos, Ryan diz o seguinte: “As resoluções do Conselho de Segurança falam da violência sexual relacionada ao conflito como questão de segurança, quando empregada como arma de guerra, enquanto um crescente corpo de pesquisa demonstra que, mesmo depois que os acordos de paz são assinados, a violência contra as mulheres aumenta. Precisamos entender como e por que padrões específicos de violência sexual são configurados, historicamente e no contexto atual, tanto dentro como fora do que se considera campo de batalha”.

“A violência sexual não pode ser considerada apenas em termos criminais”, diz Ryan. “A violência sexual tanto contribui para como resulta da expressão acumulada dos horrores e traumas da guerra. Os homens precisam ser o foco de muito mais atenção”, acrescenta. É uma questão que tem vindo a foco na África, como demonstra o trabalho realizado sobre o Projeto de Lei de Refugiados

### 31 GÊNERO: A CHAVE PARA O DESARMAMENTO BEM-SUCEDIDO

Desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) são atividades voltadas para facilitar a desmobilização dos combatentes militares e seu retorno à sociedade. As atividades podem envolver a entrega das armas, a realocação física de ex-combatentes, na maioria das vezes primeiramente nos campos e, depois, para outros locais, distribuição de pacotes de benefícios (inclusive de roupas, alimentos e pagamentos em dinheiro) para ex-combatentes e desenvolvimento de crédito, treinamento e outros programas de auxílio à sua reintegração em suas comunidades.

Mas os conflitos armados afetam de forma diferente homens e mulheres. Embora cada conflito apresente dinâmicas específicas, os homens podem ter sido mais ativos na organização

da luta, enquanto as mulheres podem ter sido obrigadas a fugir para campos de refugiados, podem ter estado sujeitas à violência, podem ter sido obrigadas a assumir responsabilidades não tradicionais, podem ter visto suas responsabilidades domésticas aumentadas em seus esforços para garantir alimento, abrigo e segurança para suas famílias.

Homens e mulheres não têm igual acesso a recursos após o conflito. Dados os vieses de gênero e desigualdades na maior parte das sociedades, os homens, geralmente, estão mais bem posicionados para tomar a dianteira das iniciativas de reconstrução. É necessária uma atenção especial para se assegurar que as mulheres e meninas não sejam excluídas dos programas, e que elas também se beneficiem dos esforços nesse sentido.

Sem esses esforços, as atividades de DDR correm o risco de ampliar a desigualdade entre os gêneros.

As atividades de DDR, centradas unicamente em um segmento social – ex-combatentes do sexo masculino – sem considerar a forma pela qual o grupo interage com o restante da sociedade, têm efeitos limitados. Entender como as sociedades podem se reconstruir, incluindo as dimensões de gênero desse processo, aumenta as possibilidades de paz duradoura.

*Fonte: Gender Perspectives on Disarmament, Demobilization and Reintegration, [Perspectivas de Gênero no Desarmamento, Desmobilização e Reintegração] Briefing Note 4, 2001, Escritório do Conselheiro Especial sobre Questões de Gênero e o Avanço da Mulher*

na Universidade de Makerere, em Uganda. “Precisamos tratar os desafios psicossociais com que os homens se defrontam depois de décadas de conflito sem qualquer tipo de ambiente social “normativo” onde devem se reintegrar”, afirma Ryan.

Na transição de um ambiente militar para um ambiente civil, Ryan conclui que são necessárias mais pesquisas sobre as amplas consequências sociais da guerra, particularmente nos países pobres. “Décadas de pesquisa sobre veteranos que retornam da guerra, nos Estados Unidos, permitiram observar que existem ligações entre trauma de combate e elevação de índices de desemprego, moradia de rua, posse de armas, abuso infantil, violência doméstica, abuso de drogas, suicídio, homicídio e criminalidade”, aponta. Nos países desenvolvidos, entretanto, “Há pouca literatura e limitada experiência no tratamento do reajuste psi-

naturais, quer de conflitos. Para o alcance desses objetivos, exige-se uma pauta transformadora que assegure os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de todos. Mulheres e meninas, homens e meninos, como cidadãos com plenos direitos, são os protagonistas responsáveis pelos contornos e realização dessa pauta transformadora. A igualdade de gênero e a transformação das normas de gênero estão no coração da garantia da plena participação. As leis e a política são essenciais, mas não são suficientes. A transformação das normas de gênero precisa ocorrer dentro dos indivíduos, no seio das famílias, das comunidades, das nações e das instituições internacionais como um todo”.

“De igual importância é que a responsabilidade pela mudança não se restrinja somente aos órgãos internacionais e aos Estados nacionais, mas que se estenda também às comunidades e às famílias. Parcerias entre mulheres e homens, entre comunidades e Estados, entre os Estados, e com as organizações internacionais, para o avanço da igualdade de gênero, direitos de cidadania, desenvolvimento humano e segurança humana estão surgindo em todo o mundo; elas precisam de apoio e expansão. Com a resolução 1325 do Conselho de Segurança como pano de fundo, uma nova forma de engajamento, distante do conflito e voltada para a igualdade está evoluindo e é detentora da via para a dissolução de hierarquias de gênero, sociais, econômicas e políticas”.

“A recuperação e a reedificação nos contextos pós-desastre e pós-conflito oferecem a possibilidade não apenas de reconstrução, mas também de transformação”, afirma Duvvury. As situações de crise desmontam os padrões de interação estabelecidos, com mulheres quase sempre assumindo os papéis e responsabilidades fora de seus tradicionais campos de ação. Com frequência, as experiências na fase de reconstrução também mostram a ocorrência de uma rápida reversão às normas de gênero antes estabe-

## “Desenvolvimento humano e segurança humana devem ser objetivos intrinsecamente vinculados da recuperação, quer de desastres naturais, quer de conflitos.”

cossocial de ex-combatentes e soldados em cenários de conflito”. Ryan acrescenta que, com demasiada frequência, o trabalho de pesquisa e clínico se baseia em análises e prescrições criadas no Ocidente.

“É preciso uma urgente atenção – intelectual e programática – para o tratamento das questões psicossociais envolvidas na recuperação da violência e sua perpetração”, conclui Ryan. Não existe uma solução rápida. Esta também é a mensagem trazida a este relatório por vários povos locais, em um leque de países que viveram distúrbios catastróficos em suas vidas, e ainda lutam para entender como podem chegar a um mundo pós-conflito melhor.

Nata Duvvury propõe uma fórmula: “O desenvolvimento e a segurança humanos devem ser os duplos objetivos da recuperação, quer de desastres

lecidas. Isto traz à tona o desafio de que, apesar de atualmente as abordagens sensíveis ao gênero estejam sendo implementadas de forma mais ampla, aparentemente não há ainda uma adequada atenção ao entendimento mais profundo da construção das normas de gênero, e para as maneiras pelas quais será possível transformá-las para chegar a relações de gênero mais equitativas. Em outras palavras, é importante não apenas criar oportunidades para que as mulheres tenham voz (por exemplo, quotas políticas), mas também desviar as percepções que se têm de suas capacidades e desempenhos, bem como

assegurar uma substancial mudança no poder que elas detêm dentro das instituições.

“O desafio que ainda resta a ser tratado é sobre de que forma desviar fundamentalmente o equilíbrio de poder nas relações de gênero, de forma que mulheres e homens, meninas e meninos, tenham igual acesso aos recursos, capacidade de controlar seu uso e o direito de participar. Em outras palavras, o processo de reconstrução, para que venha a ser um processo de *renovação*, e não apenas de recuperação, requer o foco na transformação de relações, valores, identidades, ideologias e instituições sociais”.

## 32 AS MULHERES COMO CONSTRUTORAS DA PAZ

Embora as mulheres sejam quase sempre excluídas das negociações formais de paz e somente marginalmente representadas nas estruturas políticas de tomada de decisão, as experiências de vários países atingidos por conflitos demonstram que elas, na maioria das vezes, se engajam vigorosamente em atividades informais de construção da paz e relacionadas à política.

Burundi e Nepal são dois países afetados pela guerra nos quais os esforços das mulheres da sociedade civil atuaram como fatores precursores de todos os processos de paz e pós-conflito. Em ambos os países, a ampliação dos papéis públicos e das responsabilidades das mulheres, durante o conflito armado, lançou as bases para o estabelecimento de um conjunto de organizações e redes femininas. Por meio dessas redes, elas se engajaram em atividades de construção da paz durante o conflito, se mobilizaram ativamente para a integração de uma perspectiva de gênero e da participação feminina nas negociações de paz e continuaram a defender sua participação na política, seus direitos e necessidades, em todo o período pós-conflito.

Quando teve início o processo de pacificação em Burundi, em 1998, as organizações femininas do país já vinham se mobilizando pela paz há vários anos. Em resposta à guerra civil que começou em 1994, as mulheres se juntaram em uma base multiétnica para criar numerosas associações e duas organizações conjuntas — *Collectif des associations et ONG féminines du Burundi* (CAFOB, na sigla em francês para Coletivo das Associações e ONGs femininas de Burundi) e *Dushirehamwe* — que uniu diversas associações femininas na defesa da paz em nível comunitário e nacional. Durante todo o período pós-conflito, as organizações e redes de mulheres representaram uma importante arena para a mobilização e ação feminina naquele país.

No Nepal, assistiu-se a uma onda de engajamento feminino durante os protestos de massa pacíficos de 2006 que deram início ao processo de paz no país, com mulheres da sociedade civil tomando as ruas para exigir paz e democracia. Desde então, inúmeras organizações femininas ativas,

com diversas prioridades, atividades e grupos-alvo, têm operado no país. Embora não existam elos formais de comunicação entre as instituições políticas e os grupos da sociedade civil, muitas organizações femininas pressionaram persistentemente para terem acesso aos líderes e a instituições políticas, utilizando uma ampla variedade de métodos (inclusive petições, publicações na mídia, *workshops*, seminários, campanhas de assinaturas e demonstrações nas ruas) para serem ouvidas. As organizações femininas também se reuniram para trabalhar por causas conjuntas relacionadas à questão da mulher, da paz e da segurança, em redes como a *Shanti Malika*, a Aliança Feminina para a Paz, Poder, Democracia e Assembleia Constituinte (WAPPDCA, na sigla em inglês) e a *WomenAct*.

Fonte: Women's Organizations: A Driving Force Behind Women's Participation and Rights [Organizações Femininas: Força Motriz de Sustentação da Participação e Direitos da Mulher, em tradução livre], Åshild Falch, 2010, Instituto Internacional de Oslo para a Pesquisa da Paz

# A evolução das visões de gênero, conflito, crise e renovação

## Bibliografia

Os discursos sobre a situação das mulheres, tanto durante como após conflitos, abarcam vários temas, são complexos e têm evoluído consideravelmente, desde noções fundadas em dicotomias simplistas, como guerra e paz ou perpetrador e vítima, até as mais recentes abordagens sobre as diferentes realidades com que se defrontam homens e mulheres e as múltiplas formas como estes vivenciam a guerra e o conflito, tanto no papel de vítimas como no de perpetradores.

O discurso mais recente também explora, de forma mais concreta, os impactos causados pelas situações de conflito e pós-conflito nas mulheres, meninas, homens e meninos e sugere estratégias para a construção de sociedades mais pacíficas.

As imagens de civis atingidos pelos recentes conflitos são cada vez mais difundidas em todo o mundo, desafiando estudiosos, planejadores e formuladores de políticas a enfrentarem e tratarem de sua imediatez e complexidade. As histórias ocultas atrás dessas imagens, e que são documentadas neste relatório, enfatizam como o gênero determina de forma absoluta a maneira pela qual cada pessoa reagirá, não apenas ao conflito, mas à formação de estratégias para a consolidação da paz e da transformação posteriores ao conflito.

Esta bibliografia tem como objetivo apontar os vários estudos críticos que traçaram os contornos do debate sobre os laços que existem entre gênero, conflito, situações pós-conflito, segurança e desenvolvimento humano. Aqui também estão indicados estudos sobre temas como violência de gênero, particularmente a relação entre conflito e violência sexual, o impacto dos conflitos sobre a saúde reprodutiva, as mulheres e a tomada de decisão, nos contextos pós-conflito, e a ligação existente entre gênero e desastres naturais.

Na conclusão deste trabalho, são apresentadas as fontes bibliográficas para os que tenham interesse em aprofundar-se em temas específicos.

### ***Gênero, patriarcalismo e conflito***

Pesquisadoras feministas contribuíram para o entendimento da dinâmica da guerra e do conflito nas descrições que fizeram sobre o forte papel do patriarcalismo no desenho do discurso e nas estratégias da guerra. Enloe (1990), Cockburn (1998, 1999) e outros documentaram extensivamente o uso das “construções essencialistas” do feminino e masculino no discurso da guerra. Uma das asserções permitidas por essas pesquisas é a de que há uma clara ligação entre masculinidade, militarização e agressão, de um lado,

e o colapso do feminino que vem com a paz, de outro. Um amplo leque de literatura tem como enfoque a mulher, como vítima passiva ou como agente da paz. Vários autores buscaram firmar que as mulheres são as naturais construtoras da paz, dados os papéis que desempenham como mães, sua essencial empatia para com os demais e os fortes laços que mantêm com a comunidade (Alonso, 1993; Carpenter, 2005; Cohn, Kinsella *et al.*, 2004; Franceshet, 2004; Galtung, 1996; Gilligan, 1982; Goldstein, 2003; Ruddick, 1989 e 2004). Nesses estudos, o termo “gênero” frequentemente converge com o termo “mulher”, que se presume seja “diferente” de “homem”. Nessas obras também se argumenta que, em razão de as mulheres serem as “oprimidas”, é exclusiva responsabilidade e dever moral delas a paz (Aroussi, 2009). As mulheres, em outras palavras, geram a edificação da paz, e seu envolvimento na pauta da paz, da segurança e do desenvolvimento é uma questão de igualdade (Anderlini, 2007; Porter, 2007). Mais significativamente, defende-se que as mulheres envolvidas em negociações de paz definiriam prioridades diversas para direitos econômicos, justiça social e segurança (Anderlini, 2007; Bell e O'Rourke, 2007; Chinkin, 2004; Gierczy, 2001; Porter, 2007).

Várias estudiosas feministas sugeriram que há um problema, em diversos níveis, decorrente do enquadramento das mulheres como vítimas e como agentes da paz: Primeiramente, está o fato de que as mulheres podem estar envolvidas no conflito, em papéis como combatentes, informantes ou espiãs; em segundo lugar, esse enquadramento posiciona o feminino como tendo precedência sobre a identidade política e impõe uma pauta comum para todas as mulheres (Shepherd, 2008). E, em terceiro lugar, tal discurso reafirma uma vez mais a dicotomia de gênero, como masculino/feminino e guerra/paz. Essa dicotomia tem potencial para legitimar a exclusão das mulheres dos processos formais de paz sendo, portanto, contrária à ética da igualdade (Aroussi, 2009; Charlesworth, 2008). Esta interpretação é incapaz de desafiar o mundo patriarcal da política e, como no caso da Bósnia-Herzegovina, exclui as mulheres ao final do processo político (Helms, 2003).

Outros argumentam que o não reconhecimento das múltiplas experiências vivenciadas por mulheres e meninas, durante os conflitos, põe de lado os direitos das mulheres combatentes, ou das que trabalham na reconstrução pós-conflito. Novas pesquisas comprovam que muitas mulheres estiveram ativamente envolvidas em conflitos,



seja sob coação ou voluntariamente, na Argélia, Eritreia, Guatemala, Libéria, Nepal, Nicarágua, Território Palestino Ocupado, Sri Lanka e Uganda (Moser e Clark, 2001; Potter, 2004; Parashar, 2009). Embora mulheres e meninas tenham estado engajadas em conflitos, como combatentes ou trabalhadoras de apoio, sequestradas, viúvas ou familiares (McKay e Mazurana, 2004; Rehn e Johnson-Sirleaf, 2002), quando os acordos de paz são assinados, e as políticas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) são implementadas, elas ficam frequentemente em desvantagem, porque grande parte das políticas de DDR segue a norma de “uma pessoa, uma arma”, para identificar aqueles elegíveis à assistência (Bouta e Frerks, 2002). Em situações de desarmamento de grupos, as combatentes têm de depender de oficiais superiores para que sejam incluídas nas listas. É comum as mulheres tornarem-se invisíveis com o retorno das normas tradicionais e aparecimento do estigma associado a assassinatos, violência sexual, filhos ilegítimos e assim por diante; elas, de fato, “se reintegram espontaneamente” (McKay e Mazurana, 2004).

Da mesma forma, vem aumentando o reconhecimento das várias experiências de homens na posição de não combatentes em conflitos, dos que sofreram abusos, dos que foram sexualmente violados, massacrados ou deslocados (Carpenter, 2006; Dolan, 2002; GTZ, 2009; Sivakumaran, 2007). Os homens, tal como as mulheres, têm sido também vitimados, e a experiência de vitimização tem graves repercussões na fase seguinte de reconstrução.

### **Impactos dos conflitos**

O efeito mais bem documentado dos conflitos sobre homens e mulheres é a violência sexual, incluindo o estupro e/ou a escravidão sexual (Bastick *et al.*, 2007; Farr, 2009; Human Rights Watch, vários; Johnson *et al.*, 2008; Seifert, 1994; Seifert, 1996; Sharlach, 2000; Stiglmeier, 1994). A documentação do estupro, particularmente na Bósnia-Herzegóvina e em Ruanda, levou ao reconhecimento desse ato como arma de guerra e crime contra a humanidade. Observa-se que têm aumentado o reconhecimento e o enquadramento internacional da violência sexual em conflitos como crime, sendo notado o crescimento dessa tendência permeando os conflitos com o passar do tempo (Green, 2006; Ward e Marsh, 2007). Há um crescente interesse sobre as razões pelas quais a violência sexual é uma característica tão presente nos conflitos. A visão mais amplamente defendida é a de que o corpo feminino é a área que concentra a hostilidade entre diferentes homens, representando o estupro a emasculação do grupo masculino percebido como mais fraco (Seifert, 1994; Zarkov, 2001). O ato também tem sido visto como estratégia de limpeza étnica praticada de dominante para

dominado. Em análises recentes, observa-se o contra-argumento de que o estupro não é uma estratégia praticada de dominante para dominado, mas, ao contrário, uma ação espontânea. Cohen (2008 e 2009) afirma que o ato funciona como uma forma de compensação/chantagem nos conflitos civis que dependem de combatentes que são frequentemente muito jovens e foram eles próprios vítimas de alistamento forçado. Dinâmica semelhante foi observada nos casos de estupro coletivo, ocorridos no Camboja (Duvvury e Knoess, 2005). Verifica-se igualmente um entendimento crescente de que o estupro não diminui depois da cessação das hostilidades – de fato, a ameaça muda do pessoal militar para indivíduos que podem ser vizinhos, parentes, ou até mesmo assaltantes comuns (El-Bushra, 2008; Coalizão de Promoção do Congo, 2008). El-Bushra defende com vigor o argumento de que, para que se entendam as razões da ocorrência de estupro em cenários durante e pós-conflito, é preciso desenvolver-se um marco conceitual que permita um aprofundamento nas relações de poder subjacentes em toda análise de gênero.

Outro importante impacto trazido pelo conflito é a infecção provocada pelo HIV. Alguns argumentam que conflitos geram maior risco de infecção, particularmente no contexto de estupro e sequestro generalizados, ou de meninas e moças sendo obrigadas a se tornarem “esposas da floresta” – mulheres levadas contra sua vontade e forçadas a serem esposas dos soldados (El-Bushra, 2008; Farr, 2009; Mills *et al.*, 2006). Duas pesquisas realizadas em Ruanda concluíram que 17% das mulheres que sobreviveram ao genocídio e 67% das que sobreviveram ao estupro eram HIV positivas (McGinn, 2000). Também há evidências indicando que as comunidades atingidas por conflitos de longa duração (tal como é o caso de Serra Leoa) têm mais baixa prevalência de HIV que as comunidades que as circundam, em virtude de seu relativo isolamento e limitada mobilidade (Anema *et al.*, 2008; Spiegel, 2004; Spiegel *et al.*, 2007). O que está por detrás dessa controvérsia é o fato de que a violência sexual é fator de risco para o HIV, e as necessidades das pessoas sobreviventes desse tipo de ataque devem ser atendidas. Uma dificuldade nos contextos de conflito e pós-conflito, e igualmente nos contextos que se seguem a desastres naturais, é que ocorre significativa demora no tratamento, depois da ocorrência do fato – de até dois anos, no caso da República Democrática do Congo (Steiner *et al.*, 2009), devido ao limitado acesso a instalações de saúde, infraestrutura de saúde desorganizada ou destruída e limitado acesso a recursos (Carballo *et al.*, 2005; Liebling-Kalifani *et al.*, 2008; Organização Mundial da Saúde, 2004).

Situações de conflito, pós-conflito e de desastres naturais têm grave impacto negativo para a saúde reprodutiva. As mulheres sofrem problemas ginecológicos, gestações não desejadas, mortalidade

materna, fístula obstétrica e têm bebês prematuros (McGinn, 2009; *Reproductive Health Matters*, 2008). Muitas dessas consequências negativas para a saúde reprodutiva são agravadas pelas condições existentes nos campos de deslocados, resultantes dos conflitos ou desastres naturais (Carballo *et al.*, 2005; O'Heir, 2004). Plumper e Neumayer (2003) sugerem que há um impacto em termos de diferença de gêneros relacionado à expectativa de vida, que quase sempre se inverte nos ambientes de conflito e pós-conflito; isso indica que os efeitos diretos e indiretos são mais graves para as mulheres que para os homens. Uma importante dimensão é a mortalidade infantil e suas implicações para as políticas populacionais (Carballo *et al.*, 2005). Igualmente crítico é o prejuízo para a saúde mental resultante das experiências sofridas em conflitos. Johnson *et al.* (2008) documentam a forte associação encontrada entre a condição de combatente, violência sexual e outros efeitos sobre a saúde física e mental, dentre os quais se incluem sintomas de distúrbio de estresse pós-traumático, depressão e ideação de suicídio (resultados similares foram observados no Afeganistão e em Kosovo — ver Cardozo *et al.*, 2004).

Outro tema importante, presente na literatura sobre violência de gênero e conflito, é a recíproca interação observada entre ambos. Numerosos pesquisadores sugerem que as nações com mais igualdade de gênero, baixa incidência de violência familiar, menor tolerância à violência de gênero e mais serviços de atendimento às sobreviventes, no conjunto, têm menos probabilidade de recorrer a soluções de violência nos casos de diferenças internas e com as demais nações (Caprioli e Boyer, 2001; Erchak, 1994; Cockburn, 2001; Hudson *et al.*, 2009). Outros apontam a crescente evidência de um ciclo vicioso no qual o conflito gera violência de gênero, particularmente entre parceiros íntimos; casamentos precoces; estupro praticados por gangues; e assassinatos por honra, ocasiões em que os homens tentam reafirmar seu poder nos contextos pós-conflito (Pillay, 2002; Greenberg e Zuckerman, 2009; Hudson *et al.*, 2009; Hyder *et al.*, 2007; Strickland e Duvvury, 2003).

### **Mulheres e ambientes pós-conflito**

Uma extensa bibliografia vem se ampliando sobre os caminhos para a reconstrução das sociedades pós-conflito. Alguns temas que surgem incluem as ligações existentes entre gênero, segurança nacional, segurança humana e desenvolvimento; se as políticas e os programas avançam além do estabelecimento da paz para a construção do Estado; em que medida os espaços abertos às mulheres durante o conflito são sustentados; se as normas, papéis e responsabilidades de gênero foram revertidos ou não; e quais são os componentes essenciais para a caminhada em direção à transformação.

Em termos de gênero, segurança nacional e segurança humana, vários autores defendem que, embora segurança nacional e segurança humana não se oponham, existe tanto uma tensão dinâmica, entre ambas, quanto uma conexão (Porter, 2008; Mack, 2005; Kerr, 2007). A segurança humana é importante na medida em que foca no indivíduo e na comunidade, e não na segurança das nações (Kaldor, 2007). A segurança humana também está envolvida na questão do desenvolvimento, porque ela abarca a discussão das estruturas de poder, capacitando mulheres, homens e comunidades para que participem ativamente do reerguimento dos Estados.

Outra dimensão que tem sido objeto de debates na literatura é em que medida foram inaugurados novos papéis e oportunidades para as mulheres. Os estudos têm provado que, durante o conflito, abrem-se espaços para que elas assumam papéis anteriormente dominados pelos homens, ou considerados como de domínio exclusivamente masculino (Beecham e Popovic, 2009; Lindsey, 2001; Meintjes, 2001; Pankhurst, 2008a e 2008b). Por outro lado, nos cenários pós-conflito frequentemente ocorrem reviravoltas, quando os homens tentam reafirmar os papéis “tradicionais” e reclamar suas posições nas esferas públicas e privadas (Jennings, não datado; Porter, 2007).

Crítica para a participação das mulheres na reconstrução pós-conflito tem sido a atenção dada para a garantia da representação feminina nas negociações de paz e sua participação na tomada de decisões políticas (Beecham e Popovic, 2009). O papel da mulher nas negociações de paz evoluiu com o tempo, especialmente na área da diplomacia da sociedade civil e no ativismo de base, embora sua participação esteja ainda distante das negociações de paz formais (Porter, 2008). O envolvimento feminino tem tido impacto em termos da inclusão, nas negociações de paz, de tópicos com enfoque no gênero, assim como no aumento da pressão para planos de ação nacionais com claros indicadores de participação da mulher nos processos de paz, prevenção, proteção e prossecução criminal da violência de gênero e sexual, bem como na promoção dos direitos das mulheres (Beecham e Popovic, 2009). Vários estudos assinalam, como consequências do envolvimento feminino nas negociações de paz, a aprovação de novas leis em Ruanda, Afeganistão, Nepal e Burundi (Chinkin, 2003; Nakaya, 2003). Entretanto, poucas pesquisas apontam efetivamente o impacto de uma maior participação nos processos de paz a médio ou longo prazo. Nakaya, em pesquisa realizada em 2003, pontua a tendência preocupante de que a participação feminina nos processos políticos declinou no início de 2000, depois que os acordos de paz foram assinados na Guatemala e na Somália, no fim da década de 1990. Em contraste, em Burundi e no Nepal, houve significativo aumento da representação feminina nos

órgãos políticos imediatamente após os acordos. Mas isto não se traduziu em um papel significativo de independência, uma vez que as mulheres continuam a ocupar papel secundário em um sistema político patriarcal que requer fundamentais mudanças institucionais e culturais para que a capacidade e atuação femininas se desenvolvam (Falch, 2010). As organizações femininas da sociedade civil podem ser uma arena eficaz para o engajamento político das mulheres, mas há também pontos de tensão entre as lideranças eleitas e os grupos de mulheres; excessiva dependência dos grupos por financiamento externo; e ausência de comprometimento de longo prazo por parte dos doadores internacionais (Falch, 2010).

A questão dos recursos é crítica. Uma análise dos financiamentos concedidos pelo Banco Mundial em 2004 revela que 4,67%, de um total de US\$67 milhões de dólares concedidos em financiamento, foram canalizados para 10 projetos centrados nas mulheres em processos de reconstrução pós-conflito. Outra descoberta crítica é que o financiamento para organizações femininas caiu nitidamente no Kosovo, por exemplo, passada a urgência da reconstrução (Greenberg e Zuckerman, 2009; Quiñones, 2004).

Outro tópico que tem sido destacado é o fato de que grande parte da atenção e do financiamento vai para programas centrados nas mulheres, enquanto programas voltados para a conscientização ou de transformação dos papéis de gênero não recebem o suficiente. É fundamental aumentar a visibilidade das mulheres (uma importante mensagem contida na resolução 1325 do Conselho de Segurança), mas deve ser dada igual importância a estratégias e intervenções voltadas para a discussão de impedimentos estruturais, o mais básico deles sendo as relações de gênero e as interpretações do masculino e do feminino (Strickland e Duvvury, 2003). Uma pauta transformadora pode contribuir para sanar os traumas vividos por mulheres e homens, meninas e meninos em conflitos; para reconstruir o capital social, com vistas a fortalecer os laços de confiança e reforçar os mecanismos locais de resolução de conflitos; e para integrar a igualdade entre os gêneros e a resolução de conflitos nos programas de desenvolvimento nas áreas da educação, saúde, geração de renda e desenvolvimento comunitário (Greenberg e Zuckerman, 2009). Referências adicionais podem ser encontradas no site do UNFPA: [www.unfpa.org](http://www.unfpa.org).

## Referências bibliográficas

- Adnan A. and others. 2007. "Intimate Partner Violence among Afghan Women Living in Refugee Camps in Pakistan." *Social Science & Medicine* 64(2007): 1536-1547.
- Alonso, H. 1993. *Peace as a Women's Issue: A History of the US Movement for World Peace and Women's Rights*. Nova York: Syracuse University Press.
- Anderlini, N. S. 2007. *Women Building Peace, What They Do, Why It Matters*. Londres: Lynne Rienner Publishers, Inc.
- Anema, A. and others. 2008. "Widespread Rape Does not Directly Appear to Increase the Overall HIV Prevalence in Conflict-affected Countries: So Now What?" *Emerging Themes in Epidemiology* 5: 11.
- Aroussi, S. 2009. "Women, Peace, and Security: Moving Beyond Feminist Pacifism." monografia apresentada no painel sobre desestabilização dos gêneros em conflitos, processos de paz e serviços de atenção. Conferência Anual da Political Studies Association.
- Bastick, M. and others. 2007. *Sexual Violence in Armed Conflict: Global Overview and Implications for the Security Sector*. Genebra: Centro de Genebra para o Controle Democrático das Forças Armadas.
- Beecham, G. and N. Popovic. 2009. "Putting Policy into Practice: Monitoring the Implementation of UN Security Council Resolutions on Women, Peace and Security."
- Documento de contextualização apresentado na Conferência Internacional sobre Indicadores para o Monitoramento das resoluções 1325 e 1880. Oslo, 11 a 13 de novembro.
- Bell, C. and C. O'Rourke. 2007. "Does Feminism Need a Theory of Transitional Justice? An Introductory Essay." *International Journal of Transitional Justice* 1: 23-44.
- Bouta, T. and G. Frerks. 2002. *Women's Roles in Conflict Prevention, Conflict Resolution and Post-Conflict Reconstruction: Literature Review and Institutional Analysis*. Haia: Instituto Holandês de Relações Internacionais.
- Caprioli, M. and M.A. Boyer. 2001. "Gender, Violence, and International Crisis." *The Journal of Conflict Resolution* 45(4): 503-518.
- Carballo, M. and others. 2005. "Impact of the Tsunami on Reproductive Health." *Journal of the Royal Society of Medicine* 98(9): 400-403.
- Cardozo, B.L. and others. 2004. "Mental Health, Social Functioning and Disability in Postwar Afghanistan." *Journal of the American Medical Association* 292(5): 575-584.
- Carpenter, C. 2006. "Recognizing Gender-Based Violence Against Civilian Men and Boys in Conflict Situations." *Security Dialogue* 37(1).
- Carpenter, C. 2005. "Women, Children and Other Vulnerable Groups: Gender, Strategic Frames and the Protection of Civilians as a Transnational Issue." *International Studies Quarterly* 49(2): 295-344.
- Charlesworth, H. 2008. "Are Women Peaceful? Reflections on the Role of Women in Peace-building." *Feminist Legal Studies* 16: 347-361.
- Chinkin, C. 2004. *Peace Processes, Post-Conflict Security and Women's Human Rights: The International Context Considered*. Nona palestra em memória de Torkel Opsahl. Belfast: Democratic Dialogue.
- Chinkin, C. 2003. "Peace Agreements as a Means for Promoting Gender Equality and Ensuring Participation of Women." Informe preparado para a reunião do Grupo de Especialistas da Divisão para o Avanço da Mulher das Nações Unidas. Ottawa, 10 a 13 de novembro.
- Chynoweth, S.K. 2008. "The Need for Priority Reproductive Health Services for Displaced Iraqi Women and Girls." *Reproductive Health Matters* 16(31): 93-102.

- Clark, C.J. and others. 2010. "Association Between Exposure to Political Violence and Intimate-Partner Violence in the Occupied Palestinian Territory: A Cross-sectional Study." *Lancet* 375: 310-16.
- Coalizão de Promoção do Congo. 2008. "Update on Protection of Civilians in Eastern Congo's Peace Process." Disponível em <http://hrw.org/english/docs/2008/07/28/congo19717.htm>.
- Cockburn, C. 2001. "The Gendered Dynamic of Armed Conflict and Political Violence." Em C. Moser and F. Clark (editores), *Victims, Perpetrators or Actors: Gender, Armed Conflict and Political Violence*. Londres: Zed Books, pp. 12-29.
- Cockburn, C. 1999. *Gender, Armed Conflict and Political Violence*. Documento de contextualização apresentado na Conferência sobre Gênero, Conflito Armado e Violência Política. Washington, D.C., Banco Mundial, 10 a 11 de junho.
- Cockburn, C. 1998. *The Space Between Us: Negotiating Gender and National Identities in Conflict*. Londres: Zed Books, Ltda.
- Cohen, D. 2009. "The Role of Female Combatants in Armed Groups: Women and Wartime Rape in Sierra Leone (1991-2002)." Monografia apresentada na 50ª Convenção Anual da International Studies Association. Nova York, 15 a 18 de fevereiro.
- Cohen, D. 2008. "Explaining Sexual Violence During Civil War: Evidence from Sierra Leone (1991-2002)." Monografia apresentada no Seminário sobre Violência de Gênero em Conflitos Internos, Harvard Humanitarian Initiative, Harvard University. Cambridge, 19 a 20 de setembro.
- Cohn, C. and others. 2004. "Women, Peace and Security." *International Feminist Journal of Politics* 6(1): 130-140.
- Comissão de Mulheres para as Mulheres e Crianças Refugiadas. 2007. *Iraqi Refugee Women and Youth in Jordan: Reproductive Health Findings: A Snap Shot from the Field*. Nova York: Comissão de Mulheres para as Mulheres e Crianças Refugiadas.
- Del Zotto, A. and A. Jones. 2002. *Male-on-Male Sexual Violence in Wartime: Human Rights' Last Taboo?* Monografia apresentada na convenção anual da International Studies Association. Nova Orleans, 23 a 27 de março. Disponível em <http://adamjones.freesevers.com/malerape.htm>.
- Dolan, C. 2002. "Collapsing masculinities and weak states - a case study of northern Uganda." Em Cleaver (editor), *Masculinities Matter! Men, Gender and Development*. Londres: Zed Press.
- Duvvury, N. and J. Knoess. 2005. *Gender Based Violence and HIV/AIDS in Cambodia: Links, Opportunities and Potential Responses*. Washington, D. C.: International Center for Research on Women and GTZ.
- El-Bushra, J. 2008. *How Should We Understand Sexual Violence and HIV/AIDS in Post-Conflict Contexts?* ASCI Research Report, No. 17. Nova York: AIDS, Security and Conflict Initiative.
- El Jack, A. 2003. *Gender and Armed Conflict: Overview Report*. Brighton: University of Sussex, Institute of Development Studies.
- Enloe, C. 1990. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense Out of International Politics*. California: University of California Press.
- Erchak, G. 1994. "Family Violence." Em C. R. Ember and M. Ember (editores), *Research Frontiers in Anthropology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Falch, A. 2010. *Women's Participation and Influence in Post-conflict Burundi and Nepal*. PRIO Working Paper. Oslo: PRIO.
- Farr, K. 2009. "Extreme War Rape in Today's Civil War-Torn States: A Contextual and Comparative Analysis." *Gender Issues* 26: 1-41.
- Franceshet, S. 2004. "Explaining Social Movement Outcomes, Collective Action Frames and Strategic Choices in First and Second Wave of Feminism in Chile." *Comparative Political Studies*, 37(5): 499-530.
- Galtung, J. 1996. *Peace by Peaceful Means: Peace, Conflict Development and Civilisation*. Londres: Sage.
- Gierycz, D. 2001. "Women, Peace and the United Nations: Beyond Beijing." Em Skjelbaek, I. and D. Smith (editores), *Gender, Peace and Conflict*. Londres: Sage, pp. 14-31.
- Gilligan, C. 1982. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Goldstein, J.S. 2003. *War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa*. Segunda Edição. Cambridge: Cambridge University Press.
- Green, J.L. 2006. "Collective Rape: A Cross-National Study of the Incidence and Perpetrators of Mass Political Sexual Violence, 1980-2003." Dissertação, Ohio State University. Disponível em [http://www.ohiolink.edu/etd/view.cgi?acc\\_num=osu1153496251](http://www.ohiolink.edu/etd/view.cgi?acc_num=osu1153496251).
- Greenberg, M. and E. Zuckerman. 2009. "The Gender Dimensions of Post-Conflict Reconstruction: The Challenge to Development Aid." Em Addison, T. and T. Bruck (editores), *Making Peace Work: The Challenges of Social and Economic Reconstruction*. Londres: Palgrave MacMillan.
- GTZ. 2009. *Masculinity and Civil Wars in Africa—New Approaches to Overcoming Sexual Violence in War*. Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit.
- Harvard Humanitarian Initiative e Oxfam International. 2010. "Now the World Is Without Me: An Investigation of Sexual Violence in Eastern Democratic Republic of Congo." Oxford: Oxfam. Disponível em [http://www.oxfam.org.uk/resources/policy/conflict\\_disasters/sexual-violence-drc.html](http://www.oxfam.org.uk/resources/policy/conflict_disasters/sexual-violence-drc.html).
- Helms, E. 2003. "Women as Agents of Ethnic Reconciliation? Women, NGOs and International Intervention in Post War Bosnia-Herzegovina." *Women's Studies International Forum* 26(1): 5-33.
- Holmes, R. and others. 2009. "Gender Vulnerabilities, Food Price Shocks and Social Protection Responses." Background Note. Overseas Development Institute. Londres, August 2009.
- Hudson, V. and others. 2009. "The Heart of the Matter: The Security of Women and the Security of States." *International Security* 33(3): 7-45.
- Human Rights Watch. 2004. "In War as in Peace: Sexual Violence and Women's Status." In *World Report 2004: Human Rights and Armed Conflict*. Nova York: Human Rights Watch. Disponível em <http://hrw.org/wr2k4/>.
- Human Rights Watch. 2003. *We'll Kill You If You Cry: Sexual Violence in the Sierra Leone Conflict*. New York: Human Rights Watch. Disponível em <http://hrw.org/reports/2003/sierraleone/>.
- Human Rights Watch. 2000. "Sierra Leone Rebels Forcefully Recruit Child Soldiers." Disponível em <http://www.hrw.org/en/news/2000/05/31/sierra-leone-rebels-forcefully-recruit-child-soldiers?print>.
- Human Rights Watch. 1996. *Shattered Lives: Sexual Violence During the Rwandan Genocide and Its Aftermath*. Nova York: Human Rights Watch.
- Hyder, A. and others. 2007. "Intimate Partner Violence among Afghan Women Living in Refugee Camps in Pakistan." *Social Science & Medicine* 64(7): 1536-1547.
- Jennings, K.M. Sem data. *Gender and Post-Conflict Statebuilding*. Documento de trabalho, Programa sobre Estados e Segurança, Centro de Estudos Internacionais Ralph Bunche, City University of New York.
- Johnson, K. and others. 2008. "Association of Combatant Status and Sexual Violence with Health and Mental Health Outcomes in Post-conflict Liberia." *Journal of the American Medical Association* 300(6): 676-690.
- Kaldor, M. 2007. *Human Security: Reflections on Globalization and Intervention*. Cambridge: Polity Press.
- Kerr, P. 2007. "Human Security." Em A. Collins (editor), *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 91-108.



- Leaning, J. and T. Gingerich. 2005. *The Use of Rape as a Weapon of War in the Conflict in Darfur, Sudan*. Programa sobre Crises Humanitárias e Direitos Humanos. Cambridge: Harvard School of Public Health.
- Liebling-Kalifani, H. and others. 2008. "Violence against Women in Northern Uganda: The Neglected Health Consequences of War." *Journal of International Women's Studies* 9(3).
- Lindsey, C. 2001. *Women Facing War: ICRC Study on the Impact of Armed Conflict on Women*. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha.
- Mack, A. 2005. *Human Security Report 2005: War and Peace in the 21st Century*. Nova York: Oxford University Press.
- Mazurana, D. 2005. *Women in Armed Opposition Groups in Africa and the Promotion of International Humanitarian Law*. Genebra: Geneva Call.
- McGinn, T. 2009. "Barriers to Reproductive Health and Access to Other Medical Services in Situations of Conflict and Migration." Em S. Martin and J. Forbes (editores), *Women, Migration, and Conflict: Breaking a Deadly Cycle*. Dordrecht: Springer.
- McGinn, T. 2000. "Reproductive Health of War-Affected Populations: What Do We Know?" *International Family Planning Perspectives* 26(4): 174-180.
- McKay, S. and D. Mazurana. 2004. *Where Are the Girls? Girls in Fighting Forces in Northern Uganda, Sierra Leone, and Mozambique: Their Lives During and After War*. Montreal: International Centre for Human Rights and Democratic Development.
- Meintjes, S. 2001. "War and Post-War Shifts in Gender Relations." Em S. Meintjes and others (editores), *The Aftermath: Women in Post-Conflict Transformation*. Londres: Zed Books.
- Mills, E.J. and others. 2006. "The Impact of Conflict on HIV/AIDS in Sub-Saharan Africa." *International Journal of STD and AIDS* 17(11): 713-7.
- Moser, C. and F. Clark. 2001. *Victims, Perpetrators or Actors: Gender, Armed Conflict and Political Violence*. Londres: Zed Books.
- Nakaya, S. 2003. "Women and Gender Equality in Peace Processes: From Women at the Negotiating Table to Post-Conflict Structural Reforms in Guatemala and Somalia." *Global Governance* 9: 459-476.
- O'Heir, J. 2004. "Pregnancy and Childbirth Care Following Conflict and Displacement: Care for Refugee Women in Low-resource Settings." *Journal of Midwifery and Women's Health* 49(4): 14-18.
- Organização Mundial da Saúde. 2004. *Country Profile Bosnia and Herzegovina*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- Pankhurst, D. 2008a. "Gendered Peace." Em Pugh, N. and others (editores), *Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding*. Basingstoke: Palgrave.
- Pankhurst, D. 2008b. "Post-War Backlash Violence against Women. What Can 'Masculinity' Explain?" Em Pankhurst, D. (editor), *Gendered Peace: Women's Struggles for Post-War Justice and Reconciliation*. Nova York, Londres: Routledge.
- Parashar, S. 2009. "Feminist International Relations and Women Militants: Case Studies from Sri Lanka and Kashmir." *Cambridge Review of International Affairs* 22(2): 235-256.
- Pillay, A. 2002. "Violence Against Women in the Aftermath." Em S. Meintjes and others (editores), *The Aftermath: Women in Post-Conflict Transformation*. Londres: Zed Books.
- Plumper, T. and E. Neumayer. 2003. "The Unequal Burden of War: The Effect of Armed Conflict on Gender Gap in Life Expectancy." *International Organisation* 60(3): 723-754.
- Porter, E. 2008. "Is Human Security a Feminist Peacebuilding Tool?" Monografia apresentada no Painei de Estudos Feministas sobre Segurança, 49ª Convenção do ISA, São Francisco.
- Porter, E. 2007. *Peacebuilding: Women in International Perspective*. Londres: Routledge.
- Potter, M. 2004. *Women, Civil Society and Peacebuilding: Paths to Peace through Empowerment of Women*. Belfast: Training for Women Network.
- Quiñones, A. 2004. *Gender and Post-Conflict Reconstruction: The World Bank Track Record*. Washington, D.C.: Heinrich Böll Foundation.
- Rehn, E. and E. Johnson-Sirleaf. 2002. *Women, War and Peace: The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peacebuilding*. Nova York: UNIFEM.
- Reproductive Health Matters. 2008. *Reproductive Health Matters* 16(31): 4-252.
- Ruddick, S. 2004. "Maternal Thinking as a Feminist Standpoint." Em S. Harding (editor), *The Feminist Stand Point Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*. Nova York: Routledge, pp. 161-168.
- Ruddick, S. 1989. *Maternal Thinking: Towards a Politics of Peace*. Boston: Beacon Press.
- Seifert, R. 1996. "The Second Front: The Logic of Sexual Violence in Wars." *Women's Studies International Forum* 19(1/2): 35-43.
- Seifert, R. 1994. "War and Rape: A Preliminary Analysis." Em A. Stiglsmayer (editor), *Mass Rape: The War Against Women in Bosnia-Herzegovina*. Lincoln: University of Nebraska Press, pp. 54-72.
- Sharlach, L. 2000. "Rape as Genocide: Bangladesh, the Former Yugoslavia, and Rwanda." *New Political Science* 22(1): 89-102.
- Shepherd, L.J. 2008. *Gender, Violence and Security*. Londres: Zed Books.
- Sivakumaran, S. 2007. "Sexual Violence Against Men in Armed Conflict." *European Journal of International Law* 18: 253-276.
- Spiegel, P. and others. 2007. "Prevalence of HIV Infection in Conflict-affected and Displaced People in Seven Sub-Saharan African Countries: A Systematic Review." *The Lancet* 369(9580): 2140.
- Spiegel, P. 2004. "HIV/AIDS Among Conflict-affected and Displaced Populations: Dispelling Myths and Taking Action." *Disasters* 28(2): 322-339.
- Steiner, B. and others. 2009. "Sexual Violence in the Protracted Conflict of DRC: Programming for Rape Survivors in South Kivu." *Conflict and Health* 3(3). Disponível em <http://www.conflictandhealth.com/content/3/1/3>.
- Stiglsmayer, A. (ed.). 1994. *Mass Rape: The War Against Women in Bosnia-Herzegovina*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Strickland, R. and N. Duvvury. 2003. *Gender Equity and Peacebuilding, From Rhetoric to Reality: Finding the Way*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women.
- Talviste, V. 2009. *Displaced Adolescent Girls' Protection: Could Casuistry Be a Methodology for Humanitarians?* Oxford: Oxford University Department of International Development.
- Ward, J. and M. Marsh. 2006. *Sexual Violence Against Women and Girls in War and Its Aftermath: Realities, Responses and Required Resources*. Documento informativo preparado para o Simpósio sobre Violência Sexual durante Conflito e Etapas Posteriores do UNFPA, 21 a 23 de junho.
- Zarkov, D. 2001. "The Body of the Other Man: Sexual Violence and the Construction of Masculinity, Sexuality and Ethnicity in the Croatian Media." Em Moser, C. and F. Clark (editores), *Victims, Perpetrators or Actors: Gender, Armed Conflict and Political Violence*. Londres e Nova York: Zed Books.

## Situação da População Mundial 2010: indicadores selecionados

# Enfoque na saúde reprodutiva

Todo ano, o relatório sobre a Situação da População Mundial oferece dados ou “indicadores” que demonstram os progressos e desafios para a implementação de vários aspectos do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e que apontam mudanças demográficas nacionais, regionais e globais.

Nesta edição de 2010 do relatório foi incluída, pela primeira vez, uma análise de indicadores selecionados, com especial enfoque este ano em saúde reprodutiva.

A meta de acesso universal à saúde reprodutiva, elemento central do Programa de Ação da CIPD, foi reafirmada como prioridade de desenvolvimento ao ser aprovada, em 2007, como meta a ser incluída no Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 5. O progresso na direção do acesso universal à saúde reprodutiva é medido com emprego de dados referentes à gravidez na adolescência, prevalência de uso de contraceptivos, falta de atendimento das necessidades de planejamento familiar e acesso à atenção pré-natal.

O acesso universal à saúde reprodutiva é elemento essencial de um “atendimento contínuo” que, por sua vez, gera benefícios em outras áreas. Quando mulheres e meninas têm poder para decidir por si mesmas se ficarão ou não grávidas e quando isso ocorrerá, há mais probabilidade de ter uma gravidez sadia e procurar atendimento pré-natal. Seus filhos têm maior probabilidade de sobrevivência, durante a primeira infância. As meninas cujas mães sobrevivem têm maior probabilidade de dar continuidade aos estudos e, sucessivamente, têm menor probabilidade de se casar precocemente e mais probabilidade de adiar a maternidade até os 20 anos, diminuindo, assim, o risco de morte por causas relacionadas à gravidez e ao parto. Mas, a despeito das crescentes evidências desses vínculos positivos, o acesso universal à saúde reprodutiva permanece como um grande desafio.

As tabelas nas páginas a seguir mostram os indicadores demográficos, sociais e econômicos que, juntos, contribuem para uma estimativa abrangente do progresso em direção às prioridades de desenvolvimento, definidas no Programa de Ação da CIPD, e em direção às Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Os indicadores fundamentados na CIPD, neste relatório, permitem um traçado do progresso em direção às Metas de Desenvolvimento do Milênio relacionadas ao ensino e à saúde. Ilustram também

aspectos da continuidade do atendimento à saúde reprodutiva, maternal, de recém-nascidos e crianças. Os indicadores de saúde abrangem mortalidade maternal e infantil, prevalência de utilização de métodos contraceptivos, índices de HIV/AIDS e gravidez adolescente. Indicadores complementares dessa série de continuidade dos serviços de atenção, inclusive a oferta de atendimento qualificado no parto, encontram-se no segundo conjunto de tabelas que apresenta uma ampla escala de indicadores demográficos.

As tabelas que se seguem mostram os indicadores de acesso à saúde reprodutiva com uma contagem mais abrangente de tendências demográficas, condições de vida, acesso a recursos e a outros fatores ligados ao fortalecimento das mulheres, acesso ao ensino e a serviços de saúde. Essa forma de apresentação dos dados permite uma ampla visão de fatores que delineiam a qualidade de vida de mulheres e homens. Elas também informam sobre saúde, alcance do ensino e nível de urbanização nacional: três questões que têm peso significativo para o acesso à saúde reprodutiva.

Os dados não estão desagregados segundo as características socioeconômicas internas dos países, mas fatores como nível de ensino, saúde e local de residência (urbana ou rural) apontam significativas disparidades.

Quando considerados no contexto de outras características sociodemográficas, os dados fundamentados na CIPD revelam que, embora o número de casos de gravidez adolescente tenha declinado nos últimos 10 anos e o uso de contraceptivos tenha aumentado, o progresso geral em direção ao acesso universal à saúde reprodutiva mostrou-se mais lento.

O acesso das mulheres à saúde reprodutiva quase sempre está ligado ao nível relativo de sua condição social e econômica. Mesmo nos vários países onde o progresso em direção ao acesso universal à saúde reprodutiva tem se mostrado mais lento, observaram-se ganhos significativos entre aquelas mulheres que possuem uma situação econômica e social relativamente mais elevada. Em alguns desses países, como Madagascar, houve progresso significativo nos últimos 10 anos, mas os índices de progresso variaram, sendo que os grupos mais privilegiados registraram os maiores avanços. No mesmo período, em vários outros países com baixo índice de prevalência de métodos contraceptivos e alta demanda reprimida por planejamento familiar, as mulhe-

res que vivem em lares mais ricos, que possuem nível de ensino secundário ou superior, e as que vivem em áreas urbanas têm, de longe, menor probabilidade de se tornarem mães, mais probabilidade de empregar métodos contraceptivos e menor probabilidade de ter necessidades insatisfeitas de planejamento familiar em comparação a mulheres que carecem de educação, têm limitados recursos financeiros em seus lares ou que vivem nas áreas rurais.

As significativas disparidades existentes entre as mulheres mais ricas e as mais pobres, as de melhor nível educacional e as menos educadas, e as que vivem em áreas urbanas e rurais, podem ser observadas tanto no âmbito regional como nacional, e dentro dos países e suas regiões. A importância do desenvolvimento econômico torna-se mais aparente quando os dados referentes aos países são agrupados de acordo com seus respectivos índices de desenvolvimento econômico. Por exemplo, os índices de gravidez entre adolescentes são muito altos nos países menos desenvolvidos, com uma média de 103 nascimentos em cada 1.000 mulheres na faixa etária entre 15 e 19 anos – cinco vezes mais alta que a média observada nas regiões mais desenvolvidas, onde a média é de 21 nascimentos em cada 1.000 mulheres na mesma faixa etária. Nas regiões em desenvolvimento, essas disparidades frequentemente se estendem ao âmbito de sub-regiões e países específicos. Por exemplo, as sub-regiões africanas apresentam essas mesmas médias variando de 32, ao Norte, a 167, na África Central. Entre as sub-regiões que compõem a África Subsaariana, veem-se diferenças ainda maiores: a média de gestações em adolescentes é de 61 para cada 1.000 na África Meridional, enquanto na África Oriental, na Central e na Ocidental apresentam-se taxas acima de 110. O índice geral de prevalência de uso de métodos contraceptivos e, em particular, o uso de modernos métodos de contracepção variam amplamente e se mantêm baixos em muitas partes do mundo. Por nível de renda, o uso de métodos modernos varia desde 22%, nos países menos desenvolvidos do mundo, a 55% nos países em desenvolvimento e a 58%, nas regiões mais desenvolvidas. Por região, os índices de prevalência de métodos contraceptivos para os métodos modernos vão de 23% na África a 64% na América Latina e no Caribe.

Os dados atuais sobre gravidez adolescente e a prevalência de métodos contraceptivos refletem as persistentes disparidades entre as regiões, sejam aquelas definidas por riqueza relativa, nível de desenvolvimento ou geografia. Globalmente, mais mulheres estão utilizando métodos contraceptivos, e menos meninas se tornam mães a cada ano. Mas a taxa de progresso baixou, de modo geral, desde 2000. Enquanto isso, tem sido mais lenta a queda observada nos percentuais de gravidez adolescente e, em vários países, parti-

cularmente naqueles menos desenvolvidos, podem até ter sofrido um leve aumento. Quanto à prevalência de uso de métodos contraceptivos, os índices para os países com menor desenvolvimento permanecem relativamente baixos: 28% utilizando qualquer método e 22% utilizando métodos modernos de contracepção. Esses índices são, de longe, muito mais baixos que nas regiões mais desenvolvidas, onde 68% das mulheres utilizam qualquer método de contracepção e 58% utilizam métodos modernos, e nos países em desenvolvimento, onde 61% utilizam qualquer método e 55% utilizam os modernos.

Quando os países são agrupados por regiões, os índices também variam. Por exemplo, na Europa, que tem o mais baixo percentual de mães adolescentes, registram-se 17 nascimentos em cada 1.000 meninas entre 15 e 19 anos, enquanto na África o índice é de 103. As médias por região apontam disparidades globais no emprego de contraceptivos e na ocorrência da gravidez na adolescência, mas também podem mascarar disparidades significativas no acesso à saúde reprodutiva no interior de uma mesma região. Na África, por exemplo, os dados referentes às sub-regiões variam imensamente: dentre as regiões da África Subsaariana, a África Meridional tem, de longe, o mais baixo índice de gravidez adolescente – 61 nascimentos para cada 1.000 meninas – e a mais alta prevalência de uso de métodos contraceptivos, com 59% para todos os métodos e 58% para os modernos. Em contraste, nas demais regiões da África Subsaariana observam-se níveis de gravidez na adolescência bem acima de 100 casos para cada 1.000 meninas, e índices de prevalência de uso de métodos contraceptivos de 26% ou menos. As incidências mais altas de gravidez na adolescência são encontradas na África Central, com 167 nascimentos para cada 1.000 meninas, enquanto o índice de prevalência de métodos contraceptivos é de 19% para todos os métodos e apenas 7% para métodos modernos.

O conjunto de indicadores apresentados neste relatório ilustra uma importante variedade de fatores que se relacionam, direta e indiretamente, ao progresso em direção ao acesso universal à saúde reprodutiva, os quais se somam para fornecer um significativo panorama do progresso em direção ao bem-estar geral de mulheres e homens, inclusive seu acesso a recursos, serviços de saúde e ensino. Se é importante não chegar a conclusões apressadas, considerando que os indicadores individuais não devem ser utilizados para determinação de causas e efeitos, esses dados apresentam evidências significativas de fortes ligações entre características sociodemográficas e acesso das mulheres à saúde reprodutiva. Essas ligações, somadas à maior lentidão geral que se observa quanto ao progresso, fazem salientar a persistência das desigualdades que devem ser superadas para se alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva.

# Monitoramento das metas da CIPD: indicadores selecionados

País,  
território ou  
outra área

	Mortalidade			Educação				Saúde reprodutiva			
	Total de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula no ensino fundamental (bruta) M/F	Proporção que chega ao 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula no ensino médio (bruta) M/F	% Analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) 15-49 anos
Afganistão	152	44,7 / 44,6	1.800	127 / 84		41 / 15		121	19	16	
Albânia	15	73,8 / 80,1	92	102 / 102		79 / 76	0,7 / 1,3	14	69	10	
Argélia	28	71,4 / 74,4	180	111 / 104	95 / 97	80 / 86	18,7 / 36,1	7	61	52	0,1
Angola	111	46,1 / 50,1	1.400	141 / 114		19 / 16	17,2 / 43,0	124	6	5	2,1
Argentina	13	72,0 / 79,6	77	116 / 115	95 / 98	80 / 90	2,4 / 2,3	57	65	64	0,5
Armênia	24	70,8 / 77,2	76	104 / 106		86 / 90	0,3 / 0,6	36	53	19	0,1
Austrália¹	4	79,6 / 84,1	4	106 / 105		153 / 146		15	71	71	0,2
Áustria	4	77,7 / 82,9	4	100 / 99		102 / 98		13	51	47	0,2
Azerbaijão	41	68,5 / 73,0	82	117 / 115		107 / 104	0,2 / 0,8	34	51	13	0,2
Bahamas	8	71,5 / 77,1	16	103 / 103	92 / 93	92 / 94		53			
Bahrein	9	74,6 / 77,9	32	106 / 104	100 / 98	95 / 99	8,3 / 10,6	17	62	31	
Bangladesh	41	65,8 / 68,1	570	89 / 94	52 / 58	43 / 45	40,0 / 50,2	72	56	48	
Barbados	10	74,9 / 80,2	16		94 / 95			43			
Bielorrússia	9	63,8 / 75,6	18	98 / 100		94 / 96	0,2 / 0,3	21	73	56	0,2
Bélgica	4	77,3 / 83,3	8	103 / 103	90 / 92	110 / 107		8	75	73	0,2
Belize	16	74,9 / 78,8	52	122 / 119	94 / 93	72 / 78		79	34	31	
Benin	81	61,1 / 63,5	840	125 / 108	70 / 69	46 / 26	46,5 / 71,9	112	17	6	1,2
Butão	41	65,0 / 68,8	440	105 / 106	93 / 99	58 / 54	35,0 / 61,3	38	31	31	
Bolívia (Estado Plurinacional da)	42	64,2 / 68,5	290	108 / 108	83 / 83	83 / 81	4,0 / 14,0	78	61	34	0,2
Bósnia-Herzegovina	12	72,9 / 78,0	3	109 / 110		89 / 91	0,6 / 4,1	16	36	11	<0,1
Botsuana	32	55,7 / 55,0	380	111 / 109	89 / 89	78 / 82	16,9 / 16,5	52	44	42	23,9
Brasil	17 <sup>NE1</sup>	69,3 / 76,6	58 <sup>NE2</sup>	132 / 123		96 / 106	10,2 / 9,8	76	77	70	0,6
Brunei Darussalam	5	75,3 / 80,1	13	107 / 107	100 / 99	96 / 98	3,4 / 6,7	25			
Bulgária	11	70,3 / 77,3	11	101 / 101		90 / 87	1,4 / 2,1	42	63	40	
Burquina Fasso	78	52,3 / 55,0	700	79 / 68	82 / 83	21 / 16	63,3 / 78,4	131	17	13	1,6
Burundi	95	49,8 / 52,9	1.100	139 / 132	59 / 65	21 / 15	27,7 / 40,1	19	9	8	2,0
Camboja	57	60,2 / 63,9	540	120 / 112	60 / 65	44 / 36	14,9 / 29,1	39	40	27	0,8
Camarões	84	51,1 / 52,3	1.000	119 / 102	63 / 63	41 / 33	16,0 / 32,2	128	29	12	5,1
Canadá	5	78,8 / 83,2	7	99 / 99		102 / 100		13	74	72	0,4
Cabo Verde	23	69,0 / 74,3	210	105 / 98	90 / 92	65 / 71	10,4 / 20,7	95	61		
República Centro-Africana	101	46,2 / 49,2	980	102 / 72	57 / 48	16 / 9	31,2 / 58,9	107	19	9	6,3
Chade	127	47,9 / 50,5	1.500	97 / 68	41 / 34	26 / 12	56,2 / 78,1	164	3	2	3,5
Chile	7	75,9 / 82,0	16	108 / 103	96 / 97	89 / 92	1,4 / 1,3	60	64		0,3
China	22	71,8 / 75,3	45	111 / 116	100 / 99	74 / 78	3,3 / 9,5	10	87	86	0,1
Colômbia	18	69,9 / 77,2	130	120 / 120	85 / 93	86 / 95	6,7 / 6,6	74	78	68	0,6
Comores	44	64,0 / 68,5	400	125 / 114	79 / 81	52 / 39	20,7 / 32,2	46	26	19	

Nota do Editor 1: Estimativa para 2009, conforme atualização realizada pelo Grupo Interagencial das Nações Unidas para Estimativas de Mortalidade Infantil

Nota do Editor 2: Estimativa do estudo "Trends in maternal mortality" (2010) elaborado pela OMS, UNICEF, UNFPA e Banco Mundial



# Monitoramento das metas da CIPD: indicadores selecionados

País, território ou outra área	Mortalidade			Educação				Saúde reprodutiva			
	Total de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula no ensino fundamental (bruta) M/F	Proporção que chega ao 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula no ensino médio (bruta) M/F	% Analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) 15-49 anos
Congo, República Democrática do²	114	46,4 / 49,6	1.100	99 / 82	80 / 79	45 / 25	22,5 / 43,9	201	21	6	
Congo, República do	79	53,0 / 54,9	740	118 / 110	76 / 80	46 / 40		113	44	13	3,5
Costa Rica	10	76,8 / 81,7	30	110 / 109	95 / 98	87 / 92	4,3 / 3,8	67	80	72	0,4
Costa do Marfim	83	57,2 / 59,8	810	83 / 66	83 / 73	34 / 19	35,8 / 55,7	130	13	8	3,9
Croácia	6	73,3 / 80,0	7	99 / 98		92 / 95	0,5 / 2,0	14			<0,1
Cuba	5	77,0 / 81,2	45	103 / 101	96 / 96	92 / 91	0,2 / 0,2	45	73	72	0,1
Chipre	5	77,6 / 82,3	10	104 / 103	97 / 100	98 / 99	1,0 / 3,3	6			
República Tcheca	4	73,8 / 79,9	4	103 / 103	99 / 99	94 / 96		11	72	63	
Dinamarca	4	76,4 / 81,0	3	99 / 99	100 / 100	117 / 121		6			0,2
Jibuti	80	54,8 / 57,5	650	49 / 43	92 / 87	35 / 24		23	18	17	
República Dominicana	27	70,1 / 75,8	150	108 / 101	70 / 77	69 / 81	11,8 / 11,7	109	73	70	1,1
Equador	19	72,5 / 78,5	210	119 / 118	83 / 84	75 / 76	12,7 / 18,3	83	73	58	0,3
Egito	32	68,8 / 72,4	130	102 / 97	96 / 97	82 / 77	25,4 / 42,2	39	60	58	
El Salvador	19	67,0 / 76,5	170	117 / 113	78 / 82	63 / 64	12,9 / 18,6	83	73	66	0,8
Guiné Equatorial	95	49,9 / 52,2	680	101 / 96	34 / 31	33 / 19	3,1 / 10,9	123	10	6	
Eritreia	51	58,0 / 62,6	450	57 / 47	77 / 69	36 / 25	23,0 / 45,5	67	8	5	1,3
Estônia	7	68,3 / 78,9	25	101 / 99	99 / 98	98 / 101	0,2 / 0,2	21	70	56	1,3
Etiópia	75	54,7 / 57,6	720	103 / 92	46 / 49	39 / 28	50,0 / 77,2	104	15	14	2,1
Fiji	19	67,0 / 71,6	210	95 / 94	100 / 97	78 / 84		32			
Finlândia	3	76,7 / 83,4	7	98 / 97	99 / 100	108 / 113		11			0,1
França	4	78,2 / 85,0	8	111 / 109		113 / 113		7	71		0,4
Polinésia Francesa	8	72,5 / 77,4						52			
Gabão	47	60,2 / 62,5	520	135 / 134	68 / 71	52 / 45	9,1 / 16,8	90	33	12	5,9
Gâmbia	74	54,9 / 58,3	690	84 / 89	71 / 72	52 / 49	43,3 / 65,7	88	18	13	0,9
Geórgia	33	68,5 / 75,4	66	109 / 106	94 / 97	92 / 88	0,2 / 0,3	45	47	27	0,1
Alemanha	4	77,5 / 82,8	4	105 / 105		103 / 100		8	70	66	0,1
Gana	71	56,2 / 58,0	560	106 / 105	62 / 65	58 / 52	27,7 / 40,7	64	24	17	1,9
Grécia	4	77,4 / 82,0	3	101 / 101	99 / 98	104 / 99	1,8 / 4,1	9	76	46	0,2
Guadalupe	7	76,4 / 82,5					5,2 / 4,5	19			
Guame	9	73,7 / 78,4						52	67	58	
Guatemala	26	67,3 / 74,4	290	117 / 110	71 / 70	58 / 55	20,5 / 31,3	107	43	34	0,8
Guiné	93	56,9 / 60,9	910	97 / 83	74 / 65	45 / 26		152	9	4	1,6
Guiné-Bissau	109	47,1 / 50,1	1.100	96 / 65		26 / 14	33,9 / 63,5	129	10	6	1,8
Guiana	39	65,2 / 71,0	470	109 / 108	64 / 65	102 / 102		63	34	33	
Haiti	62	59,9 / 63,4	670					46	32	24	2,2
Honduras	26	70,3 / 75,1	280	116 / 116	75 / 80	57 / 72	16,3 / 16,5	93	65	56	0,7
Hong Kong RAE, China³	4	79,7 / 85,4		102 / 100	100 / 100	82 / 84		6	80	75	
Hungria	7	69,8 / 77,8	6	100 / 98		98 / 97	0,9 / 1,1	20	81	71	0,1
Islândia	3	80,5 / 83,6	4	98 / 98	99 / 100	108 / 112		15			
Índia	52	62,9 / 66,0	450	115 / 111	66 / 65	61 / 52	24,8 / 49,2	68	56	49	0,3

Monitoramento das metas da CIPD: indicadores selecionados

País, território ou outra área	Mortalidade			Educação				Saúde reprodutiva			
	Total de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula no ensino fundamental (bruta) M/F	Proporção que chega ao 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula no ensino médio (bruta) M/F	% Analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) 15-49 anos
Indonésia	24	69,5 / 73,5	420	121 / 118	83 / 89	75 / 74	4,8 / 11,2	40	61	57	0,2
Irã (República Islâmica do)	27	70,5 / 73,4	140	107 / 151	88 / 87	80 / 79	12,7 / 22,8	18	73	59	0,2
Iraque	31	65,2 / 72,0	300	106 / 89	87 / 73	56 / 37	14,0 / 30,8	86	50	33	
Irlanda	4	77,9 / 82,7	1	105 / 105	97 / 100	111 / 119		16	89	89	0,2
Israel	5	79,0 / 83,1	4	110 / 111	100 / 99	89 / 91		14			0,1
Itália	4	78,4 / 84,4	3	104 / 103	99 / 100	100 / 99	0,9 / 1,5	5	63	41	0,4
Jamaica	22	69,1 / 75,6	170	95 / 92	88 / 93	89 / 93	19,4 / 9,2	77	69	66	1,6
Japão	3	79,6 / 86,6	6	102 / 102		101 / 101		5	54	44	
Jordânia	18	71,3 / 75,1	62	97 / 97	97 / 96	87 / 90	4,5 / 11,1	25	57	41	
Cazaquistão	24	59,4 / 71,6	140	108 / 109		93 / 91	0,2 / 0,5	31	51	49	0,1
Quênia	60	55,0 / 56,0	560	113 / 110	81 / 85	61 / 56	9,7 / 17,2	104	46	39	
Coreia, República Democrática Popular da	47	65,5 / 69,7	370				0,0 / 0,0	0	69	58	
Coreia, República da	4	76,4 / 82,9	14	106 / 104	98 / 99	99 / 95		6	80	76	<0,1
Kuwait	9	76,4 / 80,2	4	96 / 95	100 / 99	88 / 91	4,8 / 6,9	13	52	39	
Quirguistão	36	64,8 / 72,1	150	95 / 94		85 / 86	0,5 / 0,9	32	48	46	0,1
Laos, República Popular Democrática do	45	64,4 / 67,4	660	117 / 106	66 / 68	48 / 39	17,5 / 36,8	37	32	29	0,2
Letônia	9	68,1 / 77,6	10	100 / 96	98 / 95	97 / 99	0,2 / 0,2	15	68	56	0,8
Líbano	21	70,3 / 74,6	150	102 / 100	96 / 97	77 / 86	6,6 / 14,0	16	58	34	0,1
Lesoto	65	45,6 / 45,9	960	108 / 107	55 / 69	34 / 45	17,4 / 4,9	74	37	35	23,2
Libéria	91	57,7 / 60,5	1.200	96 / 86		36 / 27	36,7 / 47,0	142	11	10	1,7
Jamahiria Árabe Popular Socialista da Líbia	17	72,2 / 77,4	97	113 / 108		86 / 101	5,1 / 18,7	3	45	26	
Lituânia	8	66,3 / 78,0	11	97 / 95		99 / 99	0,3 / 0,3	22	51	33	0,1
Luxemburgo	4	77,3 / 82,5	12	100 / 101	97 / 100	95 / 98		12			
Madagascar	61	59,6 / 62,9	510	154 / 149	42 / 43	31 / 29	23,5 / 34,7	133	40	28	0,1
Malawi	78	53,7 / 55,4	1.100	119 / 122	44 / 43	32 / 27	19,8 / 34,2	135	41	38	11,9
Malásia	8	72,5 / 77,2	62	97 / 96	94 / 94	66 / 71	5,7 / 10,2	13	55	30	0,5
Maldivas	20	70,8 / 74,1	120	115 / 109	95 / 93	81 / 86	1,6 / 1,6	13	39	34	
Mali	103	48,5 / 49,9	970	100 / 83	88 / 85	42 / 27	65,1 / 81,8	163	8	6	1,5
Malta	6	78,2 / 81,7	8	99 / 99	99 / 100	97 / 99	8,8 / 6,5	12	86	43	
Martinica	6	76,9 / 82,6					2,9 / 4,4	30			
Mauritânia	71	55,3 / 59,3	820	95 / 102	81 / 83	26 / 23	35,9 / 50,5	90	9	8	0,8
Maurício*	14	68,5 / 75,9	15	100 / 99	97 / 100	87 / 88	9,6 / 15,2	39	76	39	1,7
Melanésia*	44	61,2 / 65,7						51			
México	15	74,3 / 79,2	60	115 / 113	93 / 95	87 / 93	5,4 / 8,5	65	71	67	0,3
Micronésia*	23	70,5 / 74,8						37			
Moldávia, República da	18	65,1 / 72,7	22	95 / 93		86 / 89	1,0 / 2,2	34	68	43	0,4
Mongólia	40	64,1 / 70,5	46	102 / 101	94 / 95	92 / 99	3,3 / 2,2	17	66	61	0,1
Montenegro	8	72,2 / 76,9						15	39	17	
Marrocos	28	69,6 / 74,1	240	112 / 102	83 / 82	60 / 51	30,6 / 55,9	19	63	52	0,1
Moçambique	83	47,8 / 48,9	520	121 / 107	63 / 58	24 / 18	30,5 / 59,9	149	17	12	12,5

## Monitoramento das metas da CIPD: indicadores selecionados

País, território ou outra área	Mortalidade			Educação				Saúde reprodutiva			
	Total de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula no ensino fundamental (bruta) M/F	Proporção que chega ao 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula no ensino médio (bruta) M/F	% Analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Prevalência do uso de contraceptivos Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) 15-49 anos
Mianmar	70	60,5 / 65,0	380	117 / 117	69 / 69	49 / 49	5,3 / 10,8	18	37	33	0,7
Namíbia	30	61,2 / 62,7	210	113 / 112	84 / 90	61 / 71	11,3 / 12,3	74	55	54	15,3
Nepal	38	66,6 / 68,2	830	123 / 106	60 / 64	46 / 41	28,9 / 54,6	101	48	44	0,5
Países Baixos	4	78,2 / 82,4	6	108 / 106	99 / 100	122 / 120		4	69	67	0,2
Antilhas Holandesas	12	73,1 / 79,7		125 / 123		87 / 95	3,7 / 3,7	32			
Nova Caledônia	6	73,3 / 80,1					3,2 / 4,2	26			
Nova Zelândia	4	78,7 / 82,5	9	101 / 101		115 / 122		23	75	72	0,1
Nicarágua	20	70,8 / 77,0	170	118 / 116	48 / 55	64 / 72	21,9 / 22,1	113	72	69	0,2
Níger	84	51,6 / 53,4	1.800	65 / 51	72 / 66	14 / 8	57,1 / 84,9	157	11	5	0,8
Nigéria	107	47,9 / 48,9	1.100	99 / 87	82 / 84	34 / 27	28,5 / 51,2	127	15	8	3,1
Noruega	3	78,8 / 83,1	7	99 / 99	99 / 100	113 / 110		9	88	82	0,1
Território Palestino Ocupado	16	72,3 / 75,5		80 / 79		87 / 93	2,9 / 9,1	79	50	39	
Omã	11	74,8 / 78,0	64	74 / 75	99 / 100	90 / 87	10,0 / 19,1	10	32	25	
Paquistão	61	66,9 / 67,5	320	93 / 77	68 / 72	37 / 28	33,2 / 60,0	46	27	19	0,1
Panamá	17	73,4 / 78,7	130	113 / 109	87 / 88	68 / 74	5,9 / 7,2	83			1,0
Papua-Nova Guiné	48	59,5 / 64,0	470	59 / 50			36,4 / 44,4	55	26	20	1,5
Paraguai	30	70,2 / 74,4	150	107 / 104	83 / 84	65 / 67	4,3 / 6,5	72	79	70	0,6
Peru	19	71,1 / 76,4	240	113 / 112	87 / 88	89 / 89	5,1 / 15,4	55	71	47	0,5
Filipinas	21	70,1 / 74,6	230	111 / 109	73 / 81	79 / 86	6,7 / 6,1	45	51	34	
Polônia	6	71,8 / 80,1	8	97 / 97		100 / 99	0,3 / 0,7	14	73	28	0,1
Polinésia <sup>a</sup>	16	70,8 / 76,2						38			
Portugal	4	75,8 / 82,3	11	118 / 112		98 / 105	3,5 / 7,1	17	67	63	0,5
Porto Rico	7	75,1 / 83,0	18				10,3 / 9,6	54	84	72	
Catar	8	75,3 / 77,3	12	109 / 108	93 / 100	79 / 115	6,2 / 9,6	16	43	32	
Reunião	6	72,7 / 80,8					8,8 / 7,5	34	67	64	
Romênia	14	69,7 / 76,7	24	100 / 99		92 / 91	1,7 / 3,1	31	70	38	0,1
Federação Russa	11	61,1 / 73,6	28	97 / 97		86 / 84	0,3 / 0,6	25	80	70	1,1
Ruanda	96	49,2 / 52,9	1.300	150 / 152	43 / 49	23 / 21	25,2 / 33,9	37	36	26	2,8
Samoa	21	69,2 / 75,5		100 / 99	96 / 91	74 / 83	1,0 / 1,5	28	25	23	
Arábia Saudita	17	71,4 / 75,8	18	100 / 96	100 / 94	102 / 87	10,5 / 19,8	26	24		
Senegal	57	54,7 / 57,8	980	81 / 83	70 / 72	34 / 27	47,7 / 67,0	104	12	10	1,0
Sérvia	11	72,1 / 76,7		98 / 98		87 / 90		22	41	19	0,1
Serra Leoa	102	46,9 / 49,6	2.100	168 / 148		42 / 28	48,3 / 71,1	126	8	6	1,7
Cingapura	3	78,3 / 83,2	14				2,6 / 8,4	5	62	53	0,2
Eslováquia	7	71,3 / 78,9	6	103 / 102		92 / 93		21	80	66	<0,1
Eslovênia	4	75,1 / 82,3	6	98 / 97		97 / 97	0,3 / 0,3	5	79	63	<0,1
Ilhas Salomão	40	66,1 / 68,1	220	109 / 106		38 / 32		42	35	27	
Somália	106	49,0 / 51,8	1.400	42 / 23		11 / 5		70	15	1	0,5
África do Sul	43	50,6 / 53,2	400	106 / 103	82 / 83	93 / 97	10,1 / 11,9	59	60	60	18,1
Espanha	4	78,1 / 84,4	4	107 / 106	100 / 100	117 / 123	1,6 / 3,1	12	66	62	0,5

Monitoramento das metas da CIPD: indicadores selecionados

País, território ou outra área	Mortalidade			Educação				Saúde reprodutiva			
	Total de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula no ensino fundamental (bruta) M/F	Proporção que chega ao 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula no ensino médio (bruta) M/F	% Analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos	Taxa de prevalência do HIV (%) 15-49 anos	
								Qualquer método	Métodos modernos		
Sri Lanka	15	70,8 / 78,2	58	101 / 102	98 / 98	86 / 88	7,8 / 10,9	30	68	53	
Sudão	66	57,3 / 60,4	450	73 / 64	89 / 100	35 / 32	21,0 / 40,4	57	8	6	1,4
Suriname	21	65,9 / 73,1	72	116 / 111	78 / 81	66 / 85	7,0 / 11,6	40	46	45	
Suazilândia	59	47,8 / 46,0	390	112 / 104	76 / 88	56 / 50	12,6 / 14,4	84	51	47	26,1
Suécia	3	79,1 / 83,3	3	95 / 95	100 / 100	104 / 103		8	75	65	0,1
Suíça	4	79,8 / 84,4	5	103 / 103		98 / 94		6	82	78	0,6
Síria, República Árabe da	15	72,7 / 76,6	130	127 / 122	93 / 92	75 / 73	10,0 / 22,8	61	58	43	
Tadjiquistão	58	64,7 / 69,9	170	104 / 100		90 / 78	0,2 / 0,5	28	38	33	0,3
Tanzânia, República Unida da	60	56,1 / 57,7	950	111 / 109	85 / 89		21,0 / 33,7	130	26	20	6,2
Tailândia	6	66,4 / 72,3	110	94 / 92		71 / 77	4,4 / 8,5	37	81	80	1,4
Macedônia, Antiga República Iugoslava da	14	72,2 / 76,9	10	93 / 93		85 / 82	1,4 / 4,6	22	14	10	<0,1
Timor Leste, República Democrática do	61	61,1 / 63,0	380	110 / 103		55 / 55		54	10	7	
Togo	68	61,6 / 64,9	510	113 / 97	58 / 50	54 / 28	23,4 / 46,3	65	17	11	3,3
Trinidad e Tobago	25	66,4 / 73,4	45	105 / 102	98 / 99	86 / 92	0,9 / 1,8	35	43	38	1,5
Tunísia	18	72,3 / 76,5	100	108 / 106	96 / 96	88 / 96	13,6 / 30,4	7	60	52	0,1
Turquia	26	69,8 / 74,7	44	101 / 98	94 / 94	87 / 77	3,8 / 18,7	39	71	43	
Turcomenistão	49	61,4 / 69,4	130				0,3 / 0,7	20	62	45	<0,1
Uganda	70	53,4 / 54,8	550	120 / 121	59 / 59	27 / 23	17,6 / 33,2	150	24	18	5,4
Ucrânia	12	63,2 / 74,0	18	98 / 99		95 / 94	0,2 / 0,4	28	67	48	1,6
Emirados Árabes Unidos	9	77,0 / 79,1	37	108 / 108	100 / 100	93 / 95	10,5 / 8,5	16	28	24	
Reino Unido	5	77,5 / 82,0	8	106 / 106		98 / 100		24	84	84	0,2
Estados Unidos da América	6	77,3 / 81,7	11	98 / 99	96 / 98	94 / 94		36	73	68	0,6
Uruguai	12	73,3 / 80,3	20	116 / 113	93 / 96	93 / 91	2,2 / 1,5	61	77	75	0,6
Uzbequistão	46	65,1 / 71,4	24	94 / 92		102 / 101	0,5 / 1,1	13	65	59	0,1
Vanuatu	26	68,9 / 72,9		111 / 106	81 / 83	43 / 37	17,0 / 20,5	47	39	32	
Venezuela (República Bolivariana da)	16	71,3 / 77,3	57	104 / 102	82 / 87	77 / 85	4,6 / 5,1	90	70	62	
Vietnã	18	72,9 / 76,8	150	107 / 101	87 / 86	70 / 64	4,9 / 9,8	17	80	69	0,5
Iêmen	54	62,2 / 65,6	430	94 / 76	67 / 65	61 / 30	21,1 / 57,2	68	28	19	
Zâmbia	87	46,7 / 47,8	830	120 / 118	92 / 88	50 / 41	19,4 / 39,0	142	41	27	15,2
Zimbábue	51	46,8 / 46,7	880	104 / 103	68 / 71	43 / 39	5,6 / 11,2	65	60	58	15,3



## Dados mundiais e regionais

	Mortalidade			Educação				Saúde reprodutiva		
	Total de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula no ensino fundamental (bruta) M/F	Proporção que chega ao 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula no ensino médio (bruta) M/F	% Analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos	Taxa de prevalência do HIV (%) 15-49 anos
<b>Total Mundial</b>	<b>45</b>	<b>66,1 / 70,5</b>	<b>400</b>	<b>108 / 105</b>		<b>68 / 66</b>	<b>11,8 / 21,1</b>	<b>52</b>	<b>62</b>	<b>55</b>
<b>Regiões mais desenvolvidas *</b>	<b>6</b>	<b>74,2 / 80,9</b>	<b>9</b>					<b>21</b>	<b>68</b>	<b>58</b>
<b>Regiões menos desenvolvidas *</b>	<b>50</b>	<b>64,6 / 68,1</b>						<b>57</b>	<b>61</b>	<b>55</b>
<b>Países menos desenvolvidos †</b>	<b>79</b>	<b>55,6 / 58,2</b>		<b>105 / 97</b>		<b>38 / 30</b>	<b>32,8 / 50,1</b>	<b>103</b>	<b>28</b>	<b>22</b>
<b>África ⁸</b>	<b>79</b>	<b>53,8 / 56,2</b>	<b>820</b>					<b>103</b>	<b>28</b>	<b>23</b>
África Oriental	72	53,6 / 55,5						111	26	21
África Central⁹	109	47,5 / 50,3						167	19	7
África Setentrional¹⁰	39	66,8 / 70,5	160					32	49	44
África Meridional	43	50,8 / 53,1	900					61	59	58
África Ocidental¹¹	94	51,0 / 52,6						123	15	9
<b>Estados Árabes ¹²</b>	<b>38</b>	<b>67,4 / 71,1</b>	<b>240</b>					<b>42</b>	<b>46</b>	<b>40</b>
<b>Ásia</b>	<b>39</b>	<b>67,8 / 71,5</b>	<b>330</b>					<b>40</b>	<b>67</b>	<b>61</b>
Ásia Oriental¹³	21	72,6 / 76,8	50					9	86	85
Ásia Centro-Meridional	54	63,4 / 66,4						63	53	45
Sudeste da Ásia	26	68,6 / 73,1	300					33	60	53
Ásia Ocidental	28	69,5 / 74,2	160					48	54	35
<b>Europa</b>	<b>7</b>	<b>71,7 / 79,6</b>						<b>17</b>	<b>68</b>	<b>55</b>
Europa Oriental	10	64,5 / 75,2						24	64	44
Europa Setentrional¹⁴	5	76,9 / 81,9						19	81	75
Europa Meridional¹⁵	5	77,1 / 83,0						11	62	46
Europa Ocidental¹⁶	4	77,9 / 83,5						7	74	69
<b>América Latina e Caribe</b>	<b>20</b>	<b>70,8 / 77,2</b>	<b>130</b>					<b>72</b>	<b>71</b>	<b>64</b>
Caribe¹⁷	34	69,5 / 74,7						65	62	55
América Central	18	73,1 / 78,4						74	68	63
América do Sul¹⁸	20	70,1 / 77,1						73	73	65
<b>América do Norte ¹⁹</b>	<b>6</b>	<b>77,5 / 81,9</b>						<b>34</b>	<b>73</b>	<b>69</b>
<b>Oceania</b>	<b>22</b>	<b>74,6 / 79,3</b>	<b>430</b>					<b>28</b>		<b>59</b>
Austrália-Nova Zelândia	4	79,4 / 83,8						16		

# Indicadores demográficos, sociais e econômicos

## País, território ou outra área

	População total (milhões) (2010)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento populacional (%) (2005-2010)	% urbana (2010)	Taxa de crescimento urbano % (2005-2010)	Taxa de fecundidade total (2010)	% partos atendidos por assistentes qualificados	Renda nacional interna bruta per capita PPP\$ (2008)	Gastos/alunos ensino fundamental (% do PIB per capita)	Assistência externa à população (US\$,000)	Estimativas da mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos M / F (2005-2010)	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
Afganistão	29,1	73,9	3,4	23	4,6	6,42	14			70.427	233 / 238		22
Albânia	3,2	3,3	0,4	52	2,5	1,85	100	7.950	7,8	8.067	18 / 17	694	97
Argélia	35,4	49,6	1,5	66	2,5	2,32	95	7.940	11,3	5.120	35 / 31	1.089	85
Angola	19,0	42,3	2,7	59	4,3	5,53	47	5.020		36.836	220 / 189	606	51
Argentina	40,7	50,9	1,0	92	1,2	2,21	99	14.020	13,2	9.328	17 / 14	1.850	96
Armênia	3,1	3,0	0,2	64	0,2	1,76	98	6.310		7.439	29 / 25	926	98
Austrália¹	21,5	28,7	1,1	89	1,3	1,85	99	34.040	18,2	(125.942)	6 / 5	5.888	100
Áustria	8,4	8,5	0,4	68	0,7	1,39	100	37.680	23,4	(8.381)	6 / 5	3.997	100
Azerbaijão	8,9	10,6	1,1	52	1,3	2,15	89	7.770	5,2	4.673	54 / 52	1.388	78
Bahamas	0,3	0,5	1,2	84	1,5	1,98	99			15	14 / 12		97
Bahrein	0,8	1,3	2,1	89	2,1	2,20	99		15,4	52	13 / 13	11.551	
Bangladesh	164,4	222,5	1,4	28	3,2	2,25	18	1.440	10,5	87.635	58 / 56	163	80
Barbados	0,3	0,2	0,3	44	1,7	1,55	100		27,7	530	12 / 10		100
Bielorússia	9,6	7,3	-0,5	75	0,2	1,28	100	12.150		6.473	14 / 9	2.891	100
Bélgica	10,7	11,5	0,5	97	0,6	1,79	99	34.760	20,5	(39.644)	6 / 5	5.366	
Belize	0,3	0,5	2,1	52	2,9	2,78	96	6.040	14,3	460	23 / 19		91
Benin	9,2	22,0	3,2	42	4,1	5,30	78	1.460	12,4	15.969	123 / 118	343	65
Butão	0,7	1,0	1,7	35	4,0	2,50	51	4.880		2.005	69 / 59		81
Bolívia (Estado Plurinacional da)	10,0	14,9	1,8	67	2,5	3,29	66	4.140	13,7	31.896	65 / 56	571	86
Bósnia-Herzegovina	3,8	3,0	-0,1	49	1,1	1,22	100	8.620		4.507	17 / 12	1.483	99
Botsuana	2,0	2,8	1,5	61	2,7	2,78	94	13.100	12,6	234.969	60 / 47	1.068	96
Brasil	195,4	218,5	1,0	87	1,5	1,78	97	10.070	15,4	29.071	33 / 25	1.239	91
Brunei Darussalam	0,4	0,7	1,9	76	2,5	2,02	100				7 / 6	7.190	
Bulgária	7,5	5,4	-0,6	71	-0,3	1,46	99	11.950	23,6	1.984	17 / 13	2.641	99
Burquina Faso	16,3	40,8	3,4	26	6,9	5,77	54	1.160	29,1	30.454	160 / 154		72
Burundi	8,5	14,8	2,9	11	5,8	4,32	34	380	18,8	20.378	177 / 155		71
Camboja	15,1	23,8	1,6	20	3,0	2,81	44	1.820	5,4	63.618	92 / 85	358	65
Camarões	20,0	36,7	2,3	58	3,7	4,45	63	2.180	7,6	21.757	151 / 136	391	70
Canadá	33,9	44,4	1,0	81	1,1	1,59	100	36.220		(187.514)	6 / 6	8.169	100
Cabo Verde	0,5	0,7	1,4	61	2,7	2,61	78	3.450	13,6	1.789	38 / 23		80
República Centro-Africana	4,5	7,6	1,9	39	2,3	4,59	54	730	5,5	17.016	196 / 163		66
Chade	11,5	27,8	2,8	28	4,6	6,00	14	1.160	7,1	6.236	220 / 201		48
Chile	17,1	20,7	1,0	89	1,3	1,92	100	13.270	11,9	2.063	10 / 8	1.851	95
China	1,354,1	1,417,0	0,6	47	2,6	1,77	98	6.020		81.188	25 / 35	1.484	88
Colômbia	46,3	62,9	1,5	75	1,9	2,38	96	8.510	12,4	6.631	30 / 22	655	93
Comores	0,7	1,2	2,3	28	2,5	3,81	62	1.170	9,3	321	71 / 54		85

<b>País, território ou outra área</b>	População total (milhões) (2010)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento populacional (%) (2005-2010)	% urbana (2010)	Taxa de crescimento urbano % (2005-2010)	Taxa de fecundidade total (2010)	% partos atendidos por assistentes qualificados	Renda nacional interna bruta per capita PPP\$ (2008)	Gastos/alunos ensino fundamental (% do PIB per capita)	Assistência externa à população (US\$,000)	Estimativas da mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos M / F (2005-2010)	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
Congo, República Democrática do <sup>2</sup>	67,8	147,5	2,8	35	4,6	5,79	74	290		88.513	209 / 187	289	46
Congo, República do	3,8	6,9	1,9	62	2,5	4,17	86	3.090	2,9	6.253	135 / 122	357	71
Costa Rica	4,6	6,4	1,4	64	2,2	1,93	94	10.950	17,0	2.965	13 / 10	1.070	98
Costa do Marfim	21,6	43,4	2,3	51	3,8	4,42	57	1.580		102.645	129 / 117	496	81
Croácia	4,4	3,8	-0,2	58	0,3	1,46	100	18.420	17,2	535	8 / 7	2.101	99
Cuba	11,2	9,7	0,0	75	-0,1	1,51	100		51,1	5.515	9 / 6	884	91
Chipre	0,9	1,2	1,0	70	1,3	1,52	100		27,7	0	7 / 6	2.854	100
República Tcheca	10,4	10,3	0,4	74	0,4	1,48	100	22.790	13,6	20	5 / 4	4.428	100
Dinamarca	5,5	5,6	0,2	87	0,5	1,85		37.280	24,5	(161.001)	6 / 6	3.598	100
Jibuti	0,9	1,5	1,8	76	1,8	3,70	93	2.330	24,4	4.390	134 / 116		92
República Dominicana	10,2	13,4	1,4	69	2,4	2,57	98	7.890	7,4	25.647	37 / 29	804	95
Equador	13,8	18,0	1,1	67	2,1	2,47	99	7.760		14.067	29 / 22	885	95
Egito	84,5	129,5	1,8	43	2,0	2,77	79	5.460		51.869	42 / 39	840	98
El Salvador	6,2	7,9	0,4	64	1,3	2,27	84	6.670	8,5	10.577	29 / 23	800	84
Guiné Equatorial	0,7	1,4	2,6	40	3,0	5,23	63	21.700		4.885	177 / 160		43
Eritreia	5,2	10,8	3,1	22	5,2	4,43	28	630	8,2	14.920	78 / 71	151	60
Estônia	1,3	1,2	-0,1	69	-0,1	1,73	100	19.280	19,6	(8)	11 / 8	4.198	100
Etiópia	85,0	173,8	2,6	17	3,5	5,10	6	870	12,4	361.647	138 / 124	290	42
Fiji	0,9	0,9	0,6	52	1,4	2,66	99	4.270	17,4	1.002	25 / 24		47
Finlândia	5,3	5,4	0,4	85	0,7	1,84	100	35.660	17,9	(61.120)	5 / 4	6.895	100
França	62,6	67,7	0,5	85	1,4	1,87	99	34.400	17,1	(121.609)	5 / 4	4.258	100
Polinésia Francesa	0,3	0,4	1,3	51	1,2	2,17	100			0	10 / 10		
Gabão	1,5	2,5	1,8	86	2,4	3,17	86	12.270		2.275	85 / 75	1.300	87
Gâmbia	1,8	3,8	2,7	58	4,3	4,88	57	1.280	6,3	2.918	123 / 109		86
Geórgia	4,2	3,3	-1,1	53	-1,0	1,59	98	4.850	14,7	12.228	39 / 33	767	99
Alemanha	82,1	70,5	-0,1	74	0,0	1,33	100	35.940	16,1	(194.579)	5 / 5	4.027	100
Gana	24,3	45,2	2,1	51	3,6	4,16	50	1.430	17,9	39.987	119 / 115	415	80
Grécia	11,2	10,9	0,2	61	0,6	1,39		28.470	16,2	(6.358)	5 / 4	2.875	100
Guadalupe	0,5	0,5	0,5	98	0,5	2,08	99				10 / 8		
Guam	0,2	0,2	1,3	93	1,3	2,46	87				11 / 10		
Guatemala	14,4	27,5	2,5	49	3,4	3,93	41	4.690	10,3	39.596	45 / 34	620	96
Guiné	10,3	24,0	2,3	35	3,6	5,24	38	1.190	5,0	10.160	157 / 138		70
Guiné-Bissau	1,6	3,6	2,2	30	2,5	5,61	39	530		2.954	207 / 186		57
Guiana	0,8	0,6	-0,1	29	0,1	2,28	83	2.510	14,4	27.692	66 / 47		93
Haiti	10,2	15,5	1,6	52	4,9	3,35	26	1.180		125.729	90 / 80	286	58
Honduras	7,6	12,4	2,0	52	3,2	3,12	67	3.870	1,1	34.277	44 / 35	661	84
Hong Kong RAE, China <sup>3</sup>	7,1	8,6	0,5	100	0,5	1,01	100	43.960	12,7		5 / 4	1.985	
Hungria	10,0	8,9	-0,2	68	0,3	1,39	100	17.790	25,6	0	9 / 8	2.658	100
Islândia	0,3	0,4	2,1	93	2,3	2,09		25.220	26,1		4 / 4	15.708	100
Índia	1.214,5	1.613,8	1,4	30	2,3	2,63	47	2.960	8,9	165.179	77 / 86	529	89

## Indicadores demográficos, sociais e econômicos

País, território ou outra área	População total (milhões) (2010)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento populacional (%) (2005-2010)	% urbana (2010)	Taxa de crescimento urbano % (2005-2010)	Taxa de fecundidade total (2010)	% partos atendidos por assistentes qualificados	Renda nacional interna bruta per capita PPP\$ (2008)	Gastos/alunos ensino fundamental (% do PIB per capita)	Assistência externa à população (US\$,000)	Estimativas da mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos M / F (2005-2010)	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
Indonésia	232,5	288,1	1,2	44	1,7	2,10	73	3.830		68.013	37 / 27	849	80
Irã (República Islâmica do)	75,1	97,0	1,2	71	2,1	1,76	97		13,5	4.727	33 / 35	2.604	94
Iraque	31,5	64,0	2,2	66	1,9	3,87	89			13.593	43 / 38	1.105	77
Irlanda	4,6	6,3	1,8	62	2,3	1,95	100	37.350	15,0	(113.290)	6 / 6	3.457	
Israel	7,3	10,6	1,7	92	1,7	2,72		27.450	20,2	37	6 / 5	3.059	100
Itália	60,1	57,1	0,5	68	0,7	1,40	99	30.250	25,1	(29.393)	5 / 4	3.001	
Jamaica	2,7	2,7	0,5	52	0,5	2,34	97	7.360	17,3	11.253	28 / 28	1.852	93
Japão	127,0	101,7	-0,1	67	0,2	1,26	100	35.220	21,9	(125.139)	5 / 4	4.019	100
Jordânia	6,5	10,2	3,0	79	3,1	2,96	99	5.530	13,0	20.436	24 / 19	1.259	98
Cazaquistão	15,8	17,8	0,7	59	1,2	2,29	100	9.690		13.595	34/ 26	4.292	96
Quênia	40,9	85,4	2,6	22	4,0	4,78	42	1.580	22,3	345.313	112 / 95	485	57
Coreia, República Democrática Popular da	24,0	24,6	0,4	60	0,5	1,85	97			310	63 / 63	774	100
Coreia, República da	48,5	44,1	0,4	83	0,8	1,24	100	28.120	17,2	0	6 / 6	4.586	92
Kuwait	3,1	5,2	2,4	98	2,5	2,14	100		11,1	0	11 / 9	9.463	
Quirguistão	5,6	6,9	1,2	35	0,9	2,50	98	2.140		13.924	49 / 42	556	89
Laos, República Democrática Popular do	6,4	10,7	1,8	33	5,6	3,35	20	2.040	9,9	8.294	68 / 61		60
Letônia	2,2	1,9	-0,5	68	-0,5	1,45	100	16.740	37,3	0	12 / 10	2.052	99
Líbano	4,3	5,0	0,8	87	1,0	1,84	98	10.880		5.065	31 / 21	959	100
Lesoto	2,1	2,5	0,9	27	3,8	3,20	55	2.000	22,3	40.044	112 / 96		78
Libéria	4,1	8,8	4,1	48	4,9	4,92	46	300	5,7	18.010	144 / 136		64
Jamhira Árabe Popular Socialista da Líbia	6,5	9,8	2,0	78	2,2	2,59	100	15.630		11.206	20 / 19	2.889	71
Lituânia	3,3	2,6	-1,0	67	-0,9	1,39	100	18.210	16,4	0	14 / 9	2.740	
Luxemburgo	0,5	0,7	1,2	85	1,5	1,67	100	64.320	20,3	(35.748)	6 / 6	8.790	100
Madagascar	20,1	42,7	2,7	30	3,8	4,52	51	1.040	7,4	15.964	105 / 95		47
Malawi	15,7	36,6	2,8	20	5,4	5,36	54	830	10,0	109.059	125 / 117		76
Malásia	27,9	39,7	1,7	72	3,0	2,46	100	13.740	10,8	152	12 / 10	2.733	99
Maldivas	0,3	0,5	1,4	40	4,9	1,98	84	5.280	26,8	488	31 / 26		83
Mali	13,3	28,3	2,4	36	4,7	5,35	49	1.090	10,4	49.473	193 / 188		60
Malta	0,4	0,4	0,4	95	0,6	1,25	100		13,2		7 / 7	2.120	100
Martinica	0,4	0,4	0,4	89	0,3	1,88	100				8 / 8		
Mauritânia	3,4	6,1	2,4	41	2,9	4,30	61		12,8	9.061	128 / 112		60
Maurício <sup>a</sup>	1,3	1,4	0,7	42	0,5	1,80	99	12.480	10,3	379	20 / 15		100
Melanésia <sup>a</sup>	8,8	15,6	2,2	18	2,1	3,74	46				64 / 62		
México	110,6	129,0	1,0	78	1,4	2,12	94	14.270	13,4	8.610	22 / 18	1.750	95
Micronésia <sup>a</sup>	0,6	0,8	1,3	68	1,6	2,43	87				33 / 26		
Moldávia, República da	3,6	2,7	-1,0	47	0,7	1,51	100	3.210	34,3	6.246	26 / 21	910	90
Mongólia	2,7	3,4	1,2	62	2,0	1,97	99	3.480	14,7	5.848	49 / 40	1.182	72
Montenegro	0,6	0,6	0,0	61	-0,1	1,64	99	13.920		1.491	11 / 9		98
Marrocos	32,4	42,6	1,2	58	2,3	2,31	63	4.330	16,3	20.335	43 / 29	460	83
Moçambique	23,4	44,1	2,3	38	4,5	4,87	48	770	2,8	236.034	162 / 144	418	42



<b>País, território ou outra área</b>	População total (milhões) (2010)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento populacional (%) (2005-2010)	% urbana (2010)	Taxa de crescimento urbano % (2005-2010)	Taxa de fecundidade total (2010)	% partos atendidos por assistentes qualificados	Renda nacional interna bruta per capita PPP\$ (2008)	Gastos/ alunos ensino fundamental (% do PIB per capita)	Assistência externa à população (US\$,000)	Estimativas da mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos M / F (2005-2010)	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
Mianmar	50,5	63,4	0,9	34	2,9	2,26	57		2,5	14.345	120 / 102	319	80
Namíbia	2,2	3,6	1,9	38	3,5	3,22	81	6.270	15,7	81.342	58 / 45	745	93
Nepal	29,9	49,0	1,8	19	5,0	2,76	19	1.120	15,1	30.907	52 / 55	338	89
Países Baixos	16,7	17,4	0,4	83	1,1	1,75	100	41.670	17,8	(496.014)	6 / 5	4.909	100
Antilhas Holandesas	0,2	0,2	1,5	93	1,7	1,94				0	16 / 12	11.321	
Nova Caledônia	0,3	0,4	1,5	57	1,3	2,04	92				9 / 8		
Nova Zelândia	4,3	5,3	0,9	86	1,0	2,03	94	25.090	17,6	(17.160)	6 / 5	3.966	97
Nicarágua	5,8	8,1	1,3	57	1,8	2,64	74	2.620	9,8	32.871	29 / 22	621	79
Níger	15,9	58,2	3,9	17	4,4	7,01	18	680	27,1	23.079	171 / 173		42
Nigéria	158,3	289,1	2,3	50	3,8	5,07	35	1.940		383.352	190 / 184	722	47
Noruega	4,9	5,9	0,9	79	1,4	1,88		58.500	18,2	(304.979)	5 / 4	5.704	100
Território Palestino Ocupado	4,4	10,3	3,2	74	3,5	4,80	97			8.753	23 / 18		
Omã	2,9	4,9	2,1	73	2,4	2,92	98		15,7	30	14 / 13	5.678	82
Paquistão	184,8	335,2	2,2	36	3,0	3,79	39	2.700		27.007	85 / 94	512	90
Panamá	3,5	5,1	1,6	75	2,7	2,49	91	11.650	7,5	316	27 / 20	845	92
Papua-Nova Guiné	6,9	12,9	2,4	13	2,3	3,95	39	2.000		51.237	70 / 68		40
Paraguai	6,5	9,9	1,8	61	2,8	2,91	77	4.820	11,5	7.533	44 / 32	686	77
Peru	29,5	39,8	1,2	77	1,7	2,49	73	7.980	7,3	28.602	38 / 27	494	84
Filipinas	93,6	146,2	1,8	49	2,1	2,98	60	3.900	8,6	48.866	32 / 21	451	93
Polônia	38,0	32,0	-0,1	61	-0,2	1,28	100	17.310	27,0	201	9 / 7	2.547	
Polinésia <sup>a</sup>	0,7	0,8	0,8	42	1,1	2,87	100				22 / 19		
Portugal	10,7	10,0	0,3	61	1,4	1,38	100	22.080	22,4	(7.347)	6 / 5	2.363	99
Porto Rico	4,0	4,1	0,4	99	0,7	1,84	100			0	9 / 8		
Catar	1,5	2,3	10,7	96	10,7	2,32	100			0	10 / 10	19.504	100
Reunião	0,8	1,1	1,3	94	1,7	2,39					10 / 8		
Romênia	21,2	17,3	-0,4	57	0,6	1,33	99	13.500	10,7	6.064	20 / 15	1.806	88
Federação Russa	140,4	116,1	-0,4	73	-0,3	1,41	100	15.630		60.004	18 / 14	4.730	97
Ruanda	10,3	22,1	2,7	19	4,1	5,25	52	1.010	8,2	138.355	167 / 143		65
Samoa	0,2	0,2	0,0	20	-1,0	3,76	100	4.340	11,8	493	28 / 25		88
Arábia Saudita	26,2	43,7	2,1	82	2,4	2,97	96		18,4	0	26 / 17	6.223	89
Senegal	12,9	26,1	2,6	42	3,2	4,79	52	1.760	17,0	33.060	125 / 114	225	77
Sérvia	9,9	9,2	0,0	56	0,6	1,61	99	11.150		6.591	15 / 13	2.141	99
Serra Leoa	5,8	12,4	2,7	38	3,5	5,12	42	750		15.061	160 / 136		53
Cingapura	4,8	5,2	2,5	100	2,5	1,27	100	47.940	8,9	0	4 / 4	5.831	
Eslováquia	5,4	4,9	0,1	55	-0,1	1,31	100	21.300	15,3	2	9 / 8	3.307	100
Eslovênia	2,0	2,0	0,2	50	-0,0	1,42	100	26.910	24,7	0	5 / 4	3.632	
Ilhas Salomão	0,5	1,0	2,5	19	4,2	3,70	43	2.580		1.723	56 / 57		70
Somália	9,4	23,5	2,3	37	3,5	6,31	33			5.934	186 / 174		29
África do Sul	50,5	56,8	1,0	62	1,8	2,48	91	9.780	13,7	408.377	79 / 64	2.807	93
Espanha	45,3	51,3	1,0	77	1,2	1,50		31.130	19,4	(230.763)	5 / 5	3.208	100

## Indicadores demográficos, sociais e econômicos

País, território ou outra área	População total (milhões) (2010)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento populacional (%) (2005-2010)	% urbana (2010)	Taxa de crescimento urbano % (2005-2010)	Taxa de fecundidade total (2010)	% partos atendidos por assistentes qualificados	Renda nacional interna bruta per capita PPP\$ (2008)	Gastos/alunos ensino fundamental (% do PIB per capita)	Assistência externa à população (US\$,000)	Estimativas da mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos M / F (2005-2010)	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
Sri Lanka	20,4	21,7	0,9	14	0,3	2,29	99	4.460		4.121	21 / 18	464	82
Sudão	43,2	75,9	2,2	40	4,1	3,95	49	1.930		67.284	117 / 104	363	70
Suriname	0,5	0,6	1,0	69	1,6	2,35	90	7.130		934	35 / 26		92
Suazilândia	1,2	1,7	1,3	21	0,8	3,37	74	5.010	16,3	21.503	111 / 92		60
Suécia	9,3	10,6	0,5	85	0,6	1,87		38.180	24,7	(328.000)	4 / 4	5.512	100
Suíça	7,6	8,5	0,4	74	0,5	1,47	100	46.460	23,3	(44.848)	6 / 5	3.406	100
Síria, República Árabe da	22,5	36,9	3,3	56	4,0	3,10	93	4.350	18,4	1.464	21 / 16	978	89
Tadiquistão	7,1	11,1	1,6	26	1,6	3,29	83	1.860		7.212	83 / 74	580	67
Tanzânia, República Unida da	45,0	109,5	2,9	26	4,6	5,47	46	1.230		306.163	112 / 100	443	55
Tailândia	68,1	73,4	0,7	34	1,7	1,83	97	5.990	14,4	45.393	13 / 8	1.553	98
Macedônia, Antiga República Iugoslava da	2,0	1,9	0,1	59	0,2	1,44	98	9.950		3.043	17 / 16	1.482	100
Timor Leste, República Democrática do	1,2	3,2	3,3	28	4,8	6,27	19	4.690	27,6	7.621	92 / 91		62
Togo	6,8	13,2	2,5	43	4,1	4,08	62	820	9,4	9.730	105 / 91	390	59
Trinidad e Tobago	1,3	1,3	0,4	14	2,9	1,66	98	23.950	16,0	3.108	37 / 28	11.506	94
Tunísia	10,4	12,7	1,0	67	1,6	1,83	90	7.070	20,9	6.239	24 / 21	864	94
Turquia	75,7	97,4	1,2	70	1,9	2,09	83	13.770	10,7	3.706	36 / 27	1.370	97
Turcomenistão	5,2	6,8	1,3	50	2,2	2,39	100	6.210		821	72 / 56	3.631	
Uganda	33,8	91,3	3,3	13	4,4	6,16	42	1.140	8,5	236.072	129 / 116		64
Ucrânia	45,4	35,0	-0,7	69	-0,4	1,40	99	7.210		51.727	18 / 13	2.953	97
Emirados Árabes Unidos	4,7	8,3	2,8	84	3,2	1,87	100		4,9	0	10 / 12	11.832	100
Reino Unido	61,9	72,4	0,5	80	0,7	1,86	99	36.130	22,1	(1.138.817)	6 / 6	3.464	100
Estados Unidos da América	317,6	403,9	1,0	82	1,3	2,07	99	46.970	22,2	(4.672.158)	7 / 8	7.766	99
Uruguai	3,4	3,6	0,3	92	0,4	2,07	99	12.540	8,5	312	18 / 15	953	100
Uzbequistão	27,8	36,4	1,1	36	0,9	2,23	100	2.660		5.637	63 / 53	1.812	88
Vanuatu	0,2	0,5	2,5	26	4,3	3,81	93	3.940		1.425	39 / 29		59
Venezuela (Republica Bolivariana da)	29,0	42,0	1,7	93	2,0	2,47	95	12.830	9,1	596	24 / 19	2.319	89
Vietnã	89,0	111,7	1,1	30	3,3	2,01	88	2.700	19,7	86.759	27 / 20	655	92
Iêmen	24,3	53,7	2,9	32	4,8	4,97	36	2.210		28.563	84 / 73	324	66
Zâmbia	13,3	29,0	2,4	36	2,8	5,64	47	1.230	5,5	264.458	169 / 152	604	58
Zimbábue	12,6	22,2	0,3	38	1,6	3,29	69			50.524	100 / 88	759	81

## Dados mundiais e regionais

	População total (milhões) (2010)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento populacional (%) (2005-2010)	% urbana (2010)	Taxa de crescimento urbano % (2005-2010)	Taxa de fecundidade total (2010)	% partos atendidos por assistentes qualificados	Renda nacional interna bruta per capita PPP\$ (2008)	Gastos/alunos ensino fundamental (% do PIB per capita)	Assistência externa à população (US\$,000)	Estimativas da mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos M / F (2005-2010)	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
<b>Total Mundial</b>	<b>6.908,7</b>	<b>9.150,0</b>	<b>1,2</b>	<b>50</b>	<b>1,9</b>	<b>2,52</b>	<b>66</b>	<b>10.357</b>		<b>9.799.625</b>	<b>71 / 71</b>	<b>1.820</b>	
<b>Regiões mais desenvolvidas *</b>	<b>1.237,2</b>	<b>1.275,2</b>	<b>0,3</b>	<b>75</b>	<b>0,7</b>	<b>1,65</b>	<b>99</b>				<b>8 / 7</b>		
<b>Regiões menos desenvolvidas +</b>	<b>5.671,5</b>	<b>7.946,0</b>	<b>1,4</b>	<b>45</b>	<b>2,4</b>	<b>2,67</b>	<b>62</b>				<b>78 / 78</b>		
<b>Países menos desenvolvidos ‡</b>	<b>854,7</b>	<b>1.672,4</b>	<b>2,3</b>	<b>29</b>	<b>4,0</b>	<b>4,23</b>	<b>38</b>	<b>1.338</b>			<b>138 / 126</b>	<b>309</b>	
<b>África *</b>	<b>1.033,0</b>	<b>1.998,5</b>	<b>2,3</b>	<b>40</b>	<b>3,4</b>	<b>4,45</b>	<b>49</b>			<b>4.157.120</b>	<b>142 / 130</b>		
África Oriental	327,2	711,4	2,6	24	3,8	5,09	35			2.117.228	131 / 117		
África Central <sup>9</sup>	128,9	273,0	2,6	43	4,1	5,42	63			184.726	200 / 178		
África Setentrional <sup>10</sup>	212,9	321,1	1,7	51	2,5	2,80	73			162.098	60 / 52		
África Meridional	58,0	67,4	1,0	59	1,9	2,55	89			786.248	80 / 65		
África Ocidental <sup>11</sup>	306,1	625,6	2,5	45	3,9	5,06	42			749.903	169 / 162		
<b>Estados Árabes <sup>12</sup></b>	<b>359,4</b>	<b>598,2</b>	<b>2,1</b>	<b>56</b>	<b>2,5</b>	<b>3,20</b>	<b>73</b>			<b>254.595</b>	<b>58 / 51</b>		
<b>Ásia</b>	<b>4.166,7</b>	<b>5.231,5</b>	<b>1,1</b>	<b>42</b>	<b>2,3</b>	<b>2,30</b>	<b>65</b>			<b>1.105.784</b>	<b>56 / 61</b>		
Ásia Oriental <sup>13</sup>	1.564,0	1.600,0	0,6	50	2,2	1,73	98			87.368	24 / 33		
Ásia Centro-Meridional	1.780,5	2.536,0	1,5	32	2,4	2,70	45			441.254	78 / 85		
Sudeste da Ásia	589,6	766,0	1,2	42	2,2	2,25	73			343.521	41 / 32		
Ásia Ocidental	232,7	371,8	1,9	67	2,3	2,85	81			109.217	40 / 33		
<b>Europa</b>	<b>732,8</b>	<b>691,0</b>	<b>0,1</b>	<b>73</b>	<b>0,4</b>	<b>1,52</b>	<b>99</b>				<b>10 / 8</b>		
Europa Oriental	291,5	240,0	-0,4	69	-0,2	1,39	99			133.217	16 / 12		
Europa Setentrional <sup>14</sup>	98,9	112,5	0,5	79	0,7	1,84	99			1	6 / 6		
Europa Meridional <sup>15</sup>	153,8	153,7	0,5	68	0,9	1,47	99			24.991	7 / 6		
Europa Ocidental <sup>16</sup>	188,6	184,9	0,2	80	0,7	1,59	100				5 / 5		
<b>América Latina e Caribe</b>	<b>588,6</b>	<b>729,2</b>	<b>1,1</b>	<b>80</b>	<b>1,6</b>	<b>2,17</b>	<b>90</b>			<b>510.881</b>	<b>31 / 24</b>		
Caribe <sup>17</sup>	42,3	49,5	0,8	67	1,6	2,33	73			172.362	48 / 41		
América Central	153,1	196,8	1,2	72	1,6	2,36	83			131.738	27 / 21		
América do Sul <sup>18</sup>	393,2	482,9	1,1	84	1,6	2,08	94			159.062	31 / 24		
<b>América do Norte <sup>19</sup></b>	<b>351,7</b>	<b>448,5</b>	<b>1,0</b>	<b>82</b>	<b>1,3</b>	<b>2,02</b>	<b>99</b>				<b>7 / 7</b>		
<b>Oceania</b>	<b>35,8</b>	<b>51,3</b>	<b>1,3</b>	<b>70</b>	<b>1,3</b>	<b>2,42</b>	<b>77</b>			<b>60.697</b>	<b>31 / 30</b>		
Austrália-Nova Zelândia	25,8	34,1	1,0	89	1,2	1,88	98				6 / 5		

## Notas para os indicadores

As designações empregadas nesta publicação não implicam na expressão de qualquer parecer por parte do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) relacionado ao status jurídico de qualquer país, território ou área, aos seus governantes ou à delimitação de suas fronteiras ou limites.

- \* Regiões mais desenvolvidas compreendem América do Norte, Japão, Europa, Austrália e Nova Zelândia.
- + Regiões menos desenvolvidas compreendem todas as regiões da África, América Latina e Caribe, Ásia (exceto Japão), Melanésia, Micronésia e Polinésia.
- ‡ Os países menos desenvolvidos são assim designados de acordo com a terminologia-padrão das Nações Unidas.
- 1 Inclui Ilha do Natal, Ilhas Cocos (Keeling) e Ilha de Norfolk.
- 2 Antigo Zaire.
- 3 Em 1º de julho de 1997, Hong Kong tornou-se uma Região Administrativa Especial (RAE) da China.
- 4 Inclui Agalesa, Rodrigues e St. Brandon.

- 5 Inclui Nova Caledônia e Vanuatu.
- 6 Abrange os Estados Federados da Micronésia, Guam, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Ilhas Marianas do Norte e Ilhas do Pacífico (Palau).
- 7 Abrange Samoa Americana, Ilhas Cook, Ilha Johnston, Pitcairn, Samoa, Tokelau, Tonga, Ilhas Midway, Tuvalu e Ilhas Wallis e Futuna.
- 8 Inclui Território Britânico do Oceano Índico e Seychelles.
- 9 Inclui São Tomé e Príncipe.
- 10 Inclui o Saara Ocidental.
- 11 Inclui Sta. Helena, Ascensão e Tristão da Cunha.
- 12 Abrange Argélia, Bahrein, Comores, Jibuti, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Jamahira Árabe Popular Socialista da Líbia, Mauritânia, Marrocos, Território Palestino Ocupado, Omã, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen. A agregação regional para indicadores demográficos foi fornecida pela Divisão de População das Nações Unidas. As agregações para outros

indicadores são médias ponderadas baseadas em países que dispõem de dados.

- 13 Inclui Macau.
- 14 Inclui as Ilhas do Canal da Mancha, Ilhas Feroe e Ilha de Man.
- 15 Inclui Andorra, Gibraltar, o Vaticano e San Marino.
- 16 Inclui Liechtenstein e Mônaco.
- 17 Inclui Anguilla, Antígua e Barbuda, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Dominica, Granada, Montserrat, Antilhas Holandesas, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Ilhas Turcos e Caicos, e Ilhas Virgens Americanas.
- 18 Inclui Ilhas Malvinas (Falklands) e Guiana Francesa.
- 19 Inclui Bermuda, Groenlândia e Território de São Pedro e Miquelão.

## Notas Técnicas

Nas tabelas estatísticas do *Relatório sobre a Situação da População Mundial*, é dada especial atenção aos indicadores que podem auxiliar no acompanhamento do progresso em termos de atendimento das metas quantitativas e qualitativas da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nas áreas de redução da mortalidade, acesso ao ensino e a serviços de saúde reprodutiva (inclusive planejamento familiar) e da prevalência do HIV e da AIDS entre jovens. As fontes dos indicadores e a justificativa para sua seleção são apresentadas a seguir, por categoria.

### Monitoramento das metas da CIPD

#### Indicadores de mortalidade

**Mortalidade infantil, expectativa de vida de homens e mulheres no nascimento.** Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População (Divisão de População das Nações Unidas). Esses indicadores são medidas dos níveis de mortalidade, respectivamente, no primeiro ano de vida (que é o mais sensível aos níveis de desenvolvimento) por 1.000 nascidos vivos e ao longo de toda a vida. Os dados estimativos correspondem a 2010.

**Razão de mortalidade materna.** Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS), UNICEF, UNFPA e Banco Mundial. 2007. *Mortalidade materna em 2005: Estimativas Desenvolvidas pela OMS, UNICEF, UNFPA e Banco Mundial*. Genebra: OMS. Este indicador apresenta um número estimado de mortes de mulheres por 100.000 nascidos vivos, decorrentes de condições relacionadas à gravidez, parto, período pós-parto e complicações correlatas. As estimativas entre 100 e 999 são arredondadas para a dezena mais próxima; e, acima de 1.000, para a centena mais próxima. Várias estimativas diferem dos números oficiais do governo. As estimativas são baseadas em valores divulgados, sempre que possível, com emprego de abordagens que melhoram a comparabilidade das informações de diferentes fontes. Consulte a fonte para maiores informações sobre a origem de estimativas nacionais específicas. As estimativas e metodologias são analisadas regularmente pela OMS, pelo UNICEF, pelo UNFPA, por instituições acadêmicas e outras agências e, quando necessário, revisadas como parte do processo contínuo de aperfeiçoamento dos dados sobre mortalidade materna. Devido a mudanças dos métodos, as estimativas anteriores, referentes a 1995 e 2000, podem não ser estritamente comparáveis com as que ora se apresentam. As estimativas de mortalidade materna relatadas aqui foram elaboradas a partir do banco de dados global sobre mortalidade

materna, atualizado a cada 5 anos. A última atualização referente a 2005, aqui reportada, foi publicada em 2007. Dados de 2008 não estavam disponíveis, antes que este relatório fosse impresso.

### Indicadores de educação

**Razões de matrícula (bruta) no ensino fundamental de meninos e meninas, razões de matrícula (bruta) de meninos e meninas no ensino médio.** Fonte: Instituto para Estatística da UNESCO, abril 2010. Os dados populacionais se baseiam em: Divisão de População das Nações Unidas. 2009. *World Population Prospects: The 2008 Revision*. Nova York: Nações Unidas. As razões de matrícula (bruta) indicam o número de alunos matriculados em um determinado nível do sistema de ensino por 100 indivíduos na faixa etária apropriada. Não foram utilizados fatores de correção para pessoas mais velhas do que a idade apropriada para cada nível devido a início tardio, à evasão escolar ou à repetência. Os dados referem-se às estimativas anuais mais recentes disponíveis para o período de 2000-2008.

**Analfabetismo entre homens e mulheres adultos.** Fonte: Ver razões de matrícula (bruta) para referência à fonte; dados ajustados para analfabetismo, a partir da alfabetização. As definições de analfabetismo estão sujeitas a variações em diferentes países; utilizaram-se três definições amplamente aceitas. Na medida do possível, os dados referem-se à proporção de pessoas que não conseguem ler nem escrever, com compreensão, uma frase curta e simples sobre a vida cotidiana. O analfabetismo entre adultos (taxas referentes a pessoas acima de 15 anos de idade) reflete tanto os níveis recentes de matrícula, no sistema de ensino, quanto o nível de escolaridade adquirido no passado. Os indicadores educacionais acima foram atualizados com base nas estimativas fornecidas pela Divisão de População das Nações Unidas. 2009. *World Population Prospects: The 2008 Revision*. Nova York: Nações Unidas. Os dados referem-se às estimativas anuais mais recentes, disponíveis para o período de 2005-2008.

**Proporção dos que chegam ao 5º ano do ensino fundamental.** Fonte: Ver acima fonte para razões de matrícula (bruta). Os dados são os mais recentes para os anos letivos de 2000-2008.

### Indicadores de saúde reprodutiva

**Nascimentos por 1.000 mulheres entre 15-19 anos.** Fonte: Divisão de População das Nações Unidas. Este é um indicador da carga de fecundidade em mulheres jovens. Por ser um nível anual somado para todas as mulheres na faixa etária, não reflete plenamente o nível de fecundidade das mulheres na sua juventude. Uma vez que ele indica o número médio anual de nascimentos por mulher por ano, pode-se multiplicá-lo por cinco para aproximar o número de nascimentos entre 1.000 mulheres jovens, no final da adolescência. A medida não indica a dimensão plena da gravidez na adolescência, uma vez que somente nascidos vivos são incluídos no numerador. O indicador não inclui

os natimortos nem os abortos espontâneos ou induzidos. As estimativas correspondem ao período de 2005-2010.

**Prevalência do uso de contraceptivos.** Fonte: Divisão de População das Nações Unidas. Estes dados foram obtidos de relatórios de pesquisas por amostragem e estimam a proporção de mulheres casadas (inclusive mulheres em uniões consensuais) que atualmente usam, respectivamente, qualquer método ou métodos modernos de contracepção. Os métodos modernos ou clínicos oferecidos incluem esterilização masculina e feminina, DIU, pílula, anticoncepcionais injetáveis, implantes hormonais, preservativos e métodos femininos de barreira. Esses números são aproximadamente - mas não inteiramente - comparáveis entre os países devido à variação no momento em que foram realizadas as pesquisas e às particularidades dos questionários. Todos os dados nacionais e regionais referem-se a mulheres entre 15 e 49 anos. São citados os dados das pesquisas mais recentes disponíveis, que vão de 1991 a 2009. Os indicadores que constam da seção Listagem Mundial e Regional foram obtidos da planilha *Population Reference Bureau 2009 World Population Data Sheet*.

**Taxa de prevalência do HIV, 15-49 anos.** Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2009*. Estes dados foram derivados de relatórios de sistemas de vigilância e estimativas com base em modelos teóricos. Os dados apresentados para a população na idade de 15 a 49 são estimativas pontuais para cada país. O ano de referência é 2007. Os indicadores que constam da seção Listagem Mundial e Regional foram obtidos da planilha *Population Reference Bureau 2008 World Population Data Sheet*.

### Indicadores demográficos, sociais e econômicos

**População total em 2010, População projetada para 2050, taxa média anual de crescimento populacional 2005-2010.** Fonte: Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores apresentam o tamanho, a projeção do tamanho futuro (com base no cenário de crescimento variante-médio da Divisão de População das Nações Unidas) e a atual taxa de crescimento anual das populações nacionais.

**Percentual da população urbana, taxas de crescimento urbano.** Fonte: Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores refletem a proporção da população nacional que vive em áreas urbanas e a projeção da taxa de crescimento nas áreas urbanas.

**Taxa de fecundidade total.** Fonte: Divisão de População das Nações Unidas. Esta medida indica o número de crianças que uma mulher teria durante seus anos reprodutivos se ela tivesse filhos à taxa estimada para diferentes faixas etárias no período especificado. Os países podem alcançar o nível projetado em momentos diferentes dentro do período. As estimativas referem-se a 2010.

**Partos atendidos por assistentes qualificados.** Fonte: Base de dados da OMS sobre proporção de partos assistidos por profissionais qualificados. Departamento de Saúde e Pesquisa Reprodutiva. Genebra: OMS. 2009. Este indicador baseia-se nos relatórios nacionais sobre a proporção de partos



assistidos “por pessoal de saúde qualificado ou atendente capacitado: médicos (especialistas ou não especialistas) e/ou pessoas com conhecimentos sobre assistência ao parto capazes de diagnosticar e manejar complicações obstétricas, bem como partos normais”. Os dados referentes a países mais desenvolvidos refletem seus níveis mais elevados de assistência qualificada ao parto. Devido à hipótese de cobertura total, os déficits de dados (e de cobertura) para populações marginalizadas e os impactos de atrasos por fatores aleatórios ou condições de transporte podem não estar inteiramente refletidos nas estatísticas oficiais. Os dados são as estimativas mais recentes disponíveis para 2007.

**Renda interna bruta per capita.** Fonte: Dados mais recentes (2008) de: Banco Mundial. *World Development Indicators Online*. Site: <http://data.worldbank.org/data-catalog> (por assinatura). Este indicador (anteriormente denominado Produto Nacional Bruto [PNB] *per capita*) mede a produção total de bens e serviços finais produzidos por residentes e não residentes, independentemente de sua alocação para atender ao mercado interno ou externo, em relação ao tamanho da população. Como tal, é um indicador da produtividade econômica de uma nação. Difere do Produto Interno Bruto (PIB) devido à introdução de ajustes posteriores em função de renda recebida do exterior, por trabalho e capital, pelos residentes; por pagamentos semelhantes feitos a não residentes; e pela incorporação de diversos ajustes técnicos, inclusive aqueles relacionados às flutuações da taxa de câmbio ao longo do tempo. Esta medida também leva em conta as diferenças do poder aquisitivo das moedas ao incluir ajustes da Paridade do Poder de Compra (PPC) para se obter o “PNB real”. Alguns valores da PPC baseiam-se em modelos de regressão; outros são extrapolados a partir dos mais recentes dados básicos de referência do Programa de Comparações Internacionais.

**Gastos do governo central em ensino e saúde.** Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2009* e *World Development Indicators Online*, respectivamente. Site: <http://data.worldbank.org/data-catalog> (por assinatura). Estes indicadores refletem a prioridade atribuída aos setores de ensino e saúde por um país, em função da proporção de gastos governamentais dedicados a esses setores. Não são sensíveis a diferenças de alocação dentro de um mesmo setor, por exemplo, ensino fundamental ou serviços de saúde em relação a outros níveis, que variam consideravelmente. A comparabilidade direta é complicada devido às diferentes responsabilidades administrativas e orçamentárias dos governos centrais em relação aos governos locais e aos vários papéis desempenhados pelo setor público e pelo setor privado. As estimativas indicadas são apresentadas como porcentagens do PIB *per capita* (para a educação) ou do PIB total (para a saúde). Aconselha-se muita cautela ao efetuar comparações entre os países, devido à variação dos custos dos insumos em diferentes contextos e setores. Os dados se referem às estimativas anuais mais recentes disponíveis (2002-2008).

**Assistência externa à população.** Fonte: UNFPA. 2010. *Financial Resource Flows for Population Activities in 2008*. Nova York: UNFPA. Estes dados se referem ao montante de assistência externa despendido para atividades de população em cada país. Os recursos financeiros externos são desembolsados por meio de agências de assistência multilaterais e bilaterais, e por organizações não governamentais. Os países doadores são indicados com suas contribuições entre parênteses. Os totais regionais incluem tanto projetos por país quanto atividades regionais (que não tenham sido relatadas na tabela). Note-se que esses números são provisórios para 2008.

**Mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos (masculino/feminino).** Fonte: Divisão de População das Nações Unidas. Este indicador refere-se à incidência da mortalidade de menores de um ano e crianças pequenas. Reflete, portanto, o impacto das doenças e outras causas de óbito de recém-nascidos, menores de um ano e crianças pequenas. Outras medidas demográficas mais padronizadas são a mortalidade infantil (entre menores de um ano) e taxas de mortalidade, em crianças entre 1 e 4 anos de idade, que refletem as diferentes causas e a frequência da mortalidade nessas idades. Esta medida é mais sensível que a mortalidade infantil à carga de doenças da infância, inclusive aquelas que podem ser prevenidas mediante melhor nutrição e programas de vacinação. A mortalidade entre menores de 5 anos se expressa como o número de mortes de crianças menores de 5 anos de idade por 1.000 nascidos vivos em um determinado ano. As estimativas correspondem ao período 2005-2010.

**Consumo de energia per capita.** Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators Online*. Site: <http://data.worldbank.org/data-catalog> (por assinatura). Este indicador reflete o consumo anual de energia comercial primária (carvão, lignita, petróleo, gás natural e energia hidrelétrica, energia nuclear e eletricidade geotérmica), expresso em equivalente de quilogramas de petróleo *per capita*. Reflete o nível de desenvolvimento industrial, a estrutura da economia e os padrões de consumo. A evolução ao longo do tempo pode refletir mudanças no nível e no equilíbrio entre as várias atividades econômicas, bem como variações no grau de eficiência do uso da energia (inclusive diminuição ou aumento do consumo com desperdício). As estimativas correspondem a 2007.

**Acesso a melhores fontes de água potável.** Fonte: OMS. 2009. Site: <http://www.who.int/whosis/indicators/compendium/2008/2wst/> (por assinatura). *Meeting the MDG Drinking Water and Sanitation Target: The Urban and Rural Challenge of the Decade*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. Este indicador refere-se à porcentagem da população com acesso a uma *melhor fonte* de água potável que oferece uma *quantidade adequada de água apta para consumo*, situada a uma *distância conveniente* do domicílio do usuário. Os termos em itálico correspondem às definições aplicáveis em cada país. Este indicador está relacionado à exposição a fatores de risco à saúde, inclusive aqueles resultantes de condições de saneamento impróprias. Dados estimados com referência ao ano de 2006.

O UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas é uma agência de cooperação internacional para o desenvolvimento que promove o direito de cada mulher, homem, jovem e criança a viver uma vida saudável, com igualdade de oportunidades para todos. O UNFPA apóia os países na utilização de dados sociodemográficos para a formulação de políticas e programas para reduzir a pobreza e assegurar que todas as gestações sejam desejadas, todos os partos sejam seguros, todos os jovens fiquem livres do HIV e da aids e que todas as meninas e mulheres sejam tratadas com dignidade e respeito.

UNFPA — porque cada pessoa conta.



**Fundo de População das Nações Unidas**  
605 Third Avenue  
Nova York, NY 10158 USA  
[www.unfpa.org](http://www.unfpa.org)



**Nós podemos acabar com a pobreza!**  
2015 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio